



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Câmpus – Bagé

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS –
PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Bagé
Versão 2025

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

- ♣ Reitor: Edward Frederico Castro Pessano
- ♣ Vice-Reitora: Francéli Brizolla
- ♣ Pró-Reitora de Graduação: Elena Maria Billig Mello
- ♣ Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Fábio Gallas Leivas
- ♣ Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- ♣ Pró-Reitora de Desenvolvimento e Assistência Estudantil: Honória Gonçalves Ferreira
- ♣ Pró-reitora de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão: Claudete da Silva Lima Martins
- ♣ Pró-Reitor de Planejamento, Administração e Infraestrutura: Paulo Fernando Marques Duarte Filho
- ♣ Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Eder Pereira da Silva
- ♣ Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- ♣ Diretor do Câmpus: Pedro Fernando Teixeira Dorneles
- ♣ Coordenadora Acadêmica: Isaphi Marlene Jardim Alvarez
- ♣ Coordenador Administrativo: Anderson Silva de Araujo
- ♣ Coordenador(a) do Curso: Vera Lúcia Cardoso Medeiros
- ♣ Coordenador(a) Substituto(a): Nathan Bastos de Souza
- ♣ Núcleo Docente Estruturante:
 - ♣ Isabel Cristina Ferreira Teixeira (Presidente)
 - ♣ Santiago Bretanha Freitas (Secretário)
 - ♣ Vera Lúcia Cardoso Medeiros (Coordenadora do curso)
 - ♣ Nathan Bastos de Souza (Coordenador substituto)
 - ♣ Adriano de Souza (Representante de área)
 - ♣ Cristina Arena Forli (Representante de área)
 - ♣ Hélen Cristina da Silva (Representante de área)
 - ♣ Zíla Letícia Goulart Pereira Rêgo (Representante de área)
- ♣ Colaboradores:
- ♣ Professores/as:
 - ♣ Adriano de Souza
 - ♣ Carolina Fernandes

- ♣ Cristina Arena Forli
 - ♣ Hélen Cristina da Silva
 - ♣ Isabel Cristina Ferreira Teixeira
 - ♣ Lúcia Maria Britto Corrêa
 - ♣ Míriam Denise Kelm
 - ♣ Nathan Bastos de Souza
 - ♣ Santiago Bretanha Freitas
 - ♣ Taíse Simioni
 - ♣ Thiago Santos da Silva
 - ♣ Vera Lúcia Cardoso Medeiros
 - ♣ Zíla Letícia Goulart Pereira Rêgo
- ♣ Discente:
 - ♣ Eduarda Manzke
- ♣ Revisores:
 - ♣ Hélen Cristina da Silva
 - ♣ Isabel Cristina Ferreira Teixeira
 - ♣ Miriam Denise Kelm
 - ♣ Nathan Bastos de Souza
 - ♣ Taíse Simioni
 - ♣ Thiago Santos da Silva
 - ♣ Vera Lúcia Cardoso Medeiros
 - ♣ Zíla Letícia Goulart Pereira Rêgo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso	51
Tabela 2 - Matriz Curricular do Curso.....	52
Tabela 3 - CCCGs.....	60
Tabela 4 - Atividades Complementares de Graduação	66
Tabela 5 - Migração curricular - Medidas resolutivas	72
Tabela 6 - Aproveitamento de componentes de currículo em extinção	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temas contemporâneos transversais e componentes curriculares.....57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - IDEB de Bagé - anos finais das escolas públicas	23
--	----

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	11
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA.....	12
1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO.....	18
1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	20
1.3.1 Justificativa.....	22
1.3.2 Histórico do Curso.....	24
1.3.3 Apresentação do curso.....	26
1.3.4 Administração do câmpus Bagé.....	27
1.3.5 Funcionamento do Curso.....	28
1.3.6 Formas de Ingresso.....	30
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	34
2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO.....	35
2.1.1 Políticas de Ensino.....	37
2.1.2 Políticas de Pesquisa.....	38
2.1.3 Políticas de Extensão.....	40
2.2 OBJETIVOS DO CURSO.....	42
2.3 PERFIL DO EGRESSO.....	43
2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	46
2.4.1 Requisitos para integralização curricular.....	50
2.4.2 Matriz curricular.....	51
2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais.....	57
2.4.4 Flexibilização Curricular.....	58
2.4.5 Componentes Curriculares Complementares de Graduação.....	60
2.4.6 Atividades Complementares de Graduação.....	64
2.4.7 Mobilidade Acadêmica.....	70
2.4.8 Aproveitamento de Estudos.....	71
2.4.9 Carga horária EaD em cursos presenciais.....	72
2.4.10 Migração curricular e equivalências.....	72

2.4.11 Prática como Componente Curricular.....	76
2.4.12 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios	78
2.4.13 Trabalho de Conclusão de Curso.....	83
2.4.14 Inserção da extensão no currículo do curso	86
2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO.....	87
2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	94
2.7 APOIO AO DISCENTE.....	97
2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	100
2.9 Recursos didáticos para cursos com oferta de carga horária EaD.....	103
3 EMENTÁRIO	104
3.1 Componentes Curriculares Obrigatórios	104
4 GESTÃO	185
4.1 RECURSOS HUMANOS.....	185
4.1.1 Coordenação de Curso	185
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	186
4.1.3 Comissão do Curso	186
4.1.4 Corpo docente	187
4.1.5 Tutores para cursos presenciais.....	192
4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA.....	192
4.2.1 Espaços de trabalho.....	192
4.2.2 Biblioteca.....	192
4.2.3 Laboratórios	193
REFERÊNCIAS.....	195
APÊNDICES.....	198
APÊNDICE A: FLUXOGRAMA DOS COMPONENTES DO CURSO.....	199
APÊNDICE B: REGIMENTO RELATIVO À CONCESSÃO DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO.....	200
APÊNDICE C: REGIMENTO RELATIVO A ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO.....	203
APÊNDICE D: REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	211
APÊNDICE E: REGIMENTO DA COMISSÃO DE CURSO	216
APÊNDICE F: MANUAL DOS ESTÁGIOS	220
APÊNDICE G	231

ANEXOS	233
ANEXO 1 – CARTA DE APRESENTAÇÃO	233
ANEXO 2 – SEQUÊNCIA DIDÁTICA	234
ANEXO 3 – PLANO DE AULA	237
ANEXO 4 – FICHA DE FREQUÊNCIA DO ESTÁGIO	239
ANEXO 5 – PARECER DO PROFESSOR REGENTE.....	241
ANEXO 6 – FICHA DE AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE OBSERVADA.....	243
ANEXO 7 – RELATO DE EXPERIÊNCIA TÍTULO DO TRABALHO	245
ANEXO 8 - ATESTADO DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE DE ESTÁGIO	250

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal
- ♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- ♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- ♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- ♣ Índice Geral de Cursos (IGC): 4
- ♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3240-5400
- ♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- ♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CÂMPUS BAGÉ

- ♣ Endereço: Av. Maria Anunciação Gomes de Godoy, 1650, Bairro Malafaia
- ♣ Cidade: Bagé
- ♣ CEP: 96413-172

- ♣ Fone: 55 53 3240-3600
 - ♣ E-mail: bage@unipampa.edu.br
 - ♣ Site: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/letrasportugueseliteraturas/>
- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
- ♣ Área do conhecimento: Letras, Linguística e Artes
 - ♣ Nome do curso: Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa
 - ♣ Grau: Licenciatura
 - ♣ Código e-MEC: 123405
 - ♣ Titulação: Licenciado(a) em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa
 - ♣ Turno: noturno
 - ♣ Integralização: 9 semestres
 - ♣ Duração máxima: 100% da integralização
 - ♣ Carga horária total: 3215 horas
 - ♣ Periodicidade: semestral
 - ♣ Número de vagas: 50
 - ♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), nota do ENEM e modalidades complementares definidas pela instituição.
 - ♣ Data de início do funcionamento do Curso: setembro de 2006
 - ♣ Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: Protocolo 201001926, Código MEC 373329, Código da Avaliação 86081.
 - ♣ Página web do curso:
<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/letrasportugueseliteraturas/>
 - ♣ Contato: coordenacaoletras@unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa – Licenciatura da UNIPAMPA, *campus* Bagé, Rio Grande do Sul. Este projeto é fruto do trabalho coletivo de profissionais que constituem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a Comissão de Curso, do Curso de Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa – Licenciatura, além das sugestões da Divisão de Planejamento e Desenvolvimento da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). A elaboração deste PPC foi motivada, fundamentalmente, pela necessidade de atender às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2019) e à Resolução 317/2021, da UNIPAMPA, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação da instituição.

O PPC do curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa está organizado em quatro capítulos: 1) Contextualização, que apresenta contextualização histórica da implementação e desenvolvimento da UNIPAMPA e do Curso em questão; 2) Organização Didático-Pedagógica, que descreve políticas de ensino, pesquisa e extensão, objetivos do curso, perfil dos egressos, atuação profissional, organização curricular, matriz curricular, metodologia e avaliação; 3) Ementário, que destaca os componentes da matriz curricular, a partir da apresentação da ementa, de objetivos, de referências básicas e complementares; e, finalmente, o capítulo 4) Gestão, que descreve recursos humanos, tais como, corpo docente, Núcleo Docente Estruturante, Comissão de Curso e recursos de infraestrutura disponíveis, como espaços de trabalho, biblioteca e laboratórios.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

MISSÃO

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

- ♣ Ética;
- ♣ Transparência e interesse público;
- ♣ Democracia;

- ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- ♣ Garantia de condições de acessibilidade;
- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;
- ♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- ♣ Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um

Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; câmpus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); câmpus Caçapava do Sul: Geofísica; câmpus Dom Pedrito: Zootecnia; câmpus Itaqui: Agronomia; câmpus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); câmpus Santana do Livramento: Administração; câmpus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; câmpus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; câmpus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e

audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o plano de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dada posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de câmpus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos *campi*, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de

publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web.

Atualmente, 66 cursos presenciais e 06 a distância encontram-se em funcionamento:

Câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados);

Câmpus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas).

Câmpus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura); Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico).

Câmpus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados).

Câmpus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura).

Câmpus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional-UAB, Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado).

Câmpus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD- UAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados).

Câmpus São Borja: Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EaD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Direito, Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados).

Câmpus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Ciências Biológicas (Licenciatura);

Fruticultura (Tecnólogo).

Câmpus Uruguaiana: Ciências da Natureza, Educação Física, Ciências da Natureza EaD/UAB (Licenciaturas); Engenharia de Aquicultura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 25 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Câmpus Bagé: Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação; Gestão de Processos Industriais Químicos.

Câmpus Caçapava do Sul: Gestão e Educação Ambiental; Educação Científica e Tecnológica.

Câmpus Dom Pedrito: Enologia; Produção Animal; Agronegócio; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.

Câmpus Itaqui: Ciências Exatas e Tecnologia; Produção Vegetal; Desenvolvimento Regional e Territorial; Tecnologia dos Alimentos

Câmpus Jaguarão: Gestão da Educação Básica: articulação entre o político e o pedagógico.

Câmpus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas.

Câmpus São Borja: Práticas de Comunicação Não Violenta e Cultura da Paz; Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de violência; Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar.

Câmpus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Educação Ambiental; Gestão em Saúde (UAB); Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Em relação aos cursos de mestrado e doutorado, são ofertados:

Câmpus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

Câmpus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas;

Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.

Câmpus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática.

Câmpus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação.

Câmpus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.

Câmpus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.

Câmpus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.

Câmpus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO

As cidades que receberam *campi* da UNIPAMPA integram a mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, que se localiza em território de 154.100 km² e faz fronteira com Argentina e Uruguai, além de atingir uma parte do litoral gaúcho. O território abriga o bioma Pampa, com características de clima, solo, recursos genéticos, águas subterrâneas e de superfície muito peculiares em relação ao restante do Brasil. Ao longo do século passado, a região sofreu processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, já que a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos.

O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas levou a região, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais, especialmente quando confrontados com os índices das regiões Norte e Nordeste do Estado. Outros fatores que impedem a superação das dificuldades são o baixo investimento público *per capita*; a reduzida capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional; a estrutura fundiária caracterizada por médias e

grandes propriedades; e a distância geográfica dos polos desenvolvidos do Estado. Apesar do quadro difícil, a região apresenta potencialidades capazes de diversificar sua base econômica e, assim, alavancar o desenvolvimento econômico e social. E cabe à UNIPAMPA promover e acompanhar o desenvolvimento regional por meio dos cursos oferecidos, da produção do conhecimento, das atividades de extensão e de assistência. Evidentemente, para contribuir com a reversão das condições de vida e de produção, a comunidade universitária precisa estar em contato e diálogo constante com diferentes segmentos sociais.

A UNIPAMPA exerce seu compromisso através de suas políticas de ensino, de graduação e pós-graduação; de pesquisa, científica e tecnológica; de extensão e de assistência às comunidades. Para que tais atividades se efetivem e contribuam econômica e socialmente para a região, faz-se necessário o conhecimento da realidade em que se insere e o diálogo com a comunidade. Sem perder sua autonomia, a universidade deve estar comprometida com a superação das dificuldades diagnosticadas, integrando-se em um esforço para a construção das alternativas indicadas a partir desse diálogo. A gestão, por seu turno, em todas as suas instâncias, deverá promover a aproximação e a cooperação interinstitucional com os atores locais e regionais, visando à instalação de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento econômico-social sustentável.

Nas cidades onde atua através de seus campi, a UNIPAMPA é protagonista do ensino público superior, sendo acompanhada nesse nível de ensino por dois institutos federais, a saber, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSul)¹ e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR)², e pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). No IFSul, há cursos de graduação em tecnologias em Bagé e em Santana do Livramento. No IFFAR, há cursos de licenciaturas em duas localidades onde a universidade exerce atividades: Matemática, Química e Ciências Biológicas em Alegrete; e Física e Matemática em São Borja. Na UERGS, há a licenciatura em Pedagogia em Bagé.

O curso de licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, juntamente com o curso homônimo oferecido pela UNIPAMPA, *campus* Jaguarão, é ofertado exclusivamente pela instituição, o que confirma sua relevância

¹ Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

² Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

social na formação inicial de professores dessa área na região. Colaboram também com a relevância social do curso elementos apontados em Marchioro *et al.* (2007)³, segundo os quais os acadêmicos ingressam na UNIPAMPA por ser uma instituição do sistema público federal, o que facilita o acesso; por situar-se no sul do Rio Grande do Sul, de onde a maioria têm sua origem reconhecida; por serem, em sua maioria, egressos da escola pública; por serem oriundos de classes populares, com significativa concentração de alunos com renda mensal entre 1 e 5 salários mínimos; por formarem “um grande contingente que depende economicamente da família, o que reforça a expectativa de mudanças em torno dos benefícios que lhes proporcionará a universidade pública, já que a grande maioria espera no futuro uma vida financeira e realização pessoal melhor que a dos seus pais” (MARCHIORO *et al.*, 2007, p.711-712).

Nota-se, no contexto da pandemia da COVID-19, a continuidade desse pertencimento à região em levantamento feito em 2020 pela instituição segundo o qual, de um total de 185 alunos deste curso – Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa – do câmpus Bagé, 146 foram identificados como naturais e/ou moradores de Bagé, enquanto os restantes foram identificados como de fora da cidade. A intenção no entanto com o arrefecimento da pandemia é retomarmos a formação de professores a nível nacional, a partir das formas de acesso, previstas neste PPC.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa da UNIPAMPA, no *campus* Bagé, tem como principal foco a formação de professores de português e de literaturas de língua portuguesa para a Educação Básica. O Curso é noturno, tem duração mínima de 9 semestres e trabalha em três áreas de formação: Educação, Português/Linguística e Literaturas de Língua Portuguesa. A formação que se propõe aos graduandos do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa da UNIPAMPA investe na articulação entre as demandas da sociedade contemporânea e as da região em

³ MARCHIORO, D. F. Z. *et al.* A UNIPAMPA no contexto atual da Educação Superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 703-717, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/74nBDNJXn99TfYCbK5ZZ7jc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

particular. Trata-se de formar sujeitos que articulem autonomia e compromisso social, numa formação que parta das peculiaridades locais, mas que busque enriquecê-las e superá-las, confirmando o traço distintivo que toda produção de conhecimento em educação implica.

No que se refere à formação em Língua Portuguesa e Linguística, o Curso concebe a linguagem como um fenômeno político, social, histórico, ideológico, cultural e psicológico, constituído nas e pelas práticas sociais. Dessa forma, a linguagem é compreendida como um processo ininterrupto de interação, perpassado por relações dialógicas, valores e conceitos socialmente instituídos, estando o sujeito situado como autor de sua própria ação. Nessa perspectiva, o estudo da língua não é mais visto de forma prescritiva, pois se entende que ela configura um fenômeno heterogêneo, variável e historicamente situado. Assim, o estudo da língua materna pressupõe a adoção de abordagens linguísticas que contemplem todas as suas variedades, em comparação e contraposição a uma abordagem puramente normativa da gramática.

Quanto à Literatura, o Curso concebe seu objeto de análise como manifestação de expressão verbal, cultural e artística, capaz de representar o sujeito em sua individualidade e em sua dimensão histórica e social. Pela importância da Literatura na formação de sujeitos e cidadãos, o curso volta-se para a qualificação de educadores aptos a trabalharem, na Educação Básica, com o texto literário em toda sua especificidade e a formarem leitores de Literatura no sentido aqui definido.

Essa formação em língua e literatura estará articulada à pesquisa e à extensão, de forma a garantir possibilidades de ampliação e ressignificação do conhecimento teórico e prático adquirido na universidade. Pretende-se criar possibilidades para uma interação mais efetiva com a comunidade acadêmica e geral, propiciando aos futuros docentes a participação em ações que contribuam para o desenvolvimento da região e que garantam o desenvolvimento de habilidades e competências sintonizadas com as necessidades da educação contemporânea.

Dessa forma, pretende-se formar professores que tenham domínio dos conteúdos básicos (linguísticos, políticos e culturais) do seu objeto de ensino e aprendizagem, que sejam capazes de uma reflexão crítica sobre as diferentes abordagens, métodos e técnicas pedagógicas e que sejam aptos ao desenvolvimento de projetos na sua área e/ou em outras, tendo em vista que a interdisciplinaridade é importante para a articulação dos diversos conhecimentos que

fazem parte da formação de um professor com habilitação em Letras. Além disso, espera-se que atuem de forma responsável e autônoma na tomada de decisões frente a situações problemáticas. A formação do professor em Letras deve também contribuir para uma reflexão multicultural, intercultural e transcultural, abordando concepções de identidade, alteridade e etnicidade em diversos contextos. Assim, está de acordo com as políticas desenvolvidas pelo MEC no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira, Africana e Indígena (Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008). Além disso, de acordo com as Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, e Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), o curso pretende trabalhar a integração da educação ambiental de modo transversal, contínuo e permanente, nos componentes curriculares aplicados ao ensino.

1.3.1 Justificativa

A existência da Universidade Federal do Pampa justifica-se pela necessidade de atender às carências regionais quanto à oferta de ensino superior de qualidade e integrado à sociedade com intuito de proporcionar que a mesma disponha de produção de conhecimento científico e tecnológico, bem como promover não só a qualificação do ensino, como também oferecer suporte aos projetos de desenvolvimento da região através de políticas de ensino, pesquisa e extensão. Já o Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa se justifica pela formação de profissionais conscientes e capazes de promover as potencialidades humanas e de proporcionar a seus discentes condições para que acompanhem as exigências do nosso país e do mundo atual. Para isso oferece um ensino de qualidade em que, além de dispor de um forte embasamento conceitual, todos tenham incentivadas suas capacidades de organização, planejamento, iniciativa, criatividade, capacidade de pesquisa e adaptabilidade.

O Curso de Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa tem por objetivo o desenvolvimento de um profissional capaz de atender especialmente às demandas da sociedade na região da campanha, bem como nas demais regiões que vierem a acolher esse profissional. Outro importante objetivo que o curso pretende atender diz respeito à falta de licenciados em áreas específicas da

Educação Básica. Essa carência se reflete no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo o *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁴, o IDEB do município de Bagé referente aos anos finais das escolas públicas é apresentado na Figura 1.

Figura 1 - IDEB de Bagé - anos finais das escolas públicas

4ª série / 5º ano														
	Ideb Observado						Metas Projetadas							
Município	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
ípio	05	07	09	11	13	15	07	09	11	13	15	17	19	21
Bagé	3.4	4.0	4.7	4.7	4.9	5.4	3.4	3.8	4.2	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6

8ª série / 9º ano														
	Ideb Observado						Metas Projetadas							
Município	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
ípio	05	07	09	11	13	15	07	09	11	13	15	17	19	21
Bagé	3.2	3.2	3.2	3.5	3.1	3.8	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2

Fonte: INEP

Em relação ao ensino médio, a única avaliação disponível do IDEB para o município de Bagé se refere ao ano de 2017, envolvendo o 3º ano desse nível de ensino. O índice alcançado foi de 3,3, constando ainda a projeção de 3,5 e 3,7 para os anos de 2019 e 2021, respectivamente. No nível nacional e no que se refere ao Estado do Rio Grande do Sul (RS), o IDEB para as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas públicas também demandam investimento na formação de professores a fim de superar dificuldades e alcançar a efetiva qualidade de ensino.

Diante do cenário descrito e consciente das Diretrizes Orientadoras para Elaboração de Projetos Pedagógicos da UNIPAMPA, fruto das discussões do Fórum das Licenciaturas, pode-se garantir a importância do Curso de Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa para o município de Bagé e Região da Campanha, assim como para as demais regiões onde porventura venham a atuar os licenciados egressos do curso.

⁴ Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4101174>. Acesso em 17/01/2022

1.3.2 Histórico do Curso

Inicialmente, entre junho e agosto de 2006, foram estruturados dois cursos na área de Letras, após ampla pesquisa sobre constituição de matrizes curriculares em outras universidades do país: Português/Inglês e Respectivas Literaturas, e Português/Espanhol e Respectivas Literaturas, ambos com duração de 5 anos. Os Projetos Pedagógicos parciais foram elaborados pelos cinco docentes até então efetivados, conforme registro em atas de todas as atividades desenvolvidas. O curso iniciou-se em setembro de 2006, assim como todos os demais da UNIPAMPA e, em 2008, começou uma primeira reformulação curricular que incluía a redução da carga horária total do curso, bem como de seu tempo mínimo de duração. Tal redução foi motivada pela legislação vigente, pelas demandas dos estudantes e pela comparação com as demais licenciaturas do *campus*, todas com quatro anos de duração.

Em 2009, o curso de Licenciatura em Letras passou a contar com duas habilitações duplas e uma única. Conforme a legislação vigente, a licenciatura única deveria ter uma carga horária mínima de 2800 horas. Assim, a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa foi criada com 2840 horas. A licenciatura dupla, também conforme a legislação vigente à época, não podia conter apenas 2800 horas, mas um número mínimo ainda não estava estabelecido. Por isso, as duas habilitações duplas foram criadas com uma carga horária total de 3245 horas, sendo 870 horas destinadas aos componentes curriculares de língua adicional. Durante o ano de 2009, o currículo ainda passou por algumas modificações de refinamento, o que levou à criação de uma nova versão da matriz curricular implantada em 2010. Todos os alunos regularmente matriculados em 2009/2 passaram, então, por essa última adaptação curricular. Ao final de 2010, após ter recebido a visita dos avaliadores do INEP, de 01 a 04 de dezembro, o curso de Letras foi reconhecido com conceito final 4 (Protocolo 201001926, Código MEC 373329, Código da Avaliação 86081). O processo foi concluído com a publicação da portaria de reconhecimento nº 524, de 26 de julho de 2018⁵. O curso contava, então, com 12 docentes com dedicação exclusiva ao curso, dos quais dez eram doutores,

5 Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/assetpublisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34379259/do1-2018-07-27-portaria-n-522-de-26-de-julho-de-2018-34379232>. Acesso em: 17 jan. 2022

uma era doutoranda e uma era mestre. Completando o grupo que atuava no curso, havia mais três professores da área de Educação, que ministravam componentes específicas dessa área, totalizando 15 professores. O número de alunos era de 306, divididos nas três habilitações oferecidas.

A partir de 2011, o curso passou a contar com mais 10 docentes de Letras, totalizando 22 professores, 16 doutores, 5 doutorandos e 1 mestre, todos em regime de dedicação exclusiva, completando, assim, o quadro de professores da área de Letras. O número de docentes da área de Educação, que atuam em todos os cursos de licenciatura, também aumentou, de três para cinco, além da professora de LIBRAS. Assim, a graduação em Letras passou a contar com a participação de 28 docentes. Com a evolução das obras do *Campus Bagé*, as aulas e demais atividades do curso passaram a ser desenvolvidas nas dependências do *campus*. Também em 2011, realizou-se a colação de grau da primeira turma de Letras em Bagé, com 30 graduados. O número de alunos, a partir de 2012, se estabilizou em torno de 400.

A experiência com essa primeira turma mostrou que as três habilitações do curso não estavam satisfazendo as necessidades dos alunos nem as expectativas dos professores. Assim, após um longo processo de discussão, iniciado no final de 2010, entre professores e alunos (em reuniões do NDE e da Comissão de Curso, bem como no Fórum de Letras de 2010, criado para o fim específico de ouvir a opinião dos alunos), o curso foi reformulado novamente para 2013. As três habilitações do curso de Letras foram transformadas em duas. Manteve-se a habilitação única em língua portuguesa e suas literaturas (com uma carga horária de 2840h), as duas habilitações duplas (Português/Inglês e Português/Espanhol) foram extintas, e criou-se uma nova habilitação dupla em Línguas Adicionais (Inglês/Espanhol), com aumento de carga horária (3605 horas), para cumprir a legislação vigente, que já definira a carga horária mínima para cursos de Letras com habilitação dupla em 3600 horas (Parecer CNE/CES nº 262/2009). Cada uma dessas duas *habilitações* passou a ser chamada de *curso*, seguindo a orientação institucional, conforme segue: Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa; e Licenciatura em Letras – Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas. O presente documento trata da primeira. Com a divisão das habilitações em cursos distintos, houve a oportunidade de aprimorar a matriz curricular da licenciatura única, concatenando esforços para atender às

necessidades dos alunos do curso noturno, entre elas: a de se superar dificuldades com relação às atividades de leitura e escrita; a de oferecer menor carga horária de componentes teóricos no semestre em que se realizam os estágios; a de ampliar e aprimorar as referências de leitura literária dos alunos e a de preparar melhor o estagiário para a prática da docência.

Em 2018, com vistas a atender a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, o Curso precisou organizar novamente sua matriz curricular, ampliando sua carga horária total para 3215 horas distribuídas em 9 semestres. Entre as alterações propostas, destacou-se a inserção de maior carga horária para disciplinas práticas como componentes curriculares e a oferta de componentes obrigatórios com carga horária mínima de 4 créditos. Também houve alteração nos estágios, que passaram a ser ofertados da seguinte forma: Introdução ao Estágio na Educação Básica, Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental e Estágio na Educação Básica: Ensino Médio.

Finalmente, em função do lançamento da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018⁶, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em dezembro de 2019,⁷ o Curso precisou organizar novamente sua matriz curricular, a qual será apresentada detalhadamente no decorrer deste documento.

1.3.3 Apresentação do curso

Neste tópico são descritas a administração do campus, as informações sobre o funcionamento do curso e as formas de ingresso.

O curso apresenta os seguintes dados:

- ♣ **Denominação:** Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa

⁶ Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em 17 jan. 2022.

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 17 jan. 2022.

- ♣ **Modalidade:** Licenciatura Plena
- ♣ **Titulação Conferida:** Licenciado(a) em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa
- ♣ **Duração Mínima do Curso:** 9 semestres
- ♣ **Duração Máxima do Curso:** 18 semestres
- ♣ **Carga Horária Total do Curso:** 3.215 horas
- ♣ **Turno:** noturno⁸
- ♣ **Número de Vagas Oferecidas:** 50 por ano
- ♣ **Regime Acadêmico:** semestral
- ♣ **Unidade Acadêmica:** Bagé
- ♣ **Endereço:** Rua Maria Anunciação Godoy, nº 1650 – Bairro Malafaia – Bagé/RS – CEP: 96413-170.

1.3.4 Administração do câmpus Bagé

A organização acadêmica da UNIPAMPA, por ser uma universidade *multicampi*, dá-se por meio de órgãos administrativos compostos por docentes, técnico-administrativos e discentes representando todos os *campi*. São eles o Conselho Universitário e as Comissões Superiores. O Conselho Universitário (CONSUNI) constitui-se no órgão máximo da UNIPAMPA, que, além de ser um órgão consultivo, estabelece doutrinas e normativas, sendo composto pelo reitor, vice-reitor, diretores de *campus*, pró-reitores e representantes das Comissões Superiores, docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade externa.

As Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão também são órgãos consultivos, normativos e deliberativos, tendo representatividade de pró-reitorias, coordenações acadêmicas, coordenações de curso, discentes e técnicos. Cabe a essas comissões propor as políticas universitárias de ensino, pesquisa e extensão de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA. Ainda, alguns órgãos executivos atuam diretamente na administração acadêmica, como é o caso da Reitoria e de algumas Pró-Reitorias, como a de Graduação; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Assuntos Estudantis e Comunitários; Planejamento e Infraestrutura. Visam à organização, planejamento,

⁸ Algumas atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão poderão ser realizadas no turno diurno.

coordenação, supervisão e avaliação de todas as atividades acadêmicas da Universidade. É importante salientar que há representação discente nesses órgãos e que o curso se caracteriza pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e aos docentes, pela representatividade no Conselho de Câmpus e demais instâncias da Universidade, pelo diálogo com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC.

O câmpus conta com um suporte administrativo que contempla secretaria acadêmica, secretaria administrativa, coordenação de laboratórios, Coordenação Acadêmica e Coordenação Administrativa. Cada câmpus é gerenciado por um Diretor, um Coordenador Acadêmico e um Coordenador Administrativo.

A administração do curso é feita pela Comissão de Curso, cuja finalidade é viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas, conforme Regimento da UNIPAMPA. Essa comissão, assim como os demais órgãos institucionais, é composta por representantes docentes, discentes e técnico-administrativos, um docente na função de coordenador de curso e outro que o substitui nessa função quando necessário. Cabe a essa comissão propor o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que, segundo a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, é um órgão consultivo cuja atribuição, entre outras, é de conceber, acompanhar, consolidar, avaliar, atualizar e implementar o projeto pedagógico do Curso em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

1.3.5 Funcionamento do Curso

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um. O calendário reserva também um período para a realização de eventos acadêmicos como o Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE), evento institucional, e a Semana Acadêmica cuja organização fica a cargo de cada curso.

A carga horária total do curso é de 3215 horas, sendo (1) 3.075h de

componentes curriculares obrigatórios, dessas, 240h são de componentes curriculares complementares; (2) 335h de atividades curriculares de extensão, dessas, 140h são de atividades curriculares de extensão específicas.

O curso de Letras oferece 50 vagas anuais com ingresso no primeiro semestre letivo de cada ano pelos processos seletivos previstos pela instituição. O curso desenvolve-se em turno noturno, podendo ofertar componentes curriculares no período matutino (das 7h e 30min às 12h e 30min), vespertino (das 13h e 30min às 18h e 10min) e noturno (das 18h e 50min às 22h e 40min), além de aos sábados de manhã e de tarde. A carga horária total do curso, de 3.215 horas, está distribuída nos três grupos de formação propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial dos professores (Resolução CNE/CP Nº 2 de 20 de dezembro de 2019) da seguinte forma:

- ♣ Grupo I referente à base comum que compreende conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos: 720 horas são de componentes curriculares, somadas a 80 horas de UNIPAMPA Cidadã;
- ♣ Grupo II referente à aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos e conhecimento da BNCC: 1.545h de componentes curriculares e 60h de projetos de extensão desenvolvidos pelo curso;
- ♣ Grupo III referente à prática pedagógica, que contempla estágio supervisionado e a carga horária de prática nos componentes curriculares: 810 horas de componentes curriculares, divididos em 405 horas de Estágios Curriculares Obrigatórios e 405 horas de carga horária prática inseridas nos componentes curriculares.

Nesses grupos, são ofertadas 335 horas de atividades curriculares de extensão, compreendendo dez por cento da carga horária do curso. A carga horária mínima a ser cumprida no curso a cada semestre é de 165 horas, ao passo que a carga horária máxima é de 420 horas por semestre, ressalvando casos excepcionais autorizados pela coordenação do curso.

1.3.6 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na UNIPAMPA, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- ♣ Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
- ♣ Chamada por Nota do ENEM;
- ♣ Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):

O Sistema de Seleção Unificada – SiSU é o Sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino superior que dele participarem.

O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da UNIPAMPA.

A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

- ♣ Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- ♣ Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- ♣ Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;
- ♣ Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

Do ingresso via edital específico:

- ♣ Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

Ações afirmativas institucionais:

- ♣ Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.
- ♣ Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

Do Processo seletivo complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- ♣ Segundo ciclo de formação - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;
- ♣ Reingresso - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares

consecutivos;

- ♣ Conclusão da Primeira Graduação - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;
- ♣ Reopção de curso - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA;
- ♣ Transferência voluntária - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA;
- ♣ Portador de diploma - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As outras formas de ingresso na UNIPAMPA compreendem as seguintes modalidades:

- ♣ Transferência Ex-officio - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do câmpus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997, e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- ♣ Programa de Estudantes-Convênio - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;

- ♣ Matrícula de Cortesia - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;
- ♣ O Conselho Universitário pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

- ♣ Regime Especial de Graduação - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica;
- ♣ Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional – permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em câmpus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado;
- ♣ Mobilidade Acadêmica Interinstitucional - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto ao interface do NInA.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, do *campus* Bagé/RS - dá-se através das seguintes características: enfatiza a formação de professores para a Educação Básica; a matriz curricular contempla três áreas (Português/Linguística, Literaturas de Língua Portuguesa e Educação); tem duração de 9 semestres e é noturno; além de contar com três estágios (Introdução ao Estágio na Educação Básica, Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental e Estágio na Educação Básica: Ensino Médio), realizados nas escolas municipais e estaduais, prevê a inserção dos discentes nos diversos programas que fomentam sua participação no meio escolar, junto a professores preceptores. Os discentes também têm a possibilidade de participar de vários projetos (Ensino, Pesquisa e Extensão), onde desenvolvem habilidades e conhecimentos que atendam suas preferências e interesses pessoais.

A matriz curricular atual foi criada diante da tentativa de resolução de aspectos deficitários na formação inicial básica dos discentes em geral, constatados ao longo da última década, procurando: aumentar o contato com leitura literária, favorecer a expressão escrita, a leitura em geral e a interação com os textos, equilibrar as ofertas de componentes curriculares em favor da realização dos Estágios e destacar já de início a prática docente como fim último desse curso. Ainda quanto à matriz curricular, os nove semestres estão assim dispostos: nos dois primeiros priorizam-se componentes obrigatórios que propõem uma abordagem básica e preparatória; nos dois seguintes, entra-se em especificidades das áreas (Português/Linguística e Literatura), sendo que os componentes da área da Educação inserem o discente no conhecimento das políticas públicas educacionais, aproximando-o do meio escolar. Também se conta com os componentes práticos – Prática como Componente Curricular (PCC), visando à introdução e preparação do aluno para as ações e exercício do magistério. Nos semestres seguintes, iniciam-se os Estágios (Introdução ao Estágio na Educação Básica, Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental e Estágio na Educação Básica: Ensino Médio), abrindo-se espaços na matriz curricular para que o aluno possa escolher e realizar componentes eletivos de sua preferência, entre outros componentes obrigatórios. No oitavo e nono semestres, são desenvolvidos os Trabalhos de Conclusão de Curso I e II e há o contato com Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Acresce-se a

isto a necessidade de integrar as novas tecnologias no exercício metodológico levado para as salas de aula, tópico que cresceu em intensidade no momento presente pelas condições sanitárias restritivas impostas pelo advento da pandemia de COVID -19 (2020-2021).

A proposta de reelaboração e apresentação deste PPC enfatiza a inserção da extensão na matriz curricular, a qual passa a ocupar dez por cento (10%) da carga horária total, além dos projetos de extensão avulsos e esporádicos ofertados pelos docentes, de modo a assegurar e tornar orgânica a atuação da Universidade e de seus alunos em setores sociais onde possam contribuir, durante os anos de formação. A iniciativa atende a uma demanda firmada na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a base nacional comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação), bem como à Resolução 317/2021, da UNIPAMPA, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação da instituição.

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão fazem parte do Curso de Letras e estão em atividade desde sua criação, no entendimento de que se constituem em modos de favorecer a formação integral dos alunos ingressantes, reinserindo-os nos campos de atuação, o da docência em especial, levando consigo as noções principais que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2025-2029) da UNIPAMPA considera fundamentais.

Nessa perspectiva, conforme o PDI, a formação acadêmica precisa ser pautada pela produção e reconstrução de conhecimento que corresponda às necessidades contemporâneas da sociedade, orientada por uma concepção de ciência que reconheça o conhecimento como uma construção e reconstrução social constituída a partir de diferentes fontes e que valorize a pluralidade dos saberes, as práticas locais e regionais. Essa formação acadêmica, entre outras perspectivas, visa à inclusão social, proporcionando o acesso e a continuidade dos estudos, inclusive aos grupos que, historicamente, estiveram marginalizados e afastados do direito ao ensino superior público e gratuito. Além disso, precisa ser planejada na estruturação de percursos formativos flexíveis, respeitando a diversidade e liberdade de pensamento e expressão, sem discriminações (PDI, p.60).

O Curso de Letras retoma em suas discussões contínuas e proposições curriculares a presença desses três pilares atuando de forma conjunta ao longo dos semestres de estudo e aprendizagem, uma vez que adota como política prioritária a formação de professores da Educação Básica e a formação continuada, tanto aos egressos como também aos professores pertencentes à comunidade local e regional. Isto se dá por meio da adesão aos programas institucionais e demais projetos⁹ constantemente criados, onde se possibilita a revisão das práticas escolares, sempre em busca de inovação e motivação. Além disso, parte do corpo docente integra e constitui o Mestrado Profissionalizante em Ensino de Línguas, voltado aos egressos, professores e público em geral, desde 2014.

O curso conta atualmente com uma média de 200 alunos que participam, acompanhados pelos professores do curso e, em alguns casos, por professores da rede pública, de programas como os que se seguem:

- ♣ PDA – Programa de Desenvolvimento Acadêmico (articula bolsas de apoio financeiro aos estudantes através de editais internos e externos, sendo responsáveis pela aderência e continuidade no curso);
- ♣ PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Coord. Prof. Dr. Adriano de Souza e Prof. Nathan Bastos de Souza, edição atual;
- ♣ PET – Programa de Educação Tutorial – Coord. Profa. Dra. Carolina Fernandes, edição atual;
- ♣ PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA – Coord. Profa. Dra. Vera Medeiros, edição concluída em 2024.

Além desses programas institucionais, o Curso de Letras tem inúmeros projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão em andamento, continuamente revigorados ou propostos desde a sua implantação, mantidos pelas áreas distintas que o compõem, e que serão explicitados nos itens específicos abaixo. O acesso dos discentes aos projetos em vigência encontra-se no Portal do Curso (página oficial), constando registrados internamente até então no SIPPEE (Sistema de Informação de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão) e, desde novembro/2021, novos projetos são registrados no SAP (Sistema Acadêmico de Projetos).

Quanto aos eventos institucionais anuais previstos não só no curso, mas nas

⁹ Mais informações acerca dos projetos desenvolvidos no curso estão disponíveis no SAP – Sistema Acadêmico de Projetos, em <https://guri.UNIPAMPA.edu.br/sap/publico/pesquisarProjetos/>

áreas afins, dentro dos programas de Graduação e de Pós-Graduação, e que asseguram a interlocução entre Ensino, Pesquisa e Extensão, citamos: SIEPE – Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão; Semana Acadêmica do Curso de Letras, com oficinas e palestras; Jornada de Reflexões sobre Ensino de Línguas (proposta pelo Mestrado Profissional em Ensino de Línguas); encontros do FORLIC – Fórum das Licenciaturas; aulas magnas no início de cada semestre letivo; defesas semestrais de TCC - Trabalhos de Conclusão de Curso e de Dissertações de Mestrado, que são eventos públicos, com participação certificada da comunidade acadêmica; encontros conjuntos dos diversos *campi* da Universidade, ligados aos programas PIBID, Residência Pedagógica e PET.

2.1.1 Políticas de Ensino

O Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa está alinhado ao PDI da Universidade e em acordo com o órgão responsável pelo setor acadêmico que orienta as atividades dos cursos internamente (PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação), vide Resolução CONSUNI/UNIPAMPA no. 267/2019, relativa à Política Institucional de Formação de Profissionais para a Educação Básica.

Segundo o PDI (2025-2029), a Unipampa assume também como política de ensino a valorização dos cursos de formação de docentes da educação básica, por meio da qualificação dos cursos de licenciatura e de formação continuada, dos programas, dos projetos, bem como outras ações da Universidade para este fim, buscando sempre uma maior aproximação com a realidade da educação básica. Para isso, em consonância com a Portaria CAPES no 158/2017, propõe a elaboração da Política Institucional de Formação de Professores da Educação Básica, a qual visa a indicar os princípios, os objetivos e o perfil profissional que devem orientar a formação inicial e continuada de docentes, fortalecendo, portanto, o compromisso social da Universidade Pública com a valorização da profissão docente, com a formação de docentes e a integração com as redes de ensino (PDI, p.61).

Ciente de que seu objetivo maior é a formação de professores que atendam às necessidades regionais e não só, reafirma algumas prerrogativas desde seu início: ensino coadunado com a realidade contextual, mas capaz de assegurar uma formação sólida para enfrentar os desafios encontrados em outras localidades

brasileiras; formação cidadã, tendo consciência de que o magistério é um lugar de exercício participativo e responsável, estendendo sua influência tanto individual como coletivamente na construção de um meio mais favorável; proposição de uma qualidade acadêmica que se traduz na seriedade com que o currículo é visto e revisto, no compromisso dos docentes em contínua busca de aprimoramento e práticas pedagógicas que atendam a princípios éticos em prol do interesse público; manutenção de um ambiente em que a universalidade dos conhecimentos, saberes e práticas têm lugar reconhecido; inserção de inovações tecnológicas, temáticas ou de ordem metodológica; criação de mecanismos que assegurem e garantam as mesmas condições de ensino- aprendizagem a todos; respeito à pluralidade de concepções manifestas; e adoção de práticas reflexivas quanto às experiências e realidade escolar, tendo na Pesquisa e no levantamento de dados uma fonte de apoio para observações críticas e propositivas de mudanças, quando necessário. Mencionem-se ainda os vários cursos de Especialização *lato sensu* nas diferentes áreas: Ensino, Português e Literatura, ofertados pelo Curso de Letras desde 2011, reunindo número expressivo de egressos e professores dos municípios próximos.

Além dos Programas que incidem diretamente sobre atividades de ensino-aprendizagem nas escolas locais de Educação Básica (PIBID e RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA) e dos três estágios (Introdução ao Estágio na Educação Básica, Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental e Estágio na Educação Básica: Ensino Médio como componentes curriculares), tem-se oferecido diversificados projetos de ensino nos últimos anos.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

O Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, em concordância com a noção de que a Universidade Federal do Pampa tinha e tem a missão de favorecer o desenvolvimento regional, expansivo cada vez mais a outras realidades geo-sociais, enfatiza a possibilidade de uma formação acadêmica sólida e forte o suficiente para alterar as condições humanas, culturais e econômicas de seu entorno, tendo na Pesquisa um alicerce garantidor dessas metas. Passada uma década e meia, e com a crescente adesão de alunos ao curso provindos de várias partes do País, o compromisso alargou-se no sentido de contemplar outras realidades mais abrangentes. Ao longo do curso, os projetos de pesquisa ofertados, para os quais os alunos são convidados a participar,

inclusive com bolsas de iniciação científica, colocam em prática as coordenadas que regem a investigação científica, predispondo os discentes a observarem fenômenos pedagógicos, linguísticos e literários, apoiando-os teoricamente e levando-os a formular apreciações crítico-reflexivas. Essa participação finda por criar uma produção científica que é apresentada em congressos, eventos internos, etc., e gera publicações. Por outro lado, as atividades de pesquisa durante a Graduação influenciam alguns discentes egressos a buscar qualificação em cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado tanto dentro da própria instituição quanto nas demais Universidades, de modo que já se contabilizam Mestres e Doutores nas áreas de Língua Portuguesa, Linguística e Literatura.

Atualmente os Projetos de Pesquisa em execução, envolvendo alunos de diversos semestres, são:

♣ **Trajétórias de letramento e de proficiência escrita**

Coordenador: Prof. Dr. Adriano de Souza. Ano de início: 2024

♣ **O sujeito na trilha do saber: Discurso e Ensino**

Coordenadora: Profa. Dra. Carolina Fernandes. Ano de início: 2023

♣ **Atlas Linguístico do Brasil – (ALiB): descrição e análise do falar**

Coordenadora: Profa. Dra. Hélen Cristina da Silva. Ano de início: 2024

♣ **CEU – Centro de escrita da UNIPAMPA**

Coordenadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira Teixeira. Ano de início: 2021

♣ **Estudos bakhtinianos: circulação das ideias, condições de leitura e reapropriações teóricas**

Coordenador: Prof. Dr. Nathan Bastos de Souza. Ano de início: 2024

♣ **Coletivos poéticos e articulações entre literatura e sociedade em Bagé/RS**

Coordenadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Cardoso Medeiros. Ano de início: 2022

♣ **Subjetividades e discursividades contemporâneas em distintas materialidades significantes**

Coordenadora: Profa. Dra. Carolina Fernandes. Ano de início: 2024

♣ **A integração entre a Dialetologia/Geolinguística e a Sociolinguística para uma pedagogia plural da variação linguística**

Coordenadora: Profa. Dra. Hélen Cristina da Silva. Ano de início: 2024

♣ **Literatura infantil e juvenil: leitura e ensino – parte 2**

Coordenadora: Profa. Dra. Zíla Letícia Goulart Pereira Rêgo. Ano de início: 2025.

♣ **A Teoria Inatingível: Epistemologia na História da Análise de Discurso**

Coordenador: Prof. Dr. Santiago Bretanha Freitas. Ano de início: 2025

2.1.3 Políticas de Extensão

As atividades de Extensão sempre foram praticadas desde o início de criação do Curso de Letras e nos primeiros 5 anos (2006-2011) alcançaram o âmbito local (município de Bagé e entorno) com grande efetividade, tanto na cena cultural como no meio educacional, através de oficinas, palestras e minicursos em eventos como a Feira do Livro de Bagé, Fóruns Municipais de Educação e encontros com professores do Ensino Básico, em projetos de formação continuada e em atendimento às demandas solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação de Bagé. Essa atuação garantiu a efetividade de uma presença marcada e aproximativa da Universidade com a comunidade local.

Já nos últimos anos, vê-se uma expansão da atuação do Curso de Letras, seus docentes e alunos, chamados a contribuir com demandas pontuais e organizações sócio-culturais e educativas, tais como os minicursos anuais promovidos pela Associação das Comunidades Quilombolas de Palmas/RS desde 2018, projetos envolvendo projeções de filmes comentados para grupos específicos ou público em geral, dentro e fora da Universidade (“Cinema na UNIPAMPA”), encontros anuais ligados à educação étnico-racial promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, entre outros. Destaca-se ainda a atuação do NULI – Núcleo de Formação do Leitor Literário e do PET Letras, os quais empreendem rodas de conversa sobre temas complexos, leituras dramatizadas e ações de letramento literário no meio escolar e em praças públicas, entre outras ações. A participação do Curso com suas propostas extensivas atende ao princípio do diálogo transformador possível entre as partes envolvidas, bem como da troca de conhecimentos e saberes entre a Universidade e a comunidade.

Já a partir de 2020, por meio da PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão da UNIPAMPA, tomou-se conhecimento do Plano Nacional de Extensão, iniciando-se a

interação sobre as novas demandas educacionais, as quais propunham a curricularização da Extensão. Com isto, seguiram-se debates e discussões internas, a fim de reorganizar as matrizes curriculares dos cursos universitários em todo o País. Este novo PPC traz essa integração das atividades de extensão junto à grade curricular, as descreve e regulariza, acrescentando o dispositivo chamado UNIPAMPA Cidadã criado pela Instituição educacional, a ser agregado por todos os cursos. Trata-se do cumprimento de 60 horas, por parte do discente, em prestação de serviços junto a qualquer entidade social, educativa, cultural ou sanitária, como forma de integração dos universitários com o meio em que vivem, priorizando a atuação comunitária daqueles que serão os futuros professores de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Básico.

Citam-se alguns Projetos de Extensão já ocorridos, em execução ou a serem executados ao longo de 2022, dentre eles:

♣ **Leitura e Discussão de Grandes Obras Literárias**

Coordenadora: Profa. Dra. Lúcia Maria Britto Corrêa. Vigência: 2019.

♣ **NULI – Núcleo de Formação do Leitor Literário**

Coordenadora: Profa. Dra. Zíla Letícia Goulart Pereira Rego. Vigência: 2011 a 2024.

♣ **Confraria poética – Roda de Leitura de obras da Literatura Brasileira contemporânea**

Coordenadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Cardoso Medeiros. Vigência: 2019 a 2022.

♣ **Literatura afro-brasileira: abordagem introdutória – 2ª. Edição.**

Coordenadora: Profa. Dra. Miriam Denise Kelm. Vigência: maio 2022 a outubro 2022.

♣ **Integração social e sustentabilidade em projetos e oficinas de aprendizagens.**

Coordenador: Prof. Dr. Adriano de Souza. Ano de início: 2023.

♣ **Rádio Uni (versão 2): podcasts e web rádio universitária.**

Coordenadora: Profa. Dra. Carolina Fernandes. Ano de início: 2024

♣ **Reforço escolar em aulas de Português.**

Coordenadora: Profa. Dra. Carolina Fernandes. Ano de início: 2024

♣ **UNIPAMPA Cidadã.**

Coordenadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Cardoso Medeiros. Ano de início: 2024

♣ **Encontro de saberes na Unipampa.**

Coordenadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Cardoso Medeiros. Ano de início: 2023

♣ **Formação continuada para professores: leitura e escrita na educação básica.**

Coordenador: Prof. Dr. Nathan Bastos de Souza. Ano de início: 2024-2025.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral:

Proporcionar uma formação linguística e literária capaz de habilitar adequadamente o aluno ao exercício do magistério em componentes de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica.

Objetivos específicos:

- ♣ Promover a capacitação do futuro professor quanto às competências linguísticas necessárias à leitura e à escrita;
- ♣ Possibilitar ao estudante o desenvolvimento de senso crítico, necessário ao futuro profissional, para que possa atuar efetivamente no contexto sociopolítico em que estará inserido;
- ♣ Contribuir, através do ensino, da pesquisa e da extensão, para o desenvolvimento dos estudos linguísticos e literários, bem como de suas metodologias de ensino;
- ♣ Capacitar o aluno para apropriar-se, de forma crítica, dos diferentes modos de comunicação, articulando as habilidades de manejo da linguagem verbal àquelas necessárias ao tratamento da linguagem não-verbal;
- ♣ Conscientizar o aluno acerca da sua inserção na sociedade e do papel sociopolítico do professor de língua materna e de literatura;
- ♣ Proporcionar o conhecimento e a reflexão sobre a diversidade linguística e cultural;
- ♣ Abordar a inter-relação entre os fatos histórico-sociais e as manifestações linguísticas e literárias;
- ♣ Estimular a reflexão teórica sobre a linguagem e os seus usos, bem como sobre a literatura enquanto forma de expressão cultural, artística

e ideológica;

- ♣ Proporcionar o uso reflexivo-crítico das tecnologias da informação e da comunicação;
- ♣ Estimular e promover o uso de tecnologias relacionadas ao ensino;
- ♣ Promover ambientes de aprendizagem que levem o aluno a assumir sua formação acadêmico-profissional como processo contínuo e autônomo;
- ♣ Ampliar a inserção dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, como atividades inerentes à sua atuação docente.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

O egresso dos cursos de licenciatura da UNIPAMPA deve estar preparado para exercer suas funções em conformidade com o exposto na LDB nº 9.394/96, capítulo IV, da Educação Superior e, também, na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a fim de cumprir o papel social de um cidadão qualificado, desenvolver a pesquisa científica e o pensamento crítico-reflexivo e estar apto a trabalhar com a diversidade cultural brasileira, realizando, desse modo, o papel de educador que contribui, não apenas com o desenvolvimento do saber técnico-científico, mas também para a difusão dos valores, habilidades e competências próprias de uma sociedade democrática. Os cursos, preocupados com essa necessária transformação do estudante, propõem um perfil profissional que enfatize a competência crítico-humanística, técnica, política e pedagógica.

Nesse sentido, faz-se necessário que o egresso estabeleça formas de interação que promovam a constituição da identidade e o desenvolvimento da autonomia de seus alunos da educação básica, a partir da valorização das diferenças como produtoras de subjetividades, compreendendo as suas características sociais, étnico-culturais, econômicas e as suas necessidades de desenvolvimento e aprendizagem.

No que diz respeito, especificamente, ao curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras (Parecer CNE/CES No. 492/2001), o egresso deve:

ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações

culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários (BRASIL, 2001, p. 30).

Além disso, o egresso dos cursos de licenciatura da UNIPAMPA será um profissional capaz de criar desafios, interagir por meio das tecnologias de informação e de comunicação, problematizar/construir saberes, pautando-se pela ética e pelo respeito e valorização das individualidades, das características regionais, das identidades culturais, da educação ambiental, das pessoas com necessidades especiais, dentre outros elementos que constituem a sociedade.

Dessa forma, afinado aos princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade e deste PPC, é esperado que o egresso do curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa seja capaz de:

- ♣ Compreender os conceitos centrais, as ferramentas de investigação e a estrutura dos componentes curriculares no contexto da organização curricular do curso;
- ♣ Assumir uma posição autônoma em relação a sua formação acadêmico-profissional;
- ♣ Apropriar-se de forma crítica das diferentes linguagens, com ênfase na linguagem verbal nas suas modalidades escrita e oral;
- ♣ Compreender as diferentes situações de uso da(s) língua(s) e literatura(s) estudada(s), assim como o processo de ensino-aprendizagem destas;
- ♣ Ler e escrever com proficiência, conforme os diferentes contextos de usos da linguagem;
- ♣ Desenvolver práticas relevantes e inovadoras para o ensino de Língua Portuguesa, a partir da elaboração de concepções e métodos de análise, trabalhando os conteúdos em consonância com a necessidade do contexto no qual está inserido em sua atuação profissional;
- ♣ Analisar de maneira permanente e crítica os seus próprios conhecimentos, assimilando os novos conhecimentos científicos e/ou educacionais e refletindo sobre o comportamento ético que a

sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político;

- ♣ Conhecer as interpretações propostas pelas principais escolas do pensamento pedagógico, de modo a distinguir diferentes ações, metodologias e teorias;
- ♣ Dominar as diferentes concepções metodológicas, que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise do campo educacional como um todo e das suas áreas de conhecimento específico;
- ♣ Dominar os conceitos, os conteúdos, os métodos e as técnicas que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- ♣ Utilizar, com competência, os gêneros digitais e as ferramentas disponibilizadas pela tecnologia, especialmente as da informação e as da comunicação, sempre acompanhando seu desenvolvimento, a fim de utilizá-las de forma a contribuir para o ensino e para a pesquisa;
- ♣ Transitar pelas fronteiras entre a sua área de conhecimento e outras áreas, sendo capaz de relacionar seus campos específicos com outras áreas, mediante, sobretudo, a interdisciplinaridade.
- ♣ Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências sociais, o papel da escola como formadora de cidadãos e profissionais, bem como a concepção de sociedade, de educação e de ser humano, tornando-os referenciais para a análise e para a prática pedagógica;
- ♣ Atuar como mediador qualificado e reflexivo, sensível às diferenças identitárias no ambiente educacional;
- ♣ Desenvolver a capacidade de interação social com base em princípios éticos, a fim de inspirar pessoas nos ambientes profissional e comunitário para a obtenção de resultados socialmente válidos.

Assim, com base nas competências e habilidades adquiridas no campo dos estudos linguísticos, literários e pedagógicos desenvolvidos durante o curso, o graduado estará apto a atuar em diversas frentes de trabalho, como: professor e/ou pesquisador, crítico literário, tradutor, intérprete, revisor de textos, roteirista, secretário, assessor cultural, entre outras atividades.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

Nesse sentido, esse documento segue as orientações gerais de organização curricular previstas na Resolução CNE/CP nº 02/2019 (BRASIL, 2019), que institui diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a base nacional comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação). Este PPC concebe sua organização curricular em torno dos seguintes grupos descritos na referida resolução:

- Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:
400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e
400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora (BRASIL, 2019, p. 6).

Esses grupos estão articulados aos objetivos do curso e ao Plano de Desenvolvimento Institucional, ao desenvolvimento das habilidades e competências dos graduandos e ao perfil do egresso, circunscritos neste documento. Assim, os princípios que orientam as bases da arquitetura curricular do curso, consideradas a natureza socioeconômica e cultural da região, como também as demandas emergentes de formação de um profissional qualificado para atender às necessidades educacionais e sociais das regiões e do País são:

- ♣ Ensino articulado com práticas formativo-investigativas;
- ♣ Conteúdos teórico-práticos que valorizem os saberes locais, regionais, nacionais e internacionais;

- ♣ Currículo flexível, possibilitando percursos diversificados ao educando, contemplando os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- ♣ Desenvolvimento de projetos que articulem ensino–pesquisa–extensão, voltados aos saberes disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, contribuindo para a expansão socioeconômica e cultural da região;
- ♣ Articulação entre os componentes curriculares, fomentando a interdisciplinaridade e buscando romper com a tradicional dicotomia teoria- prática;
- ♣ Inserção e promoção do uso das novas tecnologias (TIC), tanto visando à aprendizagem dos conteúdos via recursos midiáticos, como também fomentando no educando a possibilidade de utilização desse meio nas práticas futuras em seu campo de trabalho;
- ♣ Garantia do desenvolvimento de atividades práticas desde o início do curso, atendendo ao previsto na legislação;
- ♣ Discussão acerca do papel da docência na inclusão social e implementação de ações que atendam à diversidade, à pluralidade de saberes e às diferentes modalidades de ensino;
- ♣ Diversidade metodológica pelos componentes curriculares;
- ♣ Reafirmação da prática como componente curricular, articulando os conhecimentos específicos aos saberes da atividade docente e promovendo, através de projetos de ensino, a interdisciplinaridade e a abordagem de temas transversais pertinentes a uma sociedade ética e democrática.

Para que as inovações propostas sejam realizáveis, é fundamental que se desenvolva o espírito do trabalho coletivo, promovendo o diálogo não só entre os componentes curriculares, mediante suas ementas, mas também entre os diferentes cursos de licenciatura dos *campi* da Instituição, buscando constante interlocução dentro do ambiente institucional como também com a comunidade externa, a partir do diálogo com a rede de ensino e as associações comunitárias da região. Isso implica construir espaços/tempos diferenciados dos modelos tradicionais caracterizados pelo engessamento das estruturas curriculares; romper com as práticas de compartimentalização de saberes, que promovem a não articulação entre

teoria e prática; e, por fim, construir um projeto que pense a formação para a docência como um dispositivo que possa superar as atuais e preocupantes condições de ensino/aprendizagem do País.

A matriz curricular é coerente com os objetivos do curso e com o perfil do egresso. Além disso, evidencia a flexibilização curricular, a interdisciplinaridade, a contextualização, a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática.

A matriz curricular contém:

- ♣ Componentes curriculares obrigatórios: componentes curriculares integrantes do currículo pleno/matriz do curso, incluindo as práticas profissionais, prática como componente curricular, os estágios e o trabalho de conclusão de curso (TCC);
- ♣ Componentes curriculares complementares: componentes curriculares eletivos, com o objetivo de complementar a formação profissional do aluno.

Além disso, atentou-se para o seguinte:

- a. ofertar, obrigatoriamente, o componente curricular Libras;
- b. prever o estudo das temáticas História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, educação ambiental (BRASIL, 1999; 2012) e direitos humanos (BRASIL, 2012; 2015);
- c. assegurar, no mínimo, 10% do total de carga horária curricular exigida para a graduação em programas e projetos de extensão universitária;
- d. ofertar, no máximo, 40% da carga horária total do curso na modalidade a distância, após o reconhecimento do curso, em atendimento ao que prevê a Portaria 2.117, de 6 de dezembro de 2019.

Atentando aos princípios elencados, os quais fundamentam a estrutura curricular do curso, este PPC contempla a organização pedagógica via eixos articuladores relacionados com os núcleos de formação já citados. A ideia é a de que esses eixos possam garantir a articulação entre os diferentes saberes e as competências necessárias à formação, atentando às dimensões humanas, políticas, culturais, econômicas, tecnológicas.

O currículo do curso organiza-se em torno de um núcleo integrador: formação sociocultural que, de forma integrada, visa à apropriação das competências pessoal,

social, cultural, acadêmica, profissional, tecnológica e científica, tendo em vista a inserção na vida e a adaptabilidade aos diferentes contextos. Tem ainda por objetivo a formação de cidadãos atuantes no espaço comunitário e nacional, proporcionando as condições para o aprofundamento das capacidades de autonomia, iniciativa, autoaprendizagem, trabalho em equipe e resolução de problemas. A partir deste, desenvolvem-se outros três eixos que articulam os componentes curriculares de forma transversal e interdisciplinar, sendo eles:

- ♣ Leituras e escritas – visa mobilizar o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se, ainda, que este eixo é o cerne da formação do licenciado em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa e orienta todo o processo formativo, desde as dificuldades apresentadas pelos ingressantes até a formação necessária do egresso, tornando-o preparado para atuar em qualquer área que envolve leituras e escritas.
- ♣ Teorias e práticas – considera que o aprendizado ocorre com intensa participação e envolvimento de quem aprende, o que se potencializa quando há uma situação real para se resolver. Com base nos conhecimentos teóricos e nos saberes da experiência prática, torna-se possível solucionar o problema. Assim, é necessário que se conheçam os fundamentos (teorias) e que se desenvolvam conhecimentos e habilidades necessários à transformação desses fundamentos em ações do dia a dia, através da prática.
- ♣ Docência e pesquisa – considera a formação de um profissional que reflete sobre a sua prática, que pensa e elabora a partir dessa prática. Relaciona-se com a constituição de um professor que parte de questões relativas à sua prática com o objetivo de aprimorá-la. Este eixo centra-se na consideração da prática, que passa a ser meio, fundamento e destinação dos saberes que suscita, desde que esses possam ser orientados e apropriados pela ação reflexiva do futuro professor.

O curso ainda adota a flexibilização curricular a partir da oferta de componentes curriculares complementares que possibilitam uma formação acadêmico-profissional mais autônoma. Além disso, os estudantes contam com a oferta de cursos de extensão para o aprofundamento de conteúdos. Estes cursos

visam ao atendimento das necessidades não apenas da comunidade acadêmica como também da comunidade municipal e regional, que pode ampliar seus conhecimentos, justificando-se, assim, a existência da Universidade como órgão estatal transformador da sociedade e do meio em que está inserida.

A matriz curricular do curso, conforme os grupos apresentados acima, cumpre a carga horária mínima determinada por lei. Assim, o currículo tem 3.215 horas divididas em:

- ♣ 800h no Grupo I, que compreende 720h de componentes curriculares e 80h de Atividades Curriculares de Extensão no Programa Unipampa Cidadã;
- ♣ 1605 no Grupo II, que corresponde a 1.545h de componentes curriculares e 60h de Atividades Curriculares de Extensão em projetos de extensão do curso de Licenciatura em Letras – Português;
- ♣ 810h no Grupo III, que se divide em 405h de componentes de Prática como componente curricular e 405h de componentes de estágio curricular obrigatório.

Das 3.075 horas dedicadas a componentes curriculares, 240 horas devem ser cumpridas em componentes curriculares complementares. Além disso, cabe destacar que, desse total, 270 horas realizar-se-ão na modalidade a distância, compreendendo 7,46% das horas totais do curso.

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

Os requisitos para integralização de currículo com vistas à colação de grau são:

- ♣ Cumprimento da carga horária mínima em componentes curriculares obrigatórios (2.835 horas);
- ♣ Cumprimento da carga horária mínima em componentes curriculares complementares de graduação (240 horas);
- ♣ Cumprimento da carga horária mínima dos estágios curriculares (405 horas);
- ♣ Cumprimento da carga horária mínima de Atividades Curriculares de Extensão Específicas, conforme as normas deste PPC (140 horas);
- ♣ Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso com aprovação em

defesa pública e entrega da versão final à universidade, conforme as normas da Biblioteca;

- ♣ Estar em situação regular no Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), que é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências (BRASIL, 2004).

Na Tabela 1, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Atividades Complementares de Graduação.

Tabela 1 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	3.075
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso	225
1.2 Estágio Curricular Obrigatório	405
1.3 Prática como Componente Curricular	405
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	240
3. Atividades Complementares de Graduação	0
4. Atividades Curriculares de Extensão	335
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	195
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas	140
5 Carga horária a distância (se houver, para cursos presenciais)	270
*Total (soma dos itens 1, 2, 3 e 4.2)	3.215

* Carga horária a ser registrada no sistema e-MEC.

2.4.2 Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 - Matriz Curricular do Curso

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
1	BA000453	Estudos Linguísticos	-	45	15	0	0	0	60	4
1		Literatura para crianças e jovens	-	30	15	0	0	15	60	4
1	BA011201	Estudos Literários I	-	60	0	0	0	0	60	4
1		Extensão I: Comunidade	-	0	0	0	0	60	60	4
1	BA001093	Políticas Públicas Educacionais	-	60	0	0	0	0	60	4
2	BA001301	Fonética e Fonologia	Estudos Linguísticos	60	0	0	0	0	60	4
2	BA001302	Linguística Aplicada ao Ensino de Português	Estudos Linguísticos	45	0	15	15	0	75	5
2	BA011204	Estudos Literários II	Estudos Literários I	60	0	0	0	0	60	4
2	BA001315	Práticas de Ensino em Língua e Literatura	Estudos Linguísticos Estudos Literários I	0	0	0	60	0	60	4
2	BA001041	História da Educação Brasileira	-	60	0	0	0	0	60	4
3		Morfossintaxe I	Estudos Linguísticos	45	15	0	0	0	60	4
3		Teoria da literatura	Estudos	45	0	15	15	0	75	5

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			Literários II							
3	BA001316	Práticas de Ensino em Linguagens	Práticas de Ensino em Língua e Literatura	0	0	0	60	0	60	4
3		Práticas de linguagens: matemática e português na educação	-	30	30	0	0	0	60	4
3	BA013610	Psicologia e Educação	-	45	0	0	15	0	60	4
4		Morfossintaxe II	Morfossintaxe I	45	0	15	15	0	75	5
4	BA001306	Literatura Brasileira I	Teoria da literatura	60	0	0	0	0	60	4
4	BA001317	Práticas de Ensino em Literatura	Práticas de Ensino em Língua e Literatura	0	0	0	60	0	60	4
4		Extensão II: Espaços culturais	Extensão I: Comunidade	0	0	0	0	60	60	4
4	BA013005	Educação Inclusiva	-	45	0	0	15	0	60	4
5	BA001303	Teorias do Texto	Estudos Linguísticos	45	0	15	15	0	75	5
5	BA001308	Literatura Brasileira II	Literatura Brasileira I	45	0	15	15	0	75	5
			Práticas de Ensino em Linguagens							

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
5	BA001319	Introdução ao Estágio na Educação Básica	Práticas de Ensino em Literatura	0	135	0	0	0	135	9
5		Extensão III: Contextos digitais	Extensão I: Comunidade	0	0	0	0	60	60	4
5	BA001320	Metodologias e Avaliação na Educação Básica	-	45	0	0	15	0	60	4
6	BA001307	Teorias do Discurso	Estudos Linguísticos	45	0	15	15	0	75	5
6		Literatura Portuguesa	Estudos Literários II	60	0	0	0	0	60	4
6		Pesquisa em literatura	Estudos Literários II	30	30	0	0	0	60	4
6	BA001309	Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental	Introdução ao Estágio na Educação Básica	0	135	0	0	0	135	9
6	BA001046	Organização do Trabalho Pedagógico na Escola	-	60	0	0	30	0	90	6
7	BA001310	Estudos de Semântica e Pragmática	Estudos Linguísticos	45	0	15	15	0	75	5
7		Pesquisa em linguística	Estudos Linguísticos	30	30	0	0	0	60	4
7		Literaturas Africanas de Língua Portuguesa		45	0	15	15	0	75	5
7	BA001311	Estágio na Educação Básica:	Introdução ao Estágio na	0	135	0	0	0	135	9

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		Ensino Médio	Educação Básica							
8	BA001321	Sociolinguística e Ensino	Morfossintaxe II	45	0	15	15	0	75	5
8	BA000459	Leitura de Clássicos	-	45	0	0	15	0	60	4
8		Componente Curricular Complementar	-	60	0	0	0	0	60	4
8		Componente Curricular Complementar	-	60	0	0	0	0	60	4
8	BA001312	Trabalho de Conclusão de Curso I	Todos os componentes dos semestres anteriores	30	30	45	0	0	105	7
9	BA011203	LIBRAS I	-	60	0	0	0	0	60	4
9		Componente Curricular Complementar	-	60	0	0	0	0	60	4
9		Componente Curricular Complementar	-	60	0	0	0	0	60	4
9	BA001314	Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso I	30	30	60	0	0	120	8
TOTAL				1.635	600	240	405	195	3.075	205
CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES									240	16
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO									335	
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas									60	

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - EAD	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
Carga horária total de UNIPAMPA Cidadã									80	
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas									195	
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO									0	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO									3.215	

2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais

Como já pontuado na seção 1.3, a abordagem dos temas contemporâneos transversais contribui para uma formação do licenciado em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, reflexiva e sensível à multi, inter e transculturalidade, típica do século XXI. Assim, os temas são abordados ao longo de todo o curso, com aprofundamento em componentes obrigatórios e complementares que compõem a matriz curricular.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta seis macro áreas para as seguintes temáticas: Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde, as quais englobam 15 temas contemporâneos “que afetam a vida humana em escala local, regional e global” (BRASIL, 2019, p. 12).

O Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa aborda de maneira transdisciplinar os temas em seus diferentes componentes, a partir de discussões que envolvem reflexões sobre práticas linguísticas dos falantes de português e sobre as literaturas produzidas a partir da língua portuguesa.

De maneira aprofundada, alguns temas são tratados em componentes curriculares obrigatórios e complementares específicos, como descrito no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Temas contemporâneos transversais e componentes curriculares

Macro área	Tema contemporâneo transversal	Componente Curricular
Cidadania e Civismo	Educação em Direitos Humanos	Construção de Recursos Adaptados ao Ensino Educação Inclusiva Inclusão e Acessibilidade na Escola: Quebrando Barreiras LIBRAS Linguagem, Gênero e Sexualidade Práticas em Educação para a Diversidade I Práticas em Educação para a Diversidade II
	Direitos da Criança e do Adolescente	Literatura para crianças e jovens Produção Cultural para a Infância e Adolescência Tópicos de Literatura Infantil e Juvenil

Macro área	Tema contemporâneo transversal	Componente Curricular
Multiculturalismo	Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras	Estudos de Cultura Brasileira Estudos Literários Afro-Brasileiros e Indígenas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa Tópicos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa
	Diversidade Cultural	Cultura Africana Estudos Culturais e Educação Introdução aos Estudos de Cultura e Linguagem
Ciência e Tecnologia	Ciência e Tecnologia	Informática e Educação Tecnologia Educacional
Meio ambiente	Educação Ambiental	Tópicos em Educação Estético-Ambiental

Os temas apresentados no quadro 1, bem como a prevenção do *bullying*, a promoção da cultura da paz (Lei nº.13.663/2018), a educação alimentar e nutricional (Lei nº 13.666/2018) e a violência contra a mulher (Lei nº 14.164/2021) são abordados, também, durante os estágios e nos projetos de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos por docentes do curso. Pode-se mencionar ainda, no que se refere à temática da educação das relações étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, a parceria que o Curso de Letras tem estabelecido com o NEABI Oliveira Silveira, do Campus Bagé, na promoção de atividades que buscam práticas educacionais antirracistas.

2.4.4 Flexibilização Curricular

A concepção de formação acadêmica indicada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2025-2029) requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos, atividades curriculares de extensão e atividades complementares) (PDI, p.60).

Desse modo, a flexibilização curricular deste PPC materializa-se em vários aspectos. Parte da formação do aluno é definida por ele mesmo mediante a livre escolha de componentes curriculares complementares (eletivos) ofertados a cada semestre. Essa escolha deverá totalizar, no mínimo, 240 horas. Isso significa que o curso acredita em uma formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórios) e, também, na capacidade de o aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse. Outra parte da formação do aluno definida por ele mesmo encontra-se na inserção da extensão no currículo do curso, a qual possibilita ao discente desenvolver atividades extensionistas em espaços diversos de seu interesse, buscando a articulação entre a teoria acadêmica e a aplicação na sociedade. Tais atividades são desenvolvidas como Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV), relacionadas aos componentes “Extensão I: Comunidade”, “Extensão II: Espaços Culturais”, “Extensão III: Contextos Digitais”, e como Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE), referentes ao Programa Institucional “UNIPAMPA Cidadã” e aos projetos e programas realizados pelos docentes do próprio Curso.

Outro aspecto de flexibilização curricular é o fato de que a fixação de pré-requisitos para os componentes curriculares se limita ao mínimo necessário, possibilitando percursos formativos variados, na medida em que o aluno pode escolher quais componentes curriculares sem pré-requisitos cursará em cada semestre. Além disso, componentes curriculares de graduação cursados em período anterior ao ingresso do aluno na UNIPAMPA poderão ser aproveitados, mediante solicitação do graduando, como componentes curriculares obrigatórios ou complementares, desde que tenham sido concluídos com aprovação em até dez anos antes do ingresso na UNIPAMPA. Cabe a observação de que os Trabalhos de Conclusão de Curso e os estágios curriculares não podem ser ofertados em “modalidade especial de oferta para discentes prováveis formandos”.

2.4.5 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Tabela 3 - CCCGs

Semestre	Código	Nome	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
-	BA000492	Alfabetização e Letramento	45h	15h	0	60h	4
-	BA001345	Análise de Livros Didáticos	30h	30h	0	60h	4
-	BA001346	Análise e Produção de Materiais Didáticos	30h	30h	0	60h	4
	BA001337	Análise Linguística e Ensino	60h	0	0	60h	4
-	BA000709	Aquisição da Linguagem Oral e seus Distúrbios	60h	0	0	60h	4
-	BA000498	Arte, Análise do Discurso e Psicanálise	45h	15h	0	60h	4
-	BA000496	Autoria e Interpretação	60h	0	0	60h	4
	BA001323	Canção Brasileira	60h	0	0	60h	4
	BA001335	Ciência e Linguagem	60h	0	0	60h	4
-	BA001347	Cinema, Psicanálise e Discurso	30h	30h	0	60h	4
	BA001121	Construção de Recursos Adaptados ao Ensino	15h	45h	0	60h	4
-	BA000733	Cultura Africana	45h	15h	0	60h	4
-	BA001348	Enunciação e Ensino	30h	30h	0	60h	4
-	BA000488	Enunciação e Interdisciplinaridade	45h	15h	0	60h	4
-	BA000037	Epistemologia da Ciência	60h	0	0	60h	4
-	BA000495	Estilo e Autoria	60h	0	0	60h	4
-	BA000043	Estudo da Fala em Interação Social	60h	0	0	60h	4
-	BA000729	Estudos Comparatistas	60h	0	0	60h	4
	BA001299	Estudos Críticos do Discurso	30h	30h	0	60h	4
	BA001122	Estudos Culturais e Educação	45h	15h	0	60h	4
-	BA000728	Estudos de Cultura Brasileira	60h	0	0	60h	4

Semestre	Código	Nome	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Exatensão	CH - Total	Créditos
-	BA000725	Estudos de Variação e Mudança Linguística	45h	15h	0	60h	4
-	BA000720	Estudos em Psicanálise e Linguística	60h	0	0	60h	4
	BA001322	Estudos Literários Afro-Brasileiros e Indígenas	60h	0	0	60h	4
-	BA000715	Estudos Orientados em Teorias Linguísticas	60h	0	0	60h	4
-	BA001349	Estudos sobre Letramento Digital	30h	30h	0	60h	4
-	BA000718	Estudos sobre Letramento e Gêneros do Discurso	45h	15h	0	60h	4
-	BA000497	Filosofia e Estudos do Discurso	60h	0	0	60h	4
-	BA001350	Francês Instrumental I	30h	30h	0	60h	4
-	BA001351	Francês Instrumental II	30h	30h	0	60h	4
-	BA000047	Funcionalismo: questões teóricas e aplicação	45h	15h	0	60h	4
-	BA000519	Fundamentos da Arte	45h	15h	0	60h	4
	BA000052	Gramática e Ensino	45h	15h	0	60h	4
-	BA001338	História da Educação de Bagé	45h	0	0	45h	3
-	BA000493	História da Escrita	60h	0	0	60h	4
-	BA000494	História da Leitura	60h	0	0	60h	4
-	BA000055	História da Literatura Portuguesa	60h	0	0	60h	4
-	BA000505	História das Ideias Linguísticas	60h	0	0	60h	4
-	BA000713	História do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura: um percurso	60h	0	0	60h	4
-	BA001132	Inclusão e Acessibilidade na Escola: Quebrando Barreiras	15h	15h	0	30h	2
-	BA001352	Informática na Educação	30h	30h	0	60h	4
-	BA000007	Iniciação ao Latim	60h	0	0	60h	4
-		Internet e Ensino de Língua Portuguesa	30h	30h	0	60h	4
-	BA000472	Introdução à Filosofia da Linguagem	60h	0	0	60h	4
-	BA001353	Introdução à Pesquisa Científica e Tecnológica	30h	30h	0	60h	4

Semestre	Código	Nome	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Extenção	CH - Total	Créditos
-	BA000736	Introdução ao Francês	30h	30h	0	60h	4
-	BA001328	Introdução aos estudos bakhtinianos	60h	0	0	60h	4
-	BA001334	Introdução aos Estudos de Cultura e Linguagem	60h	0	0	60h	4
-	BA000500	Leitura e Transformação Social	45h	15h	0	60h	4
-	BA000712	Leituras de Gêneros Discursivos	45h	15h	0	60h	4
-	BA000478	Leituras Orientadas em Análise de Discurso	45h	15h	0	60h	4
-	BA000489	Leituras Orientadas em Linguística da Enunciação	60h	0	0	60h	4
-	BA000506	Linguagem e Cinema	45h	15h	0	60h	4
-	BA001247	Linguagem, Gênero e Sexualidade	30h	30h	0	60h	4
-	BA000490	Linguística da Enunciação e Linguística Aplicada	45h	15h	0	60h	4
-	BA000077	Literatura Dramática	60h	0	0	60h	4
-	BA000615	Literatura e Cinema	60h	0	0	60h	4
-	BA001336	Literatura e Erotismo	60h	0	0	60h	4
-	BA001339	Literatura e História	60h	0	0	60h	4
-	BA000524	Literatura Francesa	30h	30h	0	60h	4
-	BA000746	Literatura Memorialista	60h	0	0	60h	4
-	BA001333	Metodologias da Investigação em Ciências da Linguagem	60h	0	0	60h	4
-	BA000730	Narratologia	60h	0	0	60h	4
-	BA001354	Oficina de Textos	30h	30h	0	60h	4
-	BA001137	Pedagogia da Educação e Saúde	45h	15h	0	60h	4
-	BA013609	Pesquisa em Educação	60h	0	0	60h	4
-	BA000504	Políticas Linguísticas para o Ensino de Língua Materna	60h	0	0	60h	4
-	BA000536	Português para Carreiras Públicas	30h	30h	0	60h	4
-	BA001342	Práticas em Educação para a Diversidade I	30h	0	0	30h	2

Semestre	Código	Nome	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Extenção	CH - Total	Créditos
-	BA001343	Práticas em Educação para a Diversidade II	30h	0	0	30h	2
-	BA000520	Produção Cultural para a Infância e Adolescência	60h	0	0	60h	4
-	BA001340	Questões de Interdisciplinaridade	60h	0	0	60h	4
-	BA000101	Seminário de Autor	60h	0	0	60h	4
-	BA000738	Semiótica	45h	15h	0	60h	4
-	BA001355	Tecnologia Educacional	30h	30h	0	60h	4
-	BA000735	Temas e Formas da Poesia Brasileira	30h	30h	0	60h	4
-	BA000726	Tópicos de Estudos em Fonética	60h	0	0	60h	4
-	BA000727	Tópicos de Estudos em Fonologia	60h	0	0	60h	4
-	BA000483	Tópicos de Linguística Aplicada	45h	15h	0	60h	4
-	BA001325	Tópicos de Literatura I	60h	0	0	60h	4
-	BA001326	Tópicos de Literatura II	60h	0	0	60h	4
-	BA001327	Tópicos de Literatura Infantil e Juvenil	60h	0	0	60h	4
-	BA000731	Tópicos de Literatura Oral	60h	0	0	60h	4
-	BA000732	Tópicos de Literatura Popular	45h	15h	0	60h	4
-		Tópicos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60h	0	0	60h	4
-	BA000111	Tópicos de Morfologia	60h	0	0	60h	4
-	BA001344	Tópicos de Poesia	60h	0	0	60h	4
-	BA000113	Tópicos de Pragmática	60h	0	0	60h	4
-	BA000721	Tópicos de Revisão Gramatical	60h	0	0	60h	4
-	BA000724	Tópicos de Revisão Textual	45h	15h	0	60h	4
-	BA000114	Tópicos de Semântica	60h	0	0	60h	4
-	BA000486	Tópicos de Sintaxe	45h	15h	0	60h	4
-	BA001357	Tópicos em Análise do Discurso	45h	15h	0	60h	4
-	BA001071	Tópicos em Educação Estético-Ambiental	30h	30h	0	60h	4

Semestre	Código	Nome	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
-	BA001925	Tópicos em estudos bakhtinianos	60h	0	0	60h	4
-		Tópicos em Linguagem I	60h	0	0	60h	4
-		Tópicos em Linguagem II	60h	0	0	60h	4
-	BA000734	Trajatória da Narrativa Brasileira	30h	30h	0	60h	4

Além desse elenco acima, também serão aproveitados como componentes curriculares complementares todos os componentes curriculares obrigatórios e complementares do curso de Licenciatura em Letras: Línguas Adicionais – Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, do *campus* Bagé. Poderão também ser aproveitados componentes de áreas afins mediante análise e aprovação da Coordenação de Curso.

2.4.6 Atividades Complementares de Graduação

Considerando que a Resolução CNE/CP nº 2/2019 não traz a obrigatoriedade das 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares de Graduação (ACG), como nas Resoluções anteriores, não sendo obrigatório seu cumprimento nas licenciaturas, o curso optou pela não inclusão da carga horária dessas atividades na integralização do acadêmico. Todavia, durante o percurso formativo, os estudantes serão incentivados a participar de atividades extracurriculares que proporcionem experiências diversificadas e que contribuam para sua formação humana e profissional. Nesse sentido, sempre que possível, o curso promoverá/indicará ações complementares que contemplem atividades de ensino, pesquisa, extensão, artístico-culturais, sociais e de gestão, conforme estabelecido na Resolução nº 29/2011, da UNIPAMPA.

É importante ressaltar que todo aluno que realizar ACG e quiser ter essa carga horária computada em seu histórico escolar deverá requerer, via Secretaria Acadêmica, a validação, pela coordenação do Curso, das atividades realizadas, a qual encaminhará a uma comissão interna para análise e registro da carga horária

das atividades consideradas válidas.

As atividades complementares organizam-se em quatro grupos, conforme UNIPAMPA (2011):

- ♣ Grupo I – Atividades de Ensino;
- ♣ Grupo II – Atividades de Pesquisa;
- ♣ Grupo III – Atividades de Extensão;
- ♣ Grupo IV – Atividades Culturais e Artísticos, Sociais e de Gestão

Tabela 4 - Atividades Complementares de Graduação

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO			
Componentes curriculares de cursos de graduação da Unipampa ou de outra instituição de ensino superior	Aprovação em componentes curriculares de áreas afins aos cursos	Carga horária do componente curricular (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação no componente curricular ou histórico escolar
	Aprovação em componentes curriculares de outras áreas	50% da carga horária do componente curricular (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação no componente curricular ou histórico escolar
Cursos de língua estrangeira	Participação em curso de língua estrangeira presencial ou EAD	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação com a carga horária
Cursos de informática, (presenciais ou EAD)	Participação em cursos de informática presenciais ou EAD	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de aprovação com a carga horária
Monitorias	Monitorias em componentes curriculares do Curso de Letras	Máximo de 120h	Declaração do orientador com a carga horária
Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho de projetos de ensino como bolsista ou voluntário	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto com a carga horária
	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado emitido pelo professor responsável pelo projeto
Programas institucionais	Participação em programas institucionais como	Carga horária definida no programa (Máximo de 120h)	Certificado ou declaração de docente responsável

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
	PIBID, PET, Residência Pedagógicas ou equivalentes		
Cursos de aperfeiçoamento	Participação em cursos de aperfeiçoamento em áreas afins ao curso de Letras (presenciais ou EAD)	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante/ Certificado com a carga horária
	Participação em Cursos de Aperfeiçoamento em outras áreas	50% da carga horária do curso (máximo 40 h)	Comprovante/ Certificado com a carga horária
Ouvinte em eventos acadêmicos	Participação como ouvinte em eventos tipo congressos, seminários, encontros de Letras ou áreas afins ao curso	Máximo de 120h	Comprovante ou certificado com a carga horária
Outras atividades de ensino		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Comprovante/ Certificado com a carga horária

GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA

Projetos de pesquisa	Participação na equipe de trabalho de projetos de pesquisa como bolsista ou voluntário	Máximo de 100h	Declaração do orientador com a carga horária
Publicação de artigo acadêmico	Publicação de artigo acadêmico (ou aceite final de publicação) em periódico <u>nacional</u> especializado, com comissão editorial	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
	Publicação de artigo acadêmico (ou aceite final de publicação) em periódico <u>internacional</u> especializado, com comissão editorial	80h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
Trabalho completo publicado em evento	Publicação de trabalho completo em anais de evento nacional	40h	Anais de publicação do trabalho e cópia do trabalho com referências
	Publicação de trabalho completo em anais de evento internacional	50h	Anais de publicação do trabalho e cópia do trabalho com referências
Resumo expandido publicado em evento	Publicação de resumo expandido em evento nacional	20h	Anais de publicação do trabalho e cópia do resumo com referências

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
	Publicação de resumo expandido em evento internacional	30h	Anais de publicação do trabalho e cópia do resumo com referencias
Resumo publicado em evento	Publicação de resumo em evento nacional	10h	Anais de publicação do trabalho e cópia do resumo com referências.
	Publicação de resumo em evento internacional	20h	Anais de publicação do trabalho e cópia com referências
Publicação de artigo de opinião	Publicação de artigo de opinião, assinado, em periódico de divulgação popular, jornal ou revista não-científica de áreas afins ao curso	5h	Cópia do artigo publicado
Publicação de livro	Publicação de livro em áreas afins ao curso	50h	Cópia da capa do livro ou da folha de rosto que conste os nomes dos autores com as referências
Publicação de capítulo de livro	Publicação de capítulo de livro em áreas afins ao curso	40h	Cópia da ficha catalográfica, do sumário e da página inicial do capítulo
	Publicação de capítulo de livro em outras áreas	20h	Cópia da ficha catalográfica, do sumário e da página inicial do capítulo
Atividades de pesquisa em programas institucionais	Participação em programas institucionais como PIBID, PET, Residência Pedagógicas ou equivalentes	Máximo de 80h	Certificado ou Declaração de docente responsável
Outras atividades de pesquisa ou publicações		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Cópia do trabalho publicado

GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Projetos de extensão	Participação, como público-alvo, em projetos de extensão institucionalizados	Máximo de 100h	Declaração do orientador com a carga horária
Estágios extracurriculares	Realização de estágio não obrigatório em áreas afins ao curso de Letras	Máximo de 120h	Contrato e certificado com descrição das atividades desenvolvidas com a carga horária
	Realização de estágio não obrigatório em outras áreas	50% da carga horária do estágio (máximo de 60h)	Contrato e certificado com descrição das atividades

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
			desenvolvidas com a carga horária
Cursos, oficinas e minicursos	Ministração de curso, oficina ou minicurso	Máximo de 80h	Comprovante ou certificado com a carga horária
Trabalho voluntário	Realização de trabalho voluntário na área de educação	Máximo de 80h	Comprovante com a carga horária
Ouvinte em eventos acadêmicos	Participação em eventos acadêmicos como ouvinte	Máximo de 120h	Comprovante ou certificado com a carga horária
Apresentação de trabalhos em evento acadêmico (comunicação ou pôster)	Apresentação de trabalho em evento acadêmico da área de Letras ou afins ao curso	10h por apresentação (máximo de 60h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
	Apresentação de trabalho em evento acadêmico de outras áreas	10h (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
Palestras	Participação como palestrante em eventos acadêmicos de áreas afins ao curso	10h por palestra (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
	Participação como palestrante em eventos acadêmicos de outras áreas	5h por palestra (máximo de 10 h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
Atividades de Extensão em programas institucionais	Participação em programas institucionais como PIBID, PET, Residência Pedagógicas ou equivalentes	Máximo de 80h	Certificado ou declaração de docente responsável
Outras atividades de extensão		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Comprovante ou certificado com a carga horária

GRUPO IV - ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO

Atuação em atividades culturais como exposições, declamações, apresentações artísticas, encenações etc.	Eventos da Unipampa	Até 2h por apresentação (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
	Eventos externos	1h por apresentação (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
Participação em atividades culturais como ouvinte	Eventos da Unipampa	2h por apresentação (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado com a carga horária

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
	Eventos externos	1h por apresentação (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
Organização de atividades culturais como exibição de filmes, discussão de leituras etc	Eventos da Unipampa	Até 10h por atividade (máximo de 40h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
	Eventos externos	Até 5h por atividade (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
Premiação referente a trabalho acadêmico na modalidade ensino, pesquisa, extensão ou na área de cultura	Premiação	10h por premiação (máximo de 40h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
Organização de atividades de caráter social para reunir pessoas	Eventos da Unipampa	10h por atividade (máximo de 40h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
	Eventos externos	10h por atividade (máximo de 30)	Comprovante ou certificado com a carga horária
Organização de eventos ou monitorias em eventos tipos congressos, seminários, semana acadêmica etc.	Eventos da Unipampa	20h (máximo de 60h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
	Eventos externos	10h (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
Representação em órgãos colegiados, como representante discente na comissão de curso, DA de curso de graduação	Órgãos da Unipampa	2h (máximo de 60h)	Comprovante ou certificado com a carga horária
	Órgãos externos	2h (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado
Outras atividades culturais			Comprovante ou certificado

2.4.7 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu

histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursarem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.8 Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Coordenação do Curso e deferido pela Comissão de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de

estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

2.4.9 Carga horária EaD em cursos presenciais

O Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa traz 7,46% de carga horária total em EAD, distribuída em 12 componentes de modo complementar à sua carga horária presencial, não excedendo 1 crédito (15 horas) na maioria deles. Dessa forma, as metodologias de ensino e aprendizagem adotados pelos docentes variam conforme a natureza de cada um desses componentes. No caso dos componentes Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, essa carga horária é maior e se justifica por serem destinadas às práticas de leitura e escrita inerentes à elaboração de um trabalho dessa natureza.

2.4.10 Migração curricular e equivalências

O Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, tradicionalmente, opta pela permanência do discente em seu currículo de ingresso, decidindo pela migração somente em casos de grande defasagem entre o currículo de ingresso e o currículo em execução.

Na Tabela 5, nos casos de processo de migração curricular para a nova matriz, constam os componentes curriculares da versão anterior do currículo e as medidas resolutivas para aproveitamento dos componentes.

Tabela 5 - Migração curricular - Medidas resolutivas

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
1º	BA000453	Estudos Linguísticos	60h	Não houve alterações neste componente.	Não se aplica
1º	BA000454	Fundamentos de Língua Portuguesa	60h	Componente extinto	Aproveitamento como CCCG

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
1º	BA011201	Estudos Literários I	60h	Não houve alterações neste componente.	Não se aplica
1º	BA000455	Leituras de formação	60h	Componente extinto	Aproveitamento como CCG
1º	BA001093	Políticas Públicas Educacionais	60h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
2º	BA001301	Fonética e Fonologia	60h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
2º	BA001315	Práticas de Ensino em Língua e Literatura	60h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
2º	BA000459	Leituras de Clássicos	60h	Realocado no 8º semestre da matriz curricular	Não se aplica
2º	BA011204	Estudos Literários II	60h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
2º	BA001041	História da Educação Brasileira	60h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
3º	BA001356	Morfologia	60h	Mudança de nomenclatura "Morfossintaxe I"	Não se aplica
3º	BA001316	Práticas de Ensino em Linguagens	60h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
3º	BA001304	Literatura para Crianças e Jovens	75h	Realocado no 1º semestre da matriz curricular e redução de 15h	Aproveitamento das horas excedentes como ACG
3º	BA001318	Teoria da Literatura	75h	Aumento de 15h	Não se aplica
3º	BA013005	Educação Inclusiva	60h	Realocado no 4º semestre da matriz curricular	Não se aplica

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
4°	BA001305	Estudos de Sintaxe	75h	Mudança de nomenclatura "Morfossintaxe II"	Não se aplica
4°	BA001306	Literatura Brasileira I	60h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
4°	BA001317	Práticas de Ensino em Literatura	60h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
4°	BA001302	Linguística Aplicada ao Ensino de Português	75h	Realocado no 2º semestre da matriz curricular	Não se aplica
4°	BA013610	Psicologia e Educação	60h	Realocado no 3º semestre da matriz curricular	Não se aplica
5°	BA001303	Teorias do Texto	75h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
5°	BA001308	Literatura Brasileira II	75h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
5°	BA001319	Introdução ao Estágio na Educação Básica	135h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
5°	BA001046	Organização do Trabalho Pedagógico na Escola	90h	Realocado no 6º semestre da matriz curricular	Não se aplica
6°	BA001307	Teorias do Discurso	75h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
6°	BA001309	Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental	135h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
6°	BA000703	Literaturas de Expressão Portuguesa I	60h	Mudança de nomenclatura "Literatura Portuguesa"	Não se aplica
6°	BA001320	Metodologias e Avaliação na Educação Básica	60h	Realocado no 5º semestre da matriz curricular	Não se aplica

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
7°	BA001311	Estágio na Educação Básica: Ensino Médio	135h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
7°	BA001310	Estudos de Semântica e Pragmática	75h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
7°	BA000704	Literaturas de Expressão Portuguesa II	60h	Componente extinto	Aproveitamento como CCCG
8°	BA001313	Literaturas de Expressão Portuguesa III	75h	Realocado no 7° semestre da matriz curricular e mudança de nomenclatura de "Literaturas Africanas de Língua Portuguesa"	Não se aplica
8°	BA001321	Sociolinguística e Ensino	75h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
8°	BA001312	Trabalho de Conclusão de Curso I	105h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica
9°	BA011203	LIBRAS Língua Brasileira de Sinais	60h	Mudança de nomenclatura "Libras I"	Não se aplica
9°	BA001314	Trabalho de Conclusão de Curso II	120h	Não houve alterações neste componente	Não se aplica

Em relação aos componentes com inserção de carga horária de extensão no novo currículo, destacamos que o aluno que optar pela migração precisará integralizar os 10% de extensão. Para possibilitar o aproveitamento, o discente pode participar do projeto vinculado ao componente ou outro (a critério da Comissão de Curso), para integralizar a carga horária de extensão.

Na Tabela 6, nos casos de extinção curricular e permanência do aluno no currículo anterior, constam os componentes curriculares da versão nova do currículo e as medidas resolutivas para aproveitamento dos componentes.

Tabela 6 - Aproveitamento de componentes de currículo em extinção

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
1º	BA000454	Fundamentos de Língua Portuguesa	60h	Componente extinto	Discente deve se matricular em um componente complementar da área de linguística/língua portuguesa ou da área da educação
1º	BA000455	Leituras de Formação	60h	Componente extinto	Discente deve se matricular em um componente complementar da área de literatura
7º	BA000704	Literaturas de Expressão Portuguesa II	60h	Componente extinto	Discente deve se matricular em um componente complementar da área de literatura

Todos os demais componentes podem ser aproveitados sem pendências.

2.4.11 Prática como Componente Curricular

A LDB/96, no Título VI - Dos Profissionais da Educação, Art. 61 ao 67, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, destacam a importância da relação entre teoria e prática; da pesquisa como elemento essencial na formação e do aproveitamento da experiência anterior. Esses aspectos devem constituir, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2019). A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor, conforme a Resolução CNE 02/2019:

com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi

aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa (BRASIL, 2019, p. 9).

A Prática como Componente Curricular (PCC) é inerente à formação da identidade do professor como educador, possibilitando a correlação teórico-prática e o movimento entre saber, saber fazer, saber compreender/refletir sobre o que faz na busca de significados na gestão e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. Busca promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar e inovadora, integrando os conhecimentos específicos àqueles do campo educacional, por isso na organização curricular há a previsão de que a PCC esteja integrada aos demais componentes do semestre.

Obedecendo às orientações, a inserção de PCC coincide com o início do processo formativo e se estende ao longo de todo esse processo, em articulação com os componentes curriculares e com o estágio supervisionado. De acordo com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 (p. 23), a prática como componente curricular é “uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional”.

O Parecer CNE/CES nº 15/2005 define a prática como “o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (p.3). Por essa razão, o currículo de Letras está organizado de forma que as atividades de prática como componente curricular sejam desenvolvidas como núcleo ou como parte de alguns componentes curriculares ou de outras atividades formativas, como sugere o referido Parecer. Isso inclui os componentes curriculares de caráter prático, relacionados à formação pedagógica, mas não aqueles relacionados aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Enfim, a PCC constitui-se em prática docente que possibilita a reflexão sobre a atividade profissional como exercício da docência.

A prática como componente curricular, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isso, pode-se ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença nas agências educacionais não escolares, tal como está definida no Art. 1º

da LDB. Sua aplicação, portanto, prevê a transcendência da sala de aula, oportunizando experiência em diferentes espaços e tempos curriculares.

Com base no disposto na Resolução CNE/CP 2/2019, o curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa inclui a dimensão prática como componente curricular, prevista desde o segundo semestre do curso, permeando toda a formação docente, em uma perspectiva interdisciplinar. As práticas como componentes curriculares se integram ao currículo de duas formas: inseridas na matriz curricular como componentes de 60 horas, a saber: *Práticas de Ensino em Língua e Literatura*, *Práticas de Ensino em Linguagens* e *Práticas de Ensino em Literatura*, e no interior de componentes curriculares de formação específica e pedagógica.

Nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura, são reservadas para o desenvolvimento da PCC, 15 horas em cada um dos seguintes componentes curriculares: *Teoria da Literatura*, *Morfossintaxe II*, *Teorias do Texto*, *Literatura Brasileira II*, *Teorias do Discurso*, *Estudos de Semântica e Pragmática*, *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, *Sociolinguística e Ensino*, *Linguística aplicada ao Ensino de Português*, *Leitura de Clássicos*. Na área de educação, reservam-se 15 horas de PCC nos componentes curriculares *Psicologia e Educação*, *Educação Inclusiva*, *Metodologias e Avaliação na Educação Básica* e 30 horas de PCC em *Organização do Trabalho Pedagógico na Escola*.

A carga horária total de 405 horas de PCC será executada em atividades de planejamento e elaboração de projetos de ensino e/ou materiais didáticos pautados em situações contextualizadas com vistas à resolução de situações-problema e à melhoria da qualidade do ensino. A interdisciplinaridade, a abordagem dos temas transversais e o uso de tecnologias da informação e da comunicação compõem a especificidade das PCCs.

2.4.12 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021, dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, "O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

No que se refere à formação inicial de professores da educação básica, o Art. 7º da Resolução CNE/CP 02/2019 (BRASIL, 2019) estabelece o estágio como um dos princípios norteadores do processo formativo, orientando a "centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)" (p.4). Diante disso, o estágio supervisionado, na UNIPAMPA, constitui-se como espaço-tempo privilegiado na formação acadêmico-profissional dos futuros professores, sendo este um articulador de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso de graduação e dos saberes e fazeres necessários à atuação docente crítica e reflexiva. Compreende-se também o campo de estágio curricular supervisionado como espaço para aprendizagem centrada na ação- reflexão-ação pedagógica, considerando a pesquisa como um dos princípios educativos e formadores do professor.

Especificamente, no curso de Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, o estágio curricular obrigatório tem como objetivo possibilitar ao

acadêmico, sob a orientação de um docente do curso e acompanhado de um professor experiente da escola onde o estágio é realizado, a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino e aprendizagem na educação básica. A concepção de estágio aqui adotada é aquela em que se possa compartilhar, tanto no ambiente profissional do futuro do licenciando quanto no ambiente acadêmico, a construção coletiva de proposições e descobertas sobre o cenário educacional, entendido de forma situada, contextualizada e sensível às especificidades locais e regionais, de forma a qualificar ainda mais a articulação entre teoria e prática. Busca-se também o desenvolvimento, por parte do estagiário, de um problema de pesquisa, de forma a integrar registros vários, especialmente notas de campo e diários reflexivos, observações, instrumentos didáticos, análise teórica e empírica do cenário educacional imediato, baseando-se nas políticas públicas em educação implementadas em âmbito municipal, estadual e nacional e problematizando-as localmente.

O estágio obrigatório possui carga horária de 405 horas distribuídas ao longo da segunda metade do curso. Os componentes curriculares específicos de estágio constituem-se em espaços para a consolidação de habilidades e competências docentes que deverão ser construídas processualmente ao longo do curso de licenciatura. O estágio do Curso de Letras-Português se desenvolve em torno de Língua Portuguesa e suas Literaturas. Os componentes curriculares específicos de estágio são os seguintes: *Introdução ao Estágio na Educação Básica*, *Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental* e *Estágio na Educação Básica: Ensino Médio*, cada um com carga horária de 135h.

Para privilegiar sua formação investigativa, os estagiários são orientados a produzir, em todos os componentes curriculares de estágio, notas de campo, em que registram acontecimentos das aulas observadas ou ministradas, e diários reflexivos, em que os registros são ampliados e comentados, em momento imediatamente posterior às aulas. Este material se constitui, em um primeiro momento, em instrumento de formação docente e, posteriormente, em objeto de análise para a produção de relato de experiência, apresentado ao respectivo componente curricular.

Esses componentes curriculares também preveem o aperfeiçoamento do estagiário em relação à elaboração de planejamentos didáticos, através da produção e discussão de planos e/ou projetos de ensino que considerem as peculiaridades

socioculturais do contexto em que se realiza a prática pedagógica. Os componentes curriculares de estágio centram-se na produção e aplicação de projetos de ensino que focalizam conteúdos curriculares específicos da área, pautados nas concepções pedagógicas que reconhecem: a interdisciplinaridade como elemento essencial da construção do saber; o acolhimento e o trato da diversidade; a relação simbiótica entre língua, cultura e literatura e o desenvolvimento da reflexão crítica voltada para essa relação intrínseca; o fomento ao pensamento filosófico intercultural; o contexto em que a universidade está inserida; o aprimoramento em práticas investigativas; o uso de tecnologias da informação e da comunicação, perpassando as várias áreas do conhecimento; o uso de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe; a abordagem de temas transversais como pressupostos formadores da cidadania e a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como base da formação acadêmica. Tais projetos são previamente acordados com as instituições de ensino e registram o planejamento das práticas docentes a serem executadas durante o estágio.

O estágio deverá ser realizado, preferencialmente, em escola de educação básica, buscando-se o estabelecimento de um regime de colaboração entre os sistemas de ensino, podendo também, excepcionalmente, ser desenvolvido em projetos de extensão e ensino credenciados na universidade. As atividades deverão ser acompanhadas e avaliadas conjuntamente em regime de coorientação (professor orientador de estágio na universidade e professor regente da turma na escola), quando essas forem realizadas no espaço escolar, e apenas pelo professor orientador de estágio (ou em coorientação com outros docentes ou técnicos-administrativos), quando realizadas em projetos.

Vale ressaltar que, de acordo com o Art. 25, da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021, “é facultado ao discente optar por fazer estágios em cidades distintas das Unidades Acadêmicas da Unipampa ou no exterior, desde que acordado com o professor orientador e registrado em ata pela comissão do respectivo curso”.

Sendo assim, no caso de o estagiário residir e desempenhar atividades profissionais em tempo integral em cidade diferente da Sede do campus, este poderá emitir solicitação por escrito à Comissão de Curso com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao início das atividades, apresentando os seguintes

requisitos: comprovante de residência, atestado de atividade profissional de 40 horas. Cabe à Comissão de Curso avaliar as condições apresentadas, considerando a indisponibilidade da rede de ensino de Bagé na oferta de vagas para realização de estágio, a existência de convênio com instituições escolares no município em questão e as condições logísticas para a realização da supervisão, entre as quais: disponibilidade de transporte, carga horária e diárias, quando for o caso, para o professor orientador. Em casos de excepcionalidade, com base no Art. 26, da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021, Parágrafo único: “quando a realização do estágio for em Unidade Concedente localizada em município distinto da unidade acadêmica do curso, orientador (a) poderá utilizar meios de acompanhamento virtual”.

Os componentes curriculares de estágio ofertarão 10 vagas por turma. Essas vagas serão compartilhadas pelos professores das áreas de Língua Portuguesa e de Literatura que tiverem disponibilidade de horário no semestre para orientação de estágio supervisionado.

Devido à natureza dos componentes curriculares de estágios e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades recuperatórias semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido no art. 60º da Resolução 29/2011 (UNIPAMPA, 2011).

Para fins de integralização curricular do estágio curricular obrigatório, o discente deve atender os seguintes requisitos:

- a) Cumprimento da carga horária de estágio curricular obrigatório prevista (405 horas) a partir do quinto semestre do curso.
- b) Cumprimento das atividades solicitadas nos componentes curriculares de estágio e obtenção de aprovação, conforme critérios definidos nos documentos de avaliação e no plano de ensino do componente curricular.
- c) Apresentação dos documentos de registro e comprovação das atividades de estágio.

Ainda, para fins de integralização do estágio obrigatório, o discente poderá solicitar o aproveitamento da carga horária, total ou parcial, de sua participação no Programa Residência Pedagógica, desde que sejam cumpridos os requisitos

dispostos na Instrução Normativa nº 1/2018/PROGRAD, de 20 de novembro de 2018, e mediante a apreciação da Comissão de Curso.

Além do estágio curricular obrigatório, é facultado ao discente a possibilidade de realização de estágio extracurricular (não obrigatório), cujas horas realizadas poderão ser aproveitadas como atividades de ensino, conforme Artigo 6 da Resolução 29/2011.

2.4.13 Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme Art. 116 da Resolução n. 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos” (UNIPAMPA, 2011, p. 20). No Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, os componentes são denominados *Trabalho de Conclusão de Curso I* (TCC I) e *Trabalho de Conclusão de Curso II* (TCC II), apresentando 105h e 120h, respectivamente. A metodologia desses componentes envolve atividades teóricas, práticas e a distância, essas últimas destinadas a práticas de leitura, escrita ou outras que cada TCC especificamente requisitar.

Tais componentes curriculares, além de instituírem exercício de prática de pesquisa com complexidade superior àquelas desenvolvidas no decorrer do curso, atividade efetiva, pois, de articulação entre ensino e pesquisa, é o momento de aplicação e aprofundamento do conjunto de conhecimentos construídos ao longo da graduação. Ainda que, para a realização desse trabalho, o acadêmico tenha de delimitar seu objeto de estudo e definir uma área específica, o TCC deve expressar o resultado da contribuição de cada componente curricular em sua formação como sujeito autônomo, comprometido com as questões referentes ao Curso, capaz de estabelecer relações entre conhecimentos, preocupado com o arcabouço teórico e com a correlação entre teoria e prática e, sobretudo, atento às questões referentes aos estudos linguísticos e/ou literários. Enquanto exercício de pesquisa, os TCCs permitem qualificação complementar e incentivo para que os alunos prossigam sua formação após a conclusão do curso de graduação, seja na perspectiva de investimento na atividade acadêmica, seja enquanto formação continuada com vistas à prática profissional no mercado de trabalho fora da universidade.

A partir de um prognóstico de que 60% dos alunos ingressantes atinjam regularmente todos os pré-requisitos para elaboração do TCC e considerando o número de 50 ingressantes por processo seletivo, estima-se que em torno de 30 alunos por semestre cursem cada componente curricular de TCC, distribuindo-os, proporcionalmente, entre os professores efetivos das diferentes áreas do curso. Todos os professores do Curso orientarão os alunos de TCC I e de TCC II.

Conforme expresso no art. 123 da resolução supracitada, a supervisão administrativa e acadêmica dos componentes de TCC fica sob responsabilidade da Coordenação de TCC, exercida por um docente atuante no curso. Cabe a esse docente, dentre outras atribuições, estabelecer calendário e registro das atividades correspondentes às etapas do TCC; encaminhar e publicizar as defesas públicas; receber e enviar as versões finais dos trabalhos para catalogação no Repositório Institucional.

O trabalho inicia com o componente curricular de TCC I, no oitavo semestre curricular, quando o aluno, sob a orientação de um dos professores do Curso, define seu objeto de pesquisa e elabora o projeto. Neste componente curricular, ele terá orientações gerais sobre a elaboração do projeto de pesquisa e concomitantemente definirá com seu orientador a delimitação do tema, os objetivos, a justificativa, a metodologia e o referencial teórico inicial. Com o objetivo de colaborar com a realização das pesquisas, mais ao fim do componente curricular de TCC I, o projeto será submetido à avaliação de um outro docente, que emitirá um parecer por escrito. A partir desse parecer, o aluno fará as modificações necessárias em seu projeto e, somente após isso, entregará sua versão final.

No nono semestre, no componente curricular de TCC II, o aluno, sob a orientação do professor-orientador (e coorientador, quando for o caso), executará o projeto elaborado em TCC I. É facultado ao aluno a elaboração de um trabalho científico nas modalidades monografia ou artigo científico, desde que vinculado a uma ou mais áreas do Curso, conforme registro de áreas do CNPq. Durante o período de orientação, o professor-orientador acompanhará a redação de todas as partes do trabalho, cabendo ao aluno remeter regularmente seu texto ao professor-orientador, bem como comparecer aos encontros agendados, nos quais será contabilizada a frequência. Aqueles alunos que não submeterem seu trabalho ao acompanhamento do professor não poderão encaminhar o trabalho à banca para avaliação.

Uma vez concluído, o trabalho será encaminhado, em versão preliminar, ao professor-orientador, que encaminhará o texto para cada professor membro da banca de avaliação. Após a defesa pública e feitos os ajustes necessários sugeridos pela banca, o aluno deverá entregar a versão final até o prazo estabelecido pelo cronograma do componente curricular. O trabalho finalizado e os documentos solicitados, que deverão estar devidamente assinados, serão encaminhados digitalmente, pela Coordenação de TCC, à Biblioteca da UNIPAMPA. Dessa forma, cumprir-se-ão todos os requisitos para aprovação no componente curricular.

O trabalho será avaliado pelo professor-orientador e por mais dois professores do Curso, a convite do professor-orientador. Há a possibilidade de ser convidado como membro externo um professor de outras instituições de ensino superior. Este poderá participar da defesa oral, presencialmente ou via webconferência, ou ainda, poderá enviar sua avaliação através de parecer escrito e da atribuição de uma nota de 0 a 10. A defesa oral do trabalho de conclusão será pública, com dia, horário e local divulgados no mural e no site do Curso, podendo ser realizada, quando necessário, via webconferência. As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do aluno, e, logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata de defesa, na qual constarão as notas atribuídas por cada avaliador e a nota final do aluno. Cada membro da banca atribuirá notas de 0 a 10, levando em consideração o trabalho escrito e a defesa oral (com exceção do membro externo que não participar da sessão de defesa; este avaliará somente o trabalho escrito). A nota final será a soma da média das notas dos três professores integrantes da banca. Seguem abaixo quadros com critérios de avaliação que poderão orientar a atribuição de notas tanto para os membros internos como para os possíveis membros externos. No caso de membro externo que não participar da sessão de defesa, os dois últimos critérios de cada um dos quadros devem ser desconsiderados.

Trabalho escrito de natureza teórico

- ♣ Consistência prática teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados).
- ♣ Organicidade (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho). Relação teoria e prática (vinculação da

análise à(s) teoria(s) apresentadas(s), qualidade/profundidade da análise).

- ♣ Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).
- ♣ Relevância e contribuição do trabalho para a área.
- ♣ Desempenho na arguição
- ♣ Relevância e clareza da apresentação do trabalho

Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica

- ♣ Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados).
- ♣ Organicidade(introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho).
- ♣ Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).
- ♣ Relevância e contribuição do trabalho para a área.
- ♣ Desempenho na arguição.
- ♣ Relevância e clareza da apresentação do trabalho.

Devido à natureza do componente curricular e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não estão previstas atividades de recuperação semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. Em caso de reprovação, o aluno poderá solicitar formalmente à Coordenação do curso, mediante justificativa, a revisão de nota, conforme o que está disposto na Resolução 29/2011 da UNIPAMPA (UNIPAMPA, 2011) e seguindo as etapas descritas neste PPC.

2.4.14 Inserção da extensão no currículo do curso

De acordo com o Parecer CNE/CES no. 608/2018 que estabelece as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reafirma a extensão universitária como processo acadêmico. Assim: frente às demandas contemporâneas que recaem sobre a universidade, concebe-se “a extensão universitária como função potencializadora na formação dos estudantes e na

capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a universidade se realize como instrumento emancipatório do ponto de vista histórico”. Através dessa perspectiva, as atividades de extensão adquirem maior efetividade pois vinculam-se ao processo de formação de pessoas, ou seja, ao ensino e à geração de conhecimento, no caso a pesquisa. Segundo o documento, “No que se refere à relação entre extensão e ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica – processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional e à formação cidadã, o qual lhe permite se reconhecer como agente de garantia de direitos, deveres e transformação social.” Também em consonância com a Resolução Consuni/UNIPAMPA n° 317/2021, que indica o mínimo de 10% da carga horária total do curso em Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), o Curso de Letras estabelece que o discente deverá cursar, no mínimo, 335h em ACEs, como membro de equipe executora.

Essa carga horária deve ser cumprida seguindo as modalidades apresentadas na referida resolução, com a seguinte distribuição:

- ♣ 140 horas de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE), compreendendo 80 horas do programa Unipampa Cidadã e 60 horas em projetos desenvolvidos por docentes vinculados ao Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa.
- ♣ 195 horas de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV), sendo 180 horas nos componentes *Extensão I: Comunidade*, *Extensão II: Espaços Culturais* e *Extensão III: Contextos Digitais*, cada um com 60 horas, e 15 horas no componente *Literatura para crianças e jovens*.

A solicitação de validação das ACEE, de responsabilidade do discente, deverá ser encaminhada via Secretaria Acadêmica do campus, respeitando o calendário acadêmico da graduação. O pedido será analisado pelos docentes supervisores de extensão, indicados pela Comissão de Curso. O detalhamento do desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão encontra-se em Regimento (ver Apêndice).

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

Os pressupostos teórico-metodológicos assumidos neste documento fundamentam-se no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA

(UNIPAMPA, 2025-2029). Dessa forma, reconhecem e valorizam o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo e visam à construção de novos saberes pautados na ética, na formação humanística e no compromisso com a cidadania e a justiça social.

Conforme o PDI, a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem é concebida como uma tarefa pedagógica contínua e cumulativa, enfatizando aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. A avaliação, entendida como reflexão crítica sobre a prática, é essencial para a formação de novas estratégias de planejamento e é caracterizada por ser interativa, crítico-reflexiva e democrática. A concepção de avaliação está alinhada com os princípios metodológicos, reconhecendo o acadêmico como participante ativo do processo de aprendizagem. Dessa forma, a avaliação serve como uma estratégia para diagnosticar dificuldades e promover a construção do conhecimento (PDI, 2025-2029, p. 141).

Sob tais pressupostos, as metodologias de ensino no curso se pautam nas seguintes concepções:

- a) ensino visando à aprendizagem do aluno, reconhecendo a interdisciplinaridade como elemento essencial da construção do saber;
- b) acolhimento e o trato da diversidade;
- c) exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- d) reconhecimento da relação simbiótica entre língua, cultura e literatura e o desenvolvimento da reflexão crítica voltada para essa relação intrínseca;
- e) fomento ao pensamento filosófico intercultural, levando em consideração o contexto em que a universidade está inserida;
- f) aprimoramento em práticas investigativas;
- g) elaboração e execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- h) favorecimento da inovação, pelo uso de tecnologias da comunicação e da informação; pelo uso de metodologias ativas e pelo desenvolvimento de trabalho colaborativo;
- i) abordagem a pressupostos formadores da cidadania
- j) articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como base da formação acadêmica.

Destaca-se que tais concepções devem compreender a variedade de pensamento, métodos e práticas pedagógicas existentes entre os docentes,

sempre priorizando uma pedagogia baseada em ações colaborativas, que fomentem a inovação e a promoção da autonomia do aluno no processo de aprender e pensar, como também a compreensão do desenvolvimento de processos avaliativos das diversas etapas e dos vários agentes do curso.

Partindo do pressuposto de que a sala de aula é um espaço de interação para a construção do conhecimento e para a reflexão sobre a transposição didática, é necessário que haja diversas formas de abordagem em relação ao trabalho desenvolvido nos diferentes componentes curriculares do curso. As aulas podem acontecer por meio de exposições dialogadas, debates, seminários, exibição e discussão de filmes e documentários, pesquisa bibliográfica e de campo, laboratórios e oficinas, aulas a distância (atividades mediadas por tecnologias da informação e comunicação, como o Moodle institucional e o Suit Google). A metodologia é pensada a partir das necessidades específicas de cada componente curricular e de cada grupo de trabalho, buscando estimular o discente como sujeito de seu próprio processo de construção de conhecimento. Dessa forma, espera-se que o graduando desenvolva autonomia e senso crítico no trabalho com as diferentes linguagens.

A interdisciplinaridade é construída no curso através de ações de ensino, pesquisa e extensão, quando se integram conhecimentos das diferentes áreas que compõem o curso (Língua Portuguesa, Literatura e Educação). Um exemplo disso é a proposição dos componentes de Prática que se voltam para os estudos da linguagem, numa concepção que, respeitando as especificidades das áreas de conhecimento, integram língua, literatura e educação. Essa concepção se expande ainda mais nos Estágios quando, na vida da escola, emergem temas que potencialmente agregam áreas diversas.

De acordo com o PDI 2025-2029, a ênfase recai sobre a inter e transdisciplinaridade, nas quais o conhecimento é concebido como rede de conexões multidimensionais, reconhecendo diferentes níveis de realidade no processo cognitivo (PDI, p.60).

Na organização didático-pedagógica do curso de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular devem ser desenvolvidas a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de

graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista.

No que tange à acessibilidade metodológica, o Curso de Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa atenta às diferenças no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes e busca, com apoio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), acompanhar e atender estudantes com necessidades educacionais especiais, utilizando-se, para tanto, de *softwares*, *sites* e equipamentos que garantam a acessibilidade pedagógica e atitudinal e, assim, seu direito de aprender, promovendo sua autonomia. Tal procedimento está em consonância com a Resolução 328/2021, que possibilita a(o) discente surda(o) a produção das atividades acadêmicas, inclusive as avaliações, primeiramente em LIBRAS, com posterior tradução em língua portuguesa, sempre que necessário, de forma colaborativa com o docente/autor.

Além disso, são garantidos recursos acessíveis, tais como: prova ampliada, prova em Braille, Soroban, LIBRAS tátil, auxílio de leitor, tradução/interpretação em LIBRAS, auxílio para transcrição, fácil acesso, apoio para orientação e mobilidade, audiodescrição, comunicação alternativa, bem como todo o tipo de recurso que reduza as barreiras de acessibilidade. As adaptações necessárias são decididas entre o docente e os interfaces dos dois núcleos (NInA e NUDE), respeitando as particularidades de cada discente.

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com

deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso a esses recursos; proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA, n. 328/2021, orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA e a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata essa resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade,

relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes a comunidades surdas.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e à certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado. As orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

No que se refere à inovação, em consonância com o artigo 22 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 338, de 28 de abril de 2022, bem como com o PDI 2019-2023, entende-se que sua materialização se dá pela ruptura de paradigmas estabelecidos, pela problematização de procedimentos acadêmicos inspirados exclusivamente em princípios positivistas da ciência moderna (CUNHA, 2018, p. 12). Rompendo com o paradigma da transmissão e da exposição de conhecimentos, as metodologias de ensino promovem o reconhecimento e o uso de formas alternativas de ensinar e de aprender, de relacionar teoria e prática, objetividade e subjetividade.

Isso significa compreender o discente como participante ativo e colaborativo do processo de ensinar e de aprender.

Exemplo disso são os componentes de Práticas como Componente Curricular que desenvolvem seus conteúdos sob a forma de projetos, produzidos de forma colaborativa. Os projetos se organizam a partir de uma dúvida, da ordem da prática. Esse procedimento reorganiza a ideia de que a prática sucede a teoria. “E ela [a dúvida] nasce da leitura da realidade. Portanto, a prática social é condição da problematização do conhecimento que os estudantes precisam produzir. Nessa perspectiva, a prática não significa a aplicação e confirmação da teoria, mas é a sua fonte” (CUNHA, 2018, p. 16).

O curso prevê também diferentes componentes curriculares com parte de sua carga horária na modalidade EaD. Através delas, compreende-se a integração orgânica de diferentes recursos digitais, seja por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado oficialmente na Unipampa, o Moodle, seja pela incorporação de outros recursos ou plataformas úteis à aprendizagem, que ultrapassam os limites físicos da instituição e abrem a possibilidade de os discentes se conectarem com interlocutores aos quais geograficamente não teria acesso.

No que tange ao empreendedorismo, partindo da concepção que abarca a capacidade de identificar problemas e oportunidades a fim de desenvolver soluções cujo impacto seja positivo para a sociedade, entende-se que é preciso formar professores capazes de ler, compreender, refletir e problematizar de forma inovadora e criativa, sempre que possível, sobre as necessidades do mercado de trabalho. Tais questões emergem e são desenvolvidas, por exemplo, no desenvolvimento dos projetos de ensino, como o PIBID e o RP, estabelecidos por convênios entre a instituição e as escolas municipais e estaduais e, igualmente, nos mais variados projetos de pesquisa e extensão oferecidos pelo curso. Ao mesmo tempo, espera-se que os graduandos adquiram, num processo contínuo, os subsídios necessários para compreender em que medida as demandas ligadas ao universo do empreendedorismo cabem à educação pública, tendo em conta a natureza, a finalidade e o papel de um curso de licenciatura.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Considera-se a avaliação como parte indissociável do processo educativo, tendo caráter diagnóstico, processual, cumulativo e formativo. Segundo Rabelo (1998, p. 11), “a avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realize em um constante trabalho de ação-reflexão-ação”. Neste PPC, justifica-se a importância da avaliação no processo educativo, com base nos seguintes aspectos:

- a) Compreensão do processo de ensino-aprendizagem em desenvolvimento;
- b) Identificação dos saberes construídos e/ou em construção pelos estudantes;
- c) Revisão das metodologias de ensino e de avaliação adotadas pelo professor;
- d) Conhecimento da atuação docente e, quando necessário, indicação de uma possível mudança de atitude por parte dos atores envolvidos;
- e) Reconhecimento da relação de comprometimento com o processo educativo entre professores e estudantes.

Assim, a avaliação deve ser compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento. Percebida como um processo contínuo e democrático, a avaliação não deve apenas ter em vista o resultado final. Por isso, os instrumentos utilizados para avaliar o processo de ensino-aprendizagem devem constar nos planos de ensino e considerar as especificidades de cada componente curricular, a preocupação com a aprendizagem do estudante, a metodologia empregada pelo professor, bem como a concepção de avaliação adotada.

Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota final mínima de 6,0 (seis) e, no mínimo, 75% (setenta e cinco) de frequência às aulas presenciais. A obtenção da média final deve resultar de formas diversificadas de avaliação, a seguir descritas:

- a) Diagnóstica: busca demonstrar o estado atual de um fenômeno para possibilitar um “tratamento” futuro, vê o acadêmico enquanto produtor, quer conhecer suas aptidões, interesses, capacidades e competências enquanto pré-requisitos para trabalhos futuros. Tem como objetivo orientar, explorar,

identificar, adaptar e prever. A avaliação diagnóstica pode ser realizada por meio de tarefas de sondagens, pré-testes, questionários, observações.

- b) **Formativa:** tem como meta comprovar se as atividades que estão sendo desenvolvidas estão de acordo com o planejado, documentando como estão ocorrendo, apontando sucessos e fracassos, identificando áreas problemáticas e fazendo recomendações. Vê o aluno em processo de produção. A avaliação formativa pode ser realizada através de pareceres escritos ou orais do professor sobre seminários, artigos, etc. desenvolvidos pelos alunos.
- c) **Somativa:** não enfoca processos, e sim resultados, vendo o aluno enquanto produto final. Busca observar comportamentos globais, socialmente significativos, e determinar conhecimentos adquiridos. A avaliação somativa pode ser realizada por meio de testes e provas.

Considerando a especificidade de formação de uma licenciatura em língua materna, a qual prevê o domínio das habilidades de leitura e escrita em seus mais diversos níveis, a avaliação dos componentes curriculares de formação teórica contemplará atividades escritas apresentadas sob a forma de gêneros de circulação acadêmica e social. A determinação da articulação gênero/texto/discurso e a quantidade de atividades escritas é atinente tanto à natureza do componente curricular – formação introdutória/fundamental ou teórica – quanto às competências possivelmente desenvolvidas pelo professor nas turmas específicas.

Assegura-se a existência de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitadas nos planos de ensino. Conforme Art. 61, Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011), “atividades de recuperação serão asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em uma perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente”. Portanto, as atividades de recuperação não visam à recuperação de conteúdo ou de frequência, sendo isso responsabilidade do discente. A recuperação tem caráter preventivo, ou seja, as atividades de recuperação serão desenvolvidas ao longo do semestre, visando a auxiliar o discente em seu processo de aprendizagem. Se houver necessidade de recuperação, o professor poderá solicitar: encontros com o discente em horários a combinar; participação em aulas de monitoria; entrega de atividades extras (que poderão ser via Moodle ou outro suporte) e participação em laboratórios

e/ou grupos de estudos.

A acessibilidade pedagógica também envolverá processos e instrumentos de avaliação inclusivos, conforme legislação e orientações institucionais, considerando alunos com deficiência e suas especificidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Ainda conforme o Art. 62 da referida Resolução, o discente poderá, por meio de requerimento fundamentado, dirigido à Coordenação do Curso e entregue na Secretaria Acadêmica, solicitar vistas à avaliação e requerer revisão da nota parcial ou da nota final que lhe for atribuída, até 5 (cinco) dias úteis após a publicação no portal acadêmico pelo docente do componente curricular. A Coordenação do Curso, após notificação pela Secretaria Acadêmica, terá 3 (três) dias úteis para encaminhar o requerimento ao docente, que terá mais 5 (cinco) dias úteis para proferir decisão fundamentada, indicando as razões do seu convencimento, e entregá-la na Secretaria Acadêmica, que notificará o discente. Da decisão do docente caberá recurso à Comissão de Curso em até 5 (cinco) dias úteis após a notificação do discente pela Secretaria Acadêmica. A Comissão de Curso avaliará o recurso na sua reunião ordinária seguinte e formará comissão de pelo menos 02 (dois) outros docentes para avaliar o processo. Da decisão da Comissão de Curso caberá recurso ao Conselho de Campus. Todos esses prazos, entretanto, ficam suspensos em caso de afastamento ou férias dos docentes, passando a contar a partir da data do retorno às atividades. Os requerimentos e os recursos de revisão de nota não têm efeito suspensivo.

Ainda sobre a avaliação, cabe salientar que o plágio se configura quando o acadêmico copia ideias, conceitos ou frases de outro autor sem lhe dar o devido crédito. De acordo com a cartilha “Direito Autoral: conheça e participe desta discussão sobre a cultura no Brasil”, publicado pelo MinC, em 2008, disponível no site www.minc.gov, a propriedade intelectual é protegida por lei. Além da lei brasileira que regula os direitos autorais (Lei Federal nº 9.610/98), também existe uma convenção universal, assinada em Genebra, em 6 de setembro de 1952, que protege o direito autoral em todos os países que aderiram ao documento, inclusive o Brasil. De acordo com o Código Civil, Art. 524, “a lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que, injustamente, os possua”. De acordo com o Código Penal, o crime contra o Direito Autoral está previsto nos Artigos 7, 22, 24, 33, 101 a 110, e 184 a 186 (direitos do Autor formulados pela Lei 9.610/1998) e 299 (falsidade ideológica). O

autor lesado pelo plágio pode entrar na justiça com ação indenizatória e as penalidades variam de multa até a reclusão (podendo chegar a 5 anos). Portanto, a identificação de plágio acadêmico acarretará a não aceitação do trabalho que o contiver e a reprovação sumária no componente curricular. Excetuam-se os casos que utilizarem as licenças Creative Commons (CC), que foram traduzidas e adaptadas à legislação brasileira. As licenças CC são um sistema alternativo às licenças tradicionais de utilização de obras protegidas. No entanto, é importante que o acadêmico observe sob qual tipo de licença CC um autor disponibiliza a sua obra para saber como poderá utilizá-la legalmente. O plágio acadêmico é uma violação dos direitos autorais de outrem com implicações cíveis e penais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 informa que “A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem é entendida como um trabalho pedagógico contínuo e cumulativo, com prevalência de aspectos qualitativos sobre quantitativos. O conceito de avaliação como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, é percebido como interativo, crítico, reflexivo e democrático. A concepção de avaliação acompanha os princípios metodológicos, portanto a avaliação considera que o aluno é partícipe do processo de aprendizagem, de modo a ser uma estratégia que possibilite o diagnóstico das dificuldades e a construção das aprendizagens” (p. 45).

2.7 APOIO AO DISCENTE

Constituem o corpo discente os estudantes regularmente matriculados no curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa. O campus Bagé da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) atende a toda região da campanha, em especial o entorno do município de Bagé, mas também recebe ingressantes de várias partes do país.

É para esse contingente de estudantes que no Plano de Desenvolvimento Institucional é descrito, no item 8, o Apoio à formação acadêmica – Assistência estudantil, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal, por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção.

A Política Institucional de Assistência Estudantil tem como diretriz principal a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES Lei n o 14914/2024) e é regida

pela Resolução CONSUNI no 84/2014, pela Resolução CONSUNI no 353/2022 e por normativas internas. Tem por finalidade promover o desenvolvimento de condições equitativas de acesso e permanência do discente, visando à participação na vida universitária, ao aprimoramento das condições de sua formação técnica, humanística e cidadã. As ações da assistência estudantil são desenvolvidas para o fortalecimento da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimentos, com vistas à melhoria do desempenho acadêmico, da qualidade de vida, e, por consequência, à promoção do enfrentamento da evasão e da retenção além do tempo regulamentar para a conclusão do curso (PDI, p. 111-112).

Cada câmpus conta com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), formado por uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos.

Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), vinculado à Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão. É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.691/2011). Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no art. 5º, prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

Além dos programas previstos acima, destaca-se o atendimento pedagógico ao discente da Universidade Federal do Pampa, implementado por meio do Programa de Acompanhamento ao Estudante, com o propósito de desenvolver o protagonismo dos estudantes na universidade. Estão envolvidos neste processo a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), além dos coordenadores acadêmicos e dos coordenadores de cursos. Esse Programa constitui-se em uma proposta de

acompanhamento e de apoio aos discentes desde o seu ingresso na Universidade. Sua estrutura centra-se no acolhimento, permanência e acompanhamento dos estudantes. Trata-se de uma Política Institucional de acompanhamento aos discentes da Universidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Unipampa, no que tange à Política de Assistência Estudantil e Comunitária, propõe atuar a partir das seguintes dimensões: do acesso ampliado à Universidade; do estímulo e da permanência do educando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; da qualidade do desempenho acadêmico; da formação universitária cidadã; do desenvolvimento de condições de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer; do impulsionamento às temáticas e às proposições dos acadêmicos; da inclusão e da acessibilidade para acadêmicos com deficiência.

Essas políticas de apoio e assistência estudantis favorecem a pluralidade do corpo discente, permitindo que alunos de outras cidades, de diferentes condições socioeconômicas e de necessidades especiais variadas tenham seu acesso ao ensino superior viabilizado.

O corpo discente tem participação ativa no curso através da representação discente na Comissão de Curso e no diretório acadêmico. O representante discente, eleito por seus pares, é responsável por levar as demandas específicas da categoria que representa à Comissão de Curso, tendo voz e direito ao voto nas deliberações dessa comissão. Ainda, os discentes do curso podem participar de órgãos colegiados superiores, como o CONSUNI, através de eleição entre todos os discentes do campus que elegem um representante titular e seu suplente para cada colegiado.

Além da participação nesses órgãos, os estudantes da UNIPAMPA, segundo o Art. 153 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010: “poderão organizar-se livremente em Diretórios Acadêmicos (DA) por cursos, Centros Acadêmicos (CA) por unidades universitárias, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Associação de Pós-Graduandos (APG)”. A atuação estudantil nesses órgãos é importante para a formação cidadã, crítica e responsável do universitário conforme os princípios balizadores de nossa concepção de formação acadêmica, de acordo com:

Art. 2º. A UNIPAMPA, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, é bem público que se constitui como lugar de exercício da consciência crítica, no qual a

coletividade possa repensar suas formas de vida e sua organização política, social e econômica (UNIPAMPA, Resolução Nº 5, de 17 de Junho de 2010, p. 1).

Por meio da representação discente e com o apoio das Coordenações de Curso, os cursos devem promover a Semana Acadêmica, que é uma atividade letiva com o objetivo de promover a cultura, a socialização do conhecimento técnico e científico e a integração da comunidade acadêmica e da comunidade em geral.

Por fim, a formação do discente em Letras contempla uma formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano além da sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento do conhecimento científico, da criação e difusão da cultura de forma justa e viável para todos.

Destacamos, por fim, que segundo o atual PDI, o acompanhamento de egressos se materializa através da Resolução CONSUNI no 294/2020 e tem como objetivos: I - avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós graduação por meio de pesquisa para acompanhamento da carreira profissional e formação continuada que tange à qualidade da formação e ao impacto na inserção profissional do egresso no mercado de trabalho; II - estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós-graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos, assim como orientar a oferta de novos cursos; e III - divulgar ações institucionais para os egressos da Unipampa (cursos de pós-graduação, cursos de extensão, concursos, eventos, notícias no portal do egresso).

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação institucional compreende a avaliação institucional, a auto-avaliação do curso e o acompanhamento de egressos. No que diz respeito à avaliação institucional, há Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é formada por Comitês Locais de Avaliação e pela Comissão Central de Avaliação. O papel primordial da CPA é a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, conforme a lei do SINAES (10.861/2004). A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa – CPA/UNIPAMPA – é um órgão colegiado permanente

constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Considerando as características *multicampi*, a CPA/UNIPAMPA é constituída por: Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada *campus* e Comissão Central de Avaliação de toda a UNIPAMPA. A CPA funciona como uma equipe de referência para a elaboração de instrumentos. Além disso, oferece suporte à Coordenação de Curso para análise de resultados de avaliação externa e na transformação dos resultados aferidos em dados para a melhoria contínua da oferta dos cursos de graduação.

Segundo o atual PDI (2025-2029), o projeto de autoavaliação vigente está adequado para atender as exigências estabelecidas pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014, e a premissa de articular avaliação e planejamento institucional proposta pelo SINAES. Os processos previstos pelo PDI são os que se seguem: a) planejamento do processo de avaliação; b) execução do processo de avaliação; c) análise da suficiência das informações; d) elaboração dos relatórios parciais de autoavaliação; e) apresentação dos resultados à comunidade acadêmica; f) inclusão dos resultados nas ações de planejamento vigentes; g) meta-avaliação (PDI, 178-180).

A avaliação do curso segue princípios e procedimentos previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, em conformidade com o Projeto Institucional (PI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), são compreendidos como processos contínuos que visam ao monitoramento das ações desenvolvidas e sua adequação à realidade, permitindo reformulações das práticas pedagógicas, bem como das concepções que fundamentam os documentos institucionais. Visam também a aperfeiçoar e a melhorar a qualidade das ações e opções cotidianas, tornando a coordenação ciente das preocupações, demandas e problemas apresentados por alunos e professores. Prevê-se a participação de todos os envolvidos com o curso nos processos de avaliação e a utilização do levantamento de dados proposto a seguir para o replanejamento do curso:

- ♣ reuniões periódicas da Comissão de Curso e do NDE, para se avaliarem a oferta do curso e as demandas apresentadas pelos alunos;
- ♣ questionários a serem preenchidos pelos alunos, utilizando formulários *online*, com o objetivo de coletar dados para subsidiar a Comissão de Curso e o NDE

em suas decisões;

- ♣ avaliação dos discentes dos procedimentos e práticas pedagógicas, a avaliação e infraestrutura;
- ♣ debates, com a comunidade do curso, com a finalidade de divulgar resultados dos dados coletados pelos diferentes instrumentos e determinar ações para melhoria contínua do curso; ouvidorias, canal que será criado para que a comunidade do curso possa se comunicar com a coordenação do curso;
- ♣ utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), dentre outros.

Prevê-se que o egresso do curso de Letras do *campus* Bagé da UNIPAMPA tenha apoio permanente e estímulo à formação continuada através de sua participação em atividades de ensino e extensão promovidas pela Instituição, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam, pela avaliação, com a vida institucional.

2.9 RECURSOS DIDÁTICOS PARA CURSOS COM OFERTA DE CARGA HORÁRIA EAD

Conforme informado anteriormente, o Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa possui um percentual baixo de carga horária em EaD, sendo ele distribuído em componentes de predominante oferta presencial. Os recursos didáticos usados pelos docentes variam conforme a natureza dos componentes e envolvem pesquisas, produção de relatos e/ou diários de bordo, entre outros, procurando fortalecer a formação dos licenciandos em aspectos investigativos e de apropriação do espaço virtual de acesso e produção de conhecimento.

Em função da baixa carga horária em EaD, o curso não terá a criação de equipe multidisciplinar, cabendo a cada docente o desenvolvimento de estratégias que garantam a acessibilidade e a disponibilização de materiais via diferentes mídias, suportes e linguagens.

3 EMENTÁRIO

3.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

EMENTÁRIO 1º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 15h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Visão geral do fenômeno da linguagem. Estudo das principais teorias linguísticas e de seus conceitos básicos.

Objetivo Geral:

Refletir sobre o desenvolvimento dos estudos linguísticos pela análise de teorias que têm a linguagem como objeto.

Objetivos Específicos:

- Compreender conceitos básicos dos estudos linguísticos.
- Compreender as diferentes concepções de linguagem, relacionando-as às teorias estudadas.
- Identificar as principais correntes teóricas dos estudos linguísticos. Conhecer teóricos fundamentais e seus textos- fonte.
- Refletir sobre as relações entre estudos linguísticos e ensino.
- Desenvolver habilidades de leitura e de escrita a partir do estudo dos textos teóricos.

Referências Bibliográficas Básicas

BATTISTI, Elisa; OTHERO, Gabriel de Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento. Conceitos básicos de linguística: noções gerais. São Paulo: Contexto, 2022.

FIORIN, J. L. (Org.). Introdução à linguística: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.
_____. Introdução à linguística: II. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTELOTTA, M. E. et al. Manual de lingüística. São Paulo: Contexto, 2008.
PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, G-É. As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.
SAUSSURE, F. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2006.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BENVENISTE, É. Problemas de linguística Geral II. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BORBA, F. S. Introdução aos estudos linguísticos. Campinas: Pontes, 1991.

CÂMARA JR., J. M. História da lingüística. Petrópolis: Vozes, 1975.

CARVALHO, Castelar de. Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUBOIS, J. Dicionário de lingüística. São Paulo: Cultrix, 1997.

OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. Para conhecer sintaxe. São Paulo: Contexto, 2023.

LOPES, E. Fundamentos da lingüística contemporânea. São Paulo: Cultrix, 2006.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LITERATURA PARA CRIANÇAS E JOVENS

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 30h

Carga horária prática: 15h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 15h

EAD: 0

Ementa

Origem e percurso histórico da literatura infantil e juvenil. Estatuto e características do gênero. Interação do gênero com outras produções culturais voltadas ao público jovem. Metodologia e formação de leitores infantis e juvenis.

Objetivo Geral:

Conhecer o estatuto e as características da produção literária destinada a crianças e jovens, desenvolvendo critérios de seleção desses textos e metodologias voltadas à formação de leitores.

Objetivos específicos:

- Conhecer o percurso histórico da literatura infantil e juvenil: a história, as fontes e a trajetória do gênero.
- Identificar o estatuto e as características do gênero.
- Atualizar e ressignificar os sentidos de obras clássicas infantis e juvenis ou daquelas reendereçoadas a esses leitores.
- Construir critérios de seleção das obras de literatura infantis e juvenis a partir do conhecimento do estatuto do gênero (relações com a Pedagogia, assimetria e adaptação, peculiaridades do leitor pressuposto).
- Analisar as obras narrativas e poéticas destinadas ao leitor infantil e juvenil que circulam atualmente, observando os elementos estruturais que as caracterizam.
- Estudar as relações que se estabelecem entre a literatura infantil e juvenil e a escola, buscando alternativas metodológicas para o trabalho com o gênero em sala de aula, visando à formação de novos leitores.

Referências Bibliográficas Básicas

AGUIAR, Vera Teixeira de. (Coord.). Era uma vez...na escola. Formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato, 2001.

- BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007
- COLOMER, Teresa. Andar entre livros. A leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.
- HUNT, Peter. Crítica, teoria e literatura infantil. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

- ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GEBARA, Ana Elvira Luciano . A poesia na escola: leitura e análise de poesia para crianças. São Paulo: Cortez, 2012.
- CECCANTINI, João Luís. Narrativas juvenis: outros modos de ler. São Paulo: UNESP, 2008.
- COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil – teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2005.
- YUNES, Eliana. A experiência da leitura . São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MACHADO, Ana Maria. Como e por que ler os clássicos universais desde cedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- PENNAC, Daniel. Como um romance. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. PETIT, Michéle. A arte de ler. São Paulo: Editora 34, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. A literatura em perigo. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- STEARNS, Peter. A infância. São Paulo: Contexto, 2005.
- VYGOTSKY, L. Imaginação e criação na infância. Ensaio para professores. São Paulo: Ática, 2009.
- ZILBERMAN, Regina. Como e porque ler a literatura infantil brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTUDOS LITERÁRIOS I

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Estudo das especificidades da linguagem literária e de suas características fundamentais; noções básicas dos modos de abordagem do texto literário, dos gêneros literários e da periodização literária; estudo do gênero lírico

Objetivo Geral:

Identificar as especificidades do texto literário e reconhecer suas características basilares, desenvolvendo a capacidade de realizar análise e interpretação de textos de variados gêneros.

Objetivos Específicos:

- Formar e aprimorar repertório de leituras literárias.
- Adquirir noções básicas de Estética.
- Reconhecer a Literatura como modo de conhecimento do sujeito e da sociedade.
- Reconhecer a Literatura e o fenômeno estético como elementos essenciais à constituição do sujeito e da sociedade.
- Identificar os principais elementos constitutivos do fenômeno literário a fim de desenvolver leitura crítica, análise e interpretação de textos.
- Adquirir noções dos períodos literários e das tendências contemporâneas de abordagem desse aspecto.
- Perceber variadas maneiras de abordagem do texto literário.
- Apresentar questões gerais relativas aos gêneros literários.
- Promover estudo do gênero lírico, bem como métodos e técnicas de análise e interpretação do poema.

Referências Bibliográficas Básicas

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GOLDSTEIN, Norma. Versos, sons, ritmos. São Paulo: Ática, 1999. (Princípios)

LAJOLO, Marisa. Literatura: leitores e leituras. São Paulo: Moderna, 2001.

REIS, Carlos. O conhecimento da literatura: uma introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Iniciação aos estudos literários. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

AGUIAR E SILVA, Victor Manuel. Teoria da literatura. Coimbra: Almedina, 1979.

ARISTÓTELES. A poética. Lisboa: Imp.Nac.- Casa da Moeda, 2003.

BLOOM, Harold. Como e por que ler. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

CADEMARTORI, Lúgia. Períodos literários. São Paulo: Ática, 1997. (Princípios)

CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.

SAMUEL, Rogel (Org.) Novo manual de teoria literária. Petrópolis: Vozes, 1985.

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura. Uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FISCHER, Ernst. A necessidade da arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HAUSER, Arnold. História social da literatura e da arte. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORIN, Edgar. Amor, poesia, sabedoria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PAZ, Octavio. O arco e a lira. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PLATÃO. A República. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Altas literaturas. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PROENÇA FILHO, Domício. A linguagem literária. São Paulo: Ática, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. O que é literatura? São Paulo: Ática, 1999.

SOARES, Angélica. Gêneros literários. São Paulo: Ática, 2001 (Princípios).

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e tragédia na Grécia antiga. São Paulo: Perspectiva, 1999.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: EXTENSÃO I: COMUNIDADE

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 60h

EAD: 0

Ementa:

Relações entre a Universidade e a sociedade civil. Políticas Públicas. Possibilidades de atuação estudantil, formativa e profissional, e o compartilhamento de saberes com a comunidade

Objetivo geral:

Discutir e fomentar as relações entre o meio acadêmico ligado à formação de professores e a comunidade.

Objetivos específicos:

- Debater e levantar respostas à questão: de que modo as licenciaturas podem contribuir com a comunidade?
- Conhecer exemplos de atuações entre a Universidade e a sociedade civil.
- Contribuir com o favorecimento e atenção às necessidades da comunidade, ligadas particularmente à área educacional.
- Tomar ciência dos saberes e conhecimentos populares, a fim de agregá-los às trocas possíveis entre a academia e o meio civil.

Referências Bibliográficas Básicas

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

SCHILLING, Flavia (Org.). Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

MENDES, Gilmar F. e outros. Políticas públicas no Brasil: uma abordagem institucional. São Paulo: Saraiva, 2017.

PITANO, Sandro de Castro e outros. Educação popular e docência. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

SEQUEIROS, Leandro. Educar para a solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa:

Estudo analítico das políticas educacionais no contexto das políticas públicas brasileiras, considerando as peculiaridades locais e nacionais, os contextos internacionais e as perspectivas e tendências contemporâneas das políticas expressas nas reformas educacionais do Brasil, na legislação de ensino e nos projetos educacionais.

Objetivo geral:

Analisar as políticas educacionais nacionais atuais, os contextos políticos em que são produzidas, seus efeitos sociais e as transformações provocadas nas práticas institucionais e humanas.

Objetivos específicos:

- Compreender as políticas educacionais locais, regionais e globais, como práticas produzidas pelas relações de poder do Estado e da sociedade;
- Conhecer a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil;
- Conhecer a legislação educacional atual (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Plano Nacional de Educação);
- Problematizar os efeitos das reformas neoliberais na formação e profissionalização docente e na gestão da Educação Básica e Superior.

Referências Bibliográficas Básicas

CURY, Carlos R J; TRIPODI; Zara Figueiredo. Políticas educacionais. 1. São Paulo: Contexto, 2023. PDF. ISBN 9786555413830. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555413830>.

KRAWCZYK, Nora (org). Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas, SP: FE/UNICAMP; Uberlândia, MG: Navegando, 2018. Disponível em: file:///G:/Documents/Políticas%20Públicas%20Educativas/Textos/Escolapublicatempodificais_Ebook.pdf

MAINARDES, Jefferson; BALL, Stephen. Políticas educacionais: questões e dilemas. 2. São

Paulo: Cortez, 2022. *E-Book*. ISBN 9786555552669. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555552669>.

MAINARDES, Jeferson. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v.4, n.1, p.186-201, jan.-abr. 2018.

Referências Bibliográficas Complementares

BURBULES, N. e TORRES, C. A. *Globalização e educação: perspectivas críticas*. São Paulo: Ed. Artmed, 2004.

BRASIL. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 11-26, 2003.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na Educação Básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, out./dez. 2011, p. 769-792.

EMENTÁRIO 2º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: FONÉTICA E FONOLOGIA

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Descrição e análise da estrutura fonética e fonológica do Português Brasileiro. Relação entre estes conhecimentos e o ensino.

Objetivo Geral

Compreender o funcionamento da Fonética e da Fonologia do Português Brasileiro.

Objetivos Específicos

- Entender a diferença entre som, fonema e letra.
- Identificar os sons do Português Brasileiro, com destaque para as variedades faladas pelos alunos.
- Identificar os fonemas e os padrões silábicos do Português Brasileiro.
- Reconhecer os processos fonológicos existentes na língua.
- Perceber a presença da variação fonológica no sistema linguístico.
- Aplicar os conhecimentos de fonética e de fonologia ao ensino de línguas.

Referências Bibliográficas Básicas

BISOL, L. (Org.). Introdução a estudos de fonologia do Português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

CRISTÓFARO SILVA, T. Fonética e fonologia do Português. São Paulo: Contexto, 2001.

LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOSO CAMARA JR., J. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1970.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

CAGLIARI, L. C. Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. Iniciação à fonética e à fonologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CRISTÓFARO SILVA, T. Exercícios de fonética e fonologia. São Paulo: Contexto, 2003.

DA HORA, D.; MATZENAUER, C. L. Fonologia, fonologias: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2017.

LAMPRECHT, R. R. (Org.). Aquisição fonológica do Português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

LEITE, Y.; CALLOU, D. Como falam os brasileiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE PORTUGUÊS

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Definições e subáreas da Linguística Aplicada. Linguística aplicada à leitura, à escrita e ao ensino de gramática. Estudos e discussões de trabalhos voltados ao ensino de língua portuguesa como língua materna. Concepções teórico- metodológicas, advindas de diferentes áreas do conhecimento, que embasam o ensino da leitura/escrita no contexto escolar. A carga horária não presencial será destinada a um trabalho que permita aos alunos uma ampliação de suas habilidades de leitura e escrita pertinentes às competências teóricas desenvolvidas nas atividades presenciais da disciplina.

Objetivo Geral:

Conhecer e produzir trabalhos acadêmicos em linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa e/ou literatura.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre o percurso da leitura/escrita nos contextos histórico, social e escolar.
- Refletir sobre diferentes abordagens e metodologias de ensino-aprendizagem de língua portuguesa e literatura, experimentá-las e problematizá-las.
- Dialogar com propostas curriculares nacionais e regionais para o ensino de língua portuguesa e literatura.

Referências Bibliográficas Básicas

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-287.

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; MÜLLER, A. L. Mas o que é mesmo “gramática”?

São Paulo: Parábola, 2006.

GERALDI, J. W. A aula como acontecimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

KLEIMAN, A. B. A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2001

MACHADO, A. R. (Org.). O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina: EDUEL, 2004.

POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BORTONNI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. 5. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2008.

CAVALCANTI, M. C. e KLEIMAN, A. B. (Orgs.). Linguística Aplicada: Suas Faces e Interfaces. Campinas: São Paulo, 2007.

CITELLI, B.; GERALDI, J. W. (coord.). Aprender e ensinar com textos de alunos. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P (Org.). Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

NEVES, M. H. M. Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, N. I. Ensino tradicional de gramática ou prática de análise linguística: uma questão de (con)tradição nas aulas de português. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, Vol. 10, n. 4, p. 949-973, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbla/a/st5y4RFQ6gH9ZWGs5P5V6ph/abstract/?lang=pt>> acesso em 15/04/2025.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTUDOS LITERÁRIOS II

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Estudo dos principais preceitos teóricos que descrevem e distinguem os gêneros dramático e narrativo. Estudo da evolução formal do gênero dramático e do gênero narrativo: da tragédia ao drama contemporâneo; da epopeia ao romance. Categorias fundamentais da narrativa. Conto e crônica.

Objetivo Geral:

Adquirir conhecimentos fundamentais para a distinção de texto literário e suas características basilares, desenvolvendo a capacidade de realizar análise e interpretação de textos, de variados gêneros, com maior propriedade.

Objetivos Específicos:

- Potencializar a formação de repertórios de leituras literárias.
- Conhecer os principais elementos constitutivos do fenômeno literário, a fim de desenvolver leitura crítica, análise e interpretação de textos.
- Introduzir questões gerais relativas à teoria do drama e sua evolução formal, desde as tragédias clássicas ao teatro contemporâneo.
- Introduzir questões gerais relativas à teoria da prosa, observando a constituição dos gêneros narrativos (conto e romance) e do subgênero crônica.
- Aprofundar as noções relativas às categorias elementares da narrativa: foco narrativo, espaço, tempo, personagens, enredo.

Referências Bibliográficas Básicas

ARISTÓTELES. A poética. Lisboa: Imp.Nac.- Casa da Moeda, 2003

CANDIDO, Antonio. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas. São Paulo: Ática, 2001.

GOTLIB, Nadia B. Teoria do conto. São Paulo: Ática, 2006.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. O foco narrativo. São Paulo: Ática, 1987.

REIS, Carlos. O conhecimento da literatura: Uma introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Iniciação aos estudos literários. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WELLECK, R. e WARREN, A. Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

AGUIAR e SILVA, Victor Manoel de. Teoria da literatura. Lisboa: Almedina, 1996.

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. A poética clássica. São Paulo: Cultrix, 1992.

BARTHES, Roland et al. Análise estrutural da narrativa. Petrópolis: Vozes, 2011.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Altas literaturas. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SÁ, Jorge de. A crônica. São Paulo: Ática, 1999.

STALLONI, Yves. Os gêneros literários. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

TODOROV, Tzvetan. As estruturas narrativas. São Paulo: Perspectiva, 1979.

WATT, Ian. A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICAS DE ENSINO EM LÍNGUA E LITERATURA

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 60h

Carga horária de extensão:

EAD: 0

Ementa

Planejamento e execução de projetos de ensino que integrem língua e literatura para a aplicação de conhecimentos relativos à compreensão e produção textual e à análise linguística e literária.

Objetivo Geral:

Planejar e executar projetos de ensino integrados de língua e literatura, voltados para a Educação Básica, em que se apliquem conhecimentos relativos à compreensão e produção textual e à análise linguística e literária, abordados nos componentes curriculares cursados e/ou em andamento.

Objetivos Específicos:

- Aplicar conhecimentos relativos à compreensão e produção textual;
- Aplicar conhecimentos relativos à análise linguística e literária;
- Produzir materiais didáticos em que se estabeleçam relações entre língua e literatura;
- Refletir sobre as relações entre teoria e prática pela elaboração de projetos.

Referências Bibliográficas Básicas

COSSON, R. Letramento literário. Teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

HOFFMANN, J. M. L. A avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 29. ed. Porto Alegre; Mediação, 2009.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Língua Portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.

ZABALZA, M. A. Diários de aula: Um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BENDER, W. Aprendizagem baseada em projetos. Porto Alegre: Penso, 2014.

CEREJA, W. R & COCHAR, T. Gramática: texto, reflexão e uso. 3. ed. São Paulo: Atual, 2009.

CITELLI, B.; GERALDI, J. W. (Orgs.) Aprender e ensinar com textos de alunos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KARWOSKI, A. M. et al. (Orgs.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, P. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza: saberes e competências em uma profissão complexa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROJO, R. (Org.) A prática de linguagem em sala de aula: Praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.

ROLLA, A. R. Ler e escrever literatura: a mediação do professor. In: GUEDES, P. C;

KLÜSENER, R; NEVES, I. C. B.; SCHÄFFER, N.O.; SOUZA, J. V. (Orgs.). Ler e Escrever: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2008.

ZILBERMAN, R. A escola e a leitura da literatura. In: ZILBERMAN, R.; RÖSING, T. (Orgs.) Escola e leitura: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa:

Retrospectiva histórica do desenvolvimento da Educação Brasileira, visando interpretar e identificar a sua função social e ideológica em diferentes contextos da formação cultural do país.

Objetivo geral:

Compreender a origem da Educação Escolar Brasileira.

Objetivos específicos:

- Conhecer as reformas educacionais ocorridas nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX;
- Pesquisar sobre os diversos pensadores educacionais;
- Refletir sobre os processos históricos da formação docente e suas práticas e condições de trabalho.

Referências Bibliográficas Básicas

FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

GAZOLA, Cassia Pinto Kênia; FARIA FILHO, Luciano Mendes, BAHIENSE, Priscilla Nogueira; DA SILVA, Raylane Ariana Geraldo; MARQUES, Sander Palmer Batista (org.) Educação e Nação no Bicentenário da Independência. 1ª ed. – Belo Horizonte: UFMG, 2022. (disponível em <https://portaldobicentenario.org.br/wpcontent/uploads/2022/03/E-Boo-Educacao-e-Nacao-no-Bicentenario.pdf>).

SAVIANI, DEMERVAL. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4ª ED. Campinas: Autores Associados, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. 9. ed. Porto Alegre, RS: Martins livreiro, 2013.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009. 290 p. ISBN 9788520428405.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 20.ed. São Paulo, SP: Autores Associados, 2007.

EMENTÁRIO 3º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE:

Componente Curricular: MORFOSSINTAXE I

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 15h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Classe de palavras e suas implicações morfossintáticas. Organização sintagmática da oração. Morfossintaxe do período composto: coordenação e subordinação. Relação entre estes conhecimentos e o ensino.

Objetivo Geral:

Conhecer aspectos referentes à organização morfossintática do português brasileiro.

Objetivos específicos:

- Refletir sobre o processo de formação e classificação de palavras em português
- Compreender os processos de organização sintagmática da oração.
- Descrever as relações entre as classes de palavras e a organização sintagmática em português;
- Conhecer aspectos relacionados à morfossintaxe do período composto.
- Aplicar os conhecimentos morfossintáticos ao ensino de línguas.

Referências Bibliográficas Básicas

PERINI, M. A. Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2006.

PERINI, M. A. Gramática descritiva do português. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 2007.

PERINI, M. A. Gramática do português brasileiro. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.

SAUTCHUK, I. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 2.ed. Barueri, SP: Manoel, 2010.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no

momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

CASTILHO, A. T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M.. Pequena gramática do português brasileiro. São Paulo, SP: Contexto, 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon, 2008.

MACAMBIRA, J. R. A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico. 3.ed. São Paulo, SP: Pioneira, 1978.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. V. Novo manual de sintaxe. Florianópolis: Insular, 2007.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo, SP: Unesp, 2000.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.). Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TEORIA DA LITERATURA

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Principais conceitos teóricos surgidos no século XX dentro do âmbito dos Estudos Literários, favorecendo e instrumentalizando o exame do texto literário em suas especificidades internas e relações contextuais.

Objetivo Geral:

Levar o discente a adquirir noções fundamentais sobre importantes conceitos teóricos elencados pela Teoria da Literatura no séc. XX, capacitando-o a melhor analisar um texto literário.

Objetivos Específicos:

- Aprimorar o desenvolvimento de reflexão teórica sobre a Literatura e seus elementos.
- Relacionar os principais conceitos pertencentes ao âmbito dos estudos literários com as diferentes concepções de língua e linguagem.
- Articular os principais conceitos pertencentes ao âmbito dos estudos literários com as concepções culturais e estéticas.
- Aplicar os conceitos estudados na análise de textos literários.
- Posicionar-se criticamente quanto aos conceitos estudados.

Referências Bibliográficas Básicas

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. A poética clássica. São Paulo: Cultrix, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura. Uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ECO, Umberto. Lector in fabula. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PROPP, Vladimir. Morfologia do conto maravilhoso. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

REIS, Carlos. O conhecimento da literatura. Introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2003.

SILVA, Vitor M. de Aguiar e. Teoria da literatura. Coimbra: Almedina, 1996.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Iniciação aos estudos literários. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

COSSON, Rildo. Paradigmas do ensino de literatura. São Paulo: Contexto, 2020.

HUTCHEON, Linda. A poética do pós-modernismo. História, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LIMA, Luis Costa. A literatura e o leitor – textos de estética da recepção. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LUKÁCS, Georg. A teoria do romance. São Paulo: Editora 34, 2000.

MOISÉS, Massaud. Dicionário de termos literários. São Paulo: Cultrix, 2004.

STAIGER, Emil. Conceitos fundamentais da poética.. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1997.

WARREN, Austin; WELLEK, Rene. Teoria da literatura. Lisboa: Europa-América, 1987.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICAS DE ENSINO EM LINGUAGENS

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 60h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Planejamento e execução de projetos de ensino interdisciplinares de linguagem em diferentes manifestações, estimulando a relação com outras áreas, abordados nos componentes curriculares cursados e/ou em andamento.

Objetivo Geral:

Planejar e executar projetos de ensino para desenvolver competências comunicativas, aplicadas ao ensino e à aprendizagem, a partir da construção de projetos de ensino voltados para a Educação Básica.

Objetivos Específicos:

- Aplicar conhecimentos relativos à compreensão e produção textual;
- Aplicar conhecimentos relativos à análise das diferentes linguagens;
- Produzir materiais didáticos em que se estabeleçam relações entre os componentes da área de linguagens ou entre esta e as demais áreas;
- Refletir sobre as relações entre teoria e prática pela elaboração de projetos.

Referências Bibliográficas Básicas

COSSON, R. Letramento literário. Teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

HOFFMANN, J. M. L. A avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 29. ed. Porto Alegre; Mediação, 2009.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Língua Portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.

ZABALZA, M. A. Diários de aula: Um instrumento de pesquisa e desenvolvimento

profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BENDER, W. Aprendizagem baseada em projetos. Porto Alegre: Penso, 2014.

CEREJA, W. R.; COCHAR, T. Gramática: texto, reflexão e uso. 3. ed. São Paulo: Atual, 2009.

CITELLI, B.; GERALDI, J. W. (Orgs.) Aprender e ensinar com textos de alunos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KARWOSKI, A. M. et al. (Orgs.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, P. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza: saberes e competências em uma profissão complexa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROJO, R. (Org.) A prática de linguagem em sala de aula: Praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.

ROLLA, A. R. Ler e escrever literatura: a mediação do professor. In: GUEDES, P. C.; KLÜSENER, R.; NEVES, I. C. B.; SCHÄFFER, N. O.; SOUZA, J. V. (Orgs.). Ler e Escrever: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2008.

ZILBERMAN, R. A escola e a leitura da literatura. In: ZILBERMAN, R.; RÖSING, T. (Orgs.) Escola e leitura: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICAS DE LINGUAGENS: MATEMÁTICA E PORTUGUÊS NA EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 30h

Carga horária prática: 30h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Leitura, interpretação e produção de textos orais e escritos concernentes às linguagens da matemática e do português, operacionalizando os licenciandos para práticas profissionais na Educação Básica.

Objetivo geral:

Conhecer elementos básicos das linguagens da matemática e do português necessários à compreensão de dados estatísticos e de indicadores educacionais.

Objetivos específicos:

- Analisar textos de pesquisas educacionais divulgadas em documentos, relatórios, vídeos e mídias, problematizando seus resultados;
- Aplicar conhecimentos linguísticos e estatísticos à produção, interpretação e socialização de dados educacionais, com ou sem o uso de recursos tecnológicos;
- Desenvolver competências relacionadas à leitura e à produção de textos orais e escritos, coerentes e coesos, e em consonância com a norma culta da língua portuguesa;
- Desenvolver competências relacionadas à compreensão de elementos da estatística descritiva e representação de dados estatísticos

Referências Bibliográficas Básicas

ANTUNES, I. Lutar com palavras. Coesão e Coerência. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb> . Acesso em: 05 jun. 2020.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. 7. ed. Sao Paulo, SP: Saraiva, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação).Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1_35951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 jun. 2020.

INSTITUTO Unibanco. Roteiro de análise de indicadores educacionais: desempenhoscolar. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/5202f76e-d628-403b-a7a8-9d4be153b2fc/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008..

VOLPI, M.; SILVA, M. S.; RIBEIRO, J. (Coord.). 10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. Brasília, DF: UNICEF, 2014. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/10desafios_ensino_medio.pdf. Acesso em: 16 ago. 2015.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENDER, W. N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Trad. Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: Penso, 2014.

BENVENISTE, E. Problemas de linguística geral II. Campinas (SP): Pontes, 1989.

FIORIN, J. L. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Contexto, 2016.

LARSON, R.; FARBER, B. Estatística aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

TAHAN, M. O homem que calculava. São Paulo:Record, 2000.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa:

Introdução ao estudo das teorias psicológicas que envolvem a constituição do sujeito nos âmbitos do desenvolvimento e da aprendizagem. Contribuições da Psicologia no contexto escolar; Transtornos de Aprendizagem.

Objetivo geral:

Estudar os processos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, analisando criticamente os referenciais teóricos da Psicologia e suas implicações metodológicas no ensino.

Objetivos específicos:

- Compreender desenvolvimento e aprendizagem como fenômenos individuais e sociais;
- Analisar as teorias psicológicas e suas contribuições para a docência;
- Investigar temáticas atuais relativas ao desenvolvimento da criança e do adolescente e suas implicações para os processos de aprendizagem;
- Conhecer os transtornos de aprendizagem e suas formas de mediação pedagógica.

Referências Bibliográficas Básicas

COLL, César. Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia da educação escolar, v.2. 2. Porto Alegre: Penso, 2015.

COLL, César. Desenvolvimento psicológico e educação, v.1. Psicologia evolutiva. 2. Porto Alegre: Penso, 2004.

ESTANISLAU, Gustavo M. Saúde mental na escola o que os educadores devem saber. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

Referências Bibliográficas Complementares

COLL, César. Desenvolvimento psicológico e educação, v. 3. 2. Porto Alegre Penso 2015 1 recurso online ISBN 9788536308241.

COLL, César. Psicologia do ensino. Porto Alegre ArtMed 2015 1 recurso online ISBN 9788536315409.

ESTANISLAU, Gustavo M. Saúde mental na escola o que os educadores devem saber. Porto Alegre ArtMed 2014 1 recurso online ISBN 9788582711057.

REGO, T. C. Vygotsky: Uma perspectiva sócio-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROTTA, Newra Tellechea. Transtornos da aprendizagem abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. Porto Alegre ArtMed 2016 1 recurso online ISBN 9788582712658.

EMENTÁRIO 4º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: MORFOSSINTAXE II

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Descrição e análise de fenômenos morfossintáticos do Português Brasileiro com base em diferentes abordagens teóricas. Relação entre estes conhecimentos e o ensino.

Objetivo Geral:

Aprofundar os conhecimentos sobre fatos morfossintáticos à luz de diferentes abordagens linguísticas.

Objetivos específicos:

- Discutir as relações entre as classes de palavras e a organização sintagmática do português brasileiro a partir do confronto entre a gramática normativa e diferentes perspectivas linguísticas;
- Apresentar uma revisão crítica da descrição da coordenação e da subordinação feita pela gramática normativa e por propostas alternativas;
- Promover reflexões sobre o ensino de morfossintaxe, considerando diferentes propostas teóricas.

Referências Bibliográficas Básicas

PERINI, M. A. Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2006.

PERINI, M. A. Gramática descritiva do português. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 2007.

PERINI, M. A. Gramática do português brasileiro. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.

SAUTCHUK, I. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 2.ed. Barueri, SP: Manoel, 2010.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no

momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

CASTILHO, A. T. De. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. Pequena gramática do português brasileiro. São Paulo, SP: Contexto, 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon, 2008.

MACAMBIRA, J. R. A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico. 3.ed. São Paulo, SP: Pioneira, 1978.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. V. Novo manual de sintaxe. Florianópolis: Insular, 2007.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo, SP: Unesp, 2000.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.). Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LITERATURA BRASILEIRA I

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 00

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Temas e formas da narrativa literária brasileira. Relações entre literatura e sociedade. Sistema literário brasileiro: revisões, permanências e rupturas.

Objetivo Geral:

Analisar narrativas literárias representativas da diversidade da sociedade brasileira, bem como das principais tendências do sistema literário nacional a partir de perspectivas contemporâneas.

Objetivos Específicos:

- Estudar narrativas literárias, identificando suas características formais e estéticas.
- Refletir sobre a formação do cânone e suas constantes revisões.
- Analisar a representação da sociedade brasileira na produção literária.
- Comparar obras literárias de diferentes épocas e estilos.
- Promover estudo diacrônico da literatura brasileira.

Referências Bibliográficas Básicas

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 44.ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 4.ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. (Vol. único). São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2013.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 9.ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 2006.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BARBOSA, Joao Alexandre. A biblioteca imaginária. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 1996.

BOSI, Alfredo. Literatura e resistência. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.

MORICONI, Ítalo. Os cem melhores contos brasileiros do século. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2000.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13.ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

SOARES, Marcus Vinícius Nogueira Soares. "Uma flor murcha": a crônica brasileira entre o jornal e o livro. Revista Da Anpoll, 1(38), 101–110. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i38.838>

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICAS DE ENSINO EM LITERATURA

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 60h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Planejamento e execução de práticas de mediação de leitura literária, através de projetos que mobilizem conhecimentos relativos ao gênero literário e favoreçam a interlocução com outras áreas.

Objetivo Geral:

Desenvolver competências que habilitem ao planejamento e à execução de práticas de mediação de leitura literária.

Objetivos Específicos:

- Planejar e executar projetos de leitura literária.
- Executar práticas de mediação de leitura literária.
- Estabelecer relações entre conhecimentos linguísticos e literários.
- Mobilizar conhecimentos teóricos na elaboração dos projetos de leitura literária.
- Ampliar competências de leitura, escrita e oralidade.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

COSSON, R. Letramento literário. Teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2011.

COSSON, R. Círculos de leitura e letramento literário. São Paulo: Contexto: 2014.

REIS, C. O conhecimento da literatura. Introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BRAIT, B. Literatura e outras linguagens. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARTIER, R. A aventura do livro do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

STOCHERO, C.M.P; SANGALETTI, L.; CASTRO, N.S.E. Prática pedagógica e metodologia do ensino e língua e literatura. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

ZILBERMAN, R. Literatura e pedagogia: ponto & contraponto. 2.ed. São Paulo: Global, 2008.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: EXTENSÃO II: ESPAÇOS CULTURAIS

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 60h

EAD: 0

Ementa

Relações entre a Universidade, a docência, as manifestações culturais e artísticas e a sociedade.

Objetivo Geral:

Pensar a Cultura como lugar privilegiado de expressão da diversidade e do pensamento, e o meio acadêmico como estimulador de ocupação/acesso a espaços culturais junto à sociedade civil.

Objetivos específicos:

- Estudar o que é cultura, cultura popular, e política cultural.
- Desenvolver um senso crítico em relação à “cultura de massa”.
- Compreender a influência das mídias sobre a formação do gosto e das tendências.
- Considerar a formação docente e a possibilidade de “agenciar” espaços culturais na escola e demais ambientes comunitários.

Referências Bibliográficas Básicas

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Espaço e cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BRANT, Leonardo. O poder da cultura. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2007.

FRAGA, Hilda Jaqueline de (Org.). Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2015.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Projetos culturais: técnicas de modelagem. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão. Legislação e políticas públicas que amparam o processo no país. Educação especial e Inclusiva e mediação pedagógica. Desenho Universal para a Aprendizagem.

Objetivo geral

Estudar os processos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, analisando criticamente os referenciais teóricos da Psicologia e suas implicações metodológicas no ensino.

Objetivos específicos

- Compreender desenvolvimento e aprendizagem como fenômenos individuais e sociais;
- Analisar as teorias psicológicas e suas contribuições para a docência;
- Investigar temáticas atuais relativas ao desenvolvimento da criança e do adolescente e suas implicações para os processos de aprendizagem;
- Conhecer os transtornos de aprendizagem e suas formas de mediação pedagógica.

Referências Bibliográficas Básicas

BASTOS, Amélia Rota Borges. Caderno de estudos III. Desenho Universal para a Aprendizagem. Curso de Extensão em Atendimento Educacional Especializado em Práticas Pedagógicas para o SAEE. Pelotas: UFPEL, 2022. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/nei/files/2022/10/caderno-de-estudos-iii.pdf>.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index for inclusion developing learning and participation in schools. Bristol: CSIE, 2000. (disponível em: <http://www.csie.org.uk/resources/inclusion-index-explained.shtml>)

BORGES DE BASTOS, Amélia Rota; DORNELLES, C. (Org.) ; AZAMBUJA, F. (Org.) . A liga dos super direitos: super heróis em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. 1. ed. BAGE: LEB, 2016. v. 1. 80p.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>

Referências Bibliográficas Complementares

DISCHINGER, Marta. Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. (disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988/12625-catalogo-de-publicacoes>).

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)2 2 No documento original: Universal Design Learning Guidelines. 3 3 Tradução para o português (Brasil) - Versão 2.0. Grupo de Estudos “Pesquisas em Políticas e Práticas educativas Inclusivas - Reconstruindo a escola” (GEPPEI-RE). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande/Mato Grosso do Sul/Brasil. . Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2020, v. 26, n. 4 [Acessado 20 Janeiro 2022] , pp. 733-768. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>>. Epub 18 Dez 2020. ISSN 1980-5470. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>.

BORGES DE BASTOS, Amélia Rota. Lelê de boca aberta: recursos de acessibilidade no livro infantil a partir dos pressupostos do desenho universal e do desenho universal para a aprendizagem. In: Eduardo Gomes Onofre; Sandra Mesa Fernandez; Margareth de Melo. (Org.). Construindo diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos. 1ed.Campina Grande: REALIZE, 2021, v. 1, p. 884-894.

DE BASTOS, Amélia Rota Borges; CENCI, A. Desenvolvimento de práticas inclusivas: aportes teórico-práticos para o apoio aos estudantes em estágio de docência. In: GERSON MOL. (Org.). O ensino de ciências na escola inclusiva. 1ed. Brasília: Brasil Cultural, 2019, v. 1, p. 150-168.

MENDES, Rodrigo (Org.). Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um. São Paulo: Fundação Santillana, 2020. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/programas/construcao-de-conhecimento/publicacoes/>.

EMENTÁRIO 5º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TEORIAS DO TEXTO

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Estudo do texto como objeto particular de investigação. Estudo de abordagens linguísticas que teorizam sobre o texto como unidade linguística comunicativa básica. Desenvolvimento de competências essenciais à leitura e à produção de textos coerentes e coesos, bem como de seu ensino.

Objetivo Geral:

Compreender o texto como unidade básica de manifestação da linguagem.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre os diferentes fatores responsáveis pela textualidade de um discurso.
- Conhecer abordagens teóricas que tomem o texto como objeto de estudo.
- Investigar temas relacionados ao estudo do texto, a partir de diferentes teorias textuais.
- Desenvolver habilidades e competências relacionadas à leitura e à produção de textos coerentes e coesos, bem como ao seu ensino.

Referências Bibliográficas Básicas

ANTUNES, I. Lutar com palavras. Coesão e Coerência. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

KOCH, I.G.V. O texto e a construção dos sentidos. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. G. V. Introdução a linguística textual. Trajetória e Grandes Temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução à linguística 1. Domínios e Fronteiras. 2. ed. São

Paulo: Cortez, 2004.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

COSTA VAL, M. G. Redação e textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.) Gêneros textuais & ensino. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, I. V. A coesão textual. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, I.G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, Ingedore V. A inter-ação pela linguagem. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LITERATURA BRASILEIRA II

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Temas e formas da poesia brasileira. Relações entre lírica e sociedade. Literatura dramática no Brasil. Sistema literário brasileiro: revisões, permanências e rupturas.

Objetivo Geral:

Analisar obras representativas da poesia brasileira, observando suas características estéticas e suas articulações com a sociedade a partir de perspectivas contemporâneas.

Objetivos Específicos:

- Estudar poemas, identificando suas características formais e estéticas.
- Conhecer autoras e autores da literatura brasileira.
- Refletir sobre a formação do cânone literário e suas constantes revisões.
- Analisar a representação da sociedade brasileira na produção poética e dramática.
- Comparar obras literárias de diferentes épocas e estilos.
- Promover estudo diacrônico da literatura brasileira.

Referências Bibliográficas Básicas

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. (Vol. único). São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. São Paulo: Ouro sobre azul, 2008.

CANDIDO, Antonio. Na sala de aula. Caderno de análise literária. 8.ed. São Paulo: Ática, 2008.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. 8. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras,

2010.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13.ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

HORTA, Maria Teresa. Poemas do Brasil. 1. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2009. 119 p. ISBN

MORICONI, Italo. Como e por que ler a poesia brasileira do século XX. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2002.

MORICONI, Italo. Os cem melhores poemas brasileiros do século. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2001. 350 p. ISBN 8573023716.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: INTRODUÇÃO AO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carga horária total: 135h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 135h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Prática docente nas áreas de Língua Portuguesa e/ou Literatura de Língua Portuguesa. Planejamento e aplicação de sequências didáticas e projetos de ensino na Educação Básica sob orientação docente. Reflexão sobre a prática pedagógica; socialização e relato de experiência docente.

Objetivo Geral:

Promover, a partir da inserção do licenciando no contexto da educação básica, a capacidade de planejamento e aplicação de atividades de microensino, bem como a reflexão e textualização sobre sua experiência docente.

Objetivos específicos:

- Observar aulas de Língua Portuguesa e/ou Literatura em escolas de educação básica;
- Planejar sequências didáticas e projetos de ensino a partir do contexto observado;
- Aplicar atividades de microensino no contexto de sala de aula de Língua Portuguesa e/ou Literatura na Educação Básica sob a orientação docente;
- Refletir sobre a prática pedagógica a partir da produção de diários reflexivos e de rodas de conversa.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

COSSON, Rildo. Letramento literário. São Paulo: Contexto, 2011.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

GERALDI, J. W. (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2006.
Referencial Curricular Gaúcho. Secretaria Estadual da Educação, Porto Alegre, 2018.
Disponível em <https://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/1531.pdf> .

ZABALZA, M. A. Diários de aula: Um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

AGUIAR, V.; BORDINI, M. A formação do leitor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BRANDÃO, H.; MICHELETTI, G. (coord.). Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998. vol. 2

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.) Português no Ensino Médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

CADEMARTORI, L. O professor e a literatura. Para pequenos, médios e grandes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CEREJA, R. Ensino de literatura. Uma proposta dialógica para trabalhar com literatura. São Paulo: Atual, 2006.

DIONISIO, A. P. *et al.* (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SARAIVA, J. A.; MÜGGE, E. *et al.* Literatura na escola: propostas para o ensino fundamental. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

*Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: EXTENSÃO III: CONTEXTOS DIGITAIS

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 60h

EAD: 0

Ementa

Letramento digital em sociedade, na formação docente e no âmbito escolar. Docência e recursos digitais: crítica, potencialidades e renovação nos modos de ensinar.

Objetivo Geral:

Rever as práticas cotidianas e as práticas de ensino/aprendizagem diante das alternativas propostas pelos recursos digitais.

Objetivos específicos:

- Avaliar as transformações que as práticas cotidianas e as ligadas ao âmbito do ensino sofrem diante da crescente informatização de conteúdos e acessos midiáticos.
- Entender o impacto das novas tecnologias e as possibilidades de implementação dos recursos nas práticas de ensino/aprendizagem.
- Propor ações de letramento digital para que a comunidade e a escola possam adquirir os conhecimentos necessários às demandas do cotidiano.

Referências Bibliográficas Básicas

GÓMEZ, Ángel I. Pérez. Educação na era digital: a escola educativa. São Paulo: Editora Penso, 2014.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

RIBEIRO, Ana E. e COSCARELLI, Carla V. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. São Paulo: Autêntica, 2007.

SETTON, Maria da Graça. Mídia e educação. São Paulo: Contexto, 2010.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BACICH, Lilian e MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. São Paulo: Editora Penso, 2017.

BACICH, Lilian e outros. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na Educação. São Paulo: Penso, 2015.

RIBAS, Elisângela; OLIVEIRA, Hervaldira; SANTOS, Pricila. Educação e tecnologias. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ROCHA, Daiana G. e outros. Aprendizagem digital: curadoria, metodologias e ferramentas para o novo conteúdo educacional. São Paulo: Editora Penso, 2021.

WHITE, Andrew. Mídias digitais e sociedade. São Paulo: Saraiva Uni, 2016.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: METODOLOGIAS E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Epistemologias e Metodologias da Aprendizagem. Ensinar e aprender na Educação Básica. Concepções e procedimentos de planejamento, ensino e avaliação da aprendizagem na educação básica. Avaliação Emancipatória.

Objetivo Geral:

Promover reflexões e produções prático-teóricas acerca da relevância do processo de planejamento, metodologias e avaliação na educação básica em uma perspectiva ética, estética e crítica.

Objetivos Específicos:

- Discutir epistemologias da aprendizagem, como foco na relevância dessa compreensão na atitude pedagógica do docente;
- (Re)conhecer, in loco, diferentes metodologias de ensino e avaliação para educação básica.
- Teorizar, discutir, produzir e analisar criticamente metodologias de ensino e avaliação;
- Desenvolver a consciência do papel do professor, no planejamento metodológico e avaliativo dos processos de ensino-aprendizagem, na educação básica.

Referências Bibliográficas Básicas

AZEREDO, Jose Carlos de. Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007.

DOLL, Johannes; ROSA, Russel Teresinha Dutra da (org.). Metodologia de ensino em foco: práticas e reflexões. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

PEDROSO, Daniele; ZWIEREWICZ, Marlene; HÜLSE, Levi. Complexidade Transdisciplinaridade e-ecoformação. Revista Diálogo Educativo. Curitiba: Pr, V. 22, n. 72, p. 102-122, jan./mar. 2022. Recurso Eletrônico. <https://doi.org/10.7213/1981-16X.22.072.DS05>. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28745>. Acesso em 02.2022.

SANTOS, Vinícius de Macedo. Ensino de matemática na escola de nove anos: dúvidas, dúvidas e desafios. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Referências Bibliográficas Complementares

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico] Porto Alegre: Penso, 2018. ISBN 978-85-8429-116-8. Disponível em:

<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf>. Acesso em 02.02.2022

BENTES, Livia M. N. Pensamento Complexo e Transdisciplinar: Desafios Educacionais. Epistemologia da Complexidade e Metodologia de Projetos na Educação Básica: Caminhos Possíveis Para a Inter e Transdisciplinaridade. Em: Revista Contexto & Educação. PPGEC/ UNIJUÍ. Vol. 33 N.106. Ijuí: 2018.

FREIRE, Paulo. Última entrevista de Paulo Freire. PUC TV. Youtube. Postado em 17/05/2007. Disponível em: Parte 1. (6:59min.). <https://www.youtube.com/watch?v=UI90heSRYfE>; Parte 2: (8:45 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fBXFV4Jx6Y8>

HAMMES, Lúcio. O legado da pedagogia freiriana: Possibilidades para Reencantar a Educação. Em: Cadernos de Educação. Faculdade de Educação/ UFPel. ISSN: 2178-079X. n. 65, 2021. PP 1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/21817/13810>. Acesso em 16.02.2022.

MACHADO, Nilson José. Programa E-aulas. Universidade de São Paulo. (USP). Tópicos de epistemologia e didática. Introdução. Vídeo 1 (42:49 min): <https://eaulas.usp.br/portal/video?idItem=1703>. São Paulo: 2016. Acesso em 12 maio 2021.

EMENTÁRIO 6º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TEORIAS DO DISCURSO

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Estudo das principais teorias que tomam por objeto teórico o discurso. Fundamentos teórico-metodológicos de análise de discurso e práticas de análise. Estudo das relações entre teorias do discurso e o ensino de Língua Portuguesa. Prática de elaboração de material didático.

Objetivo Geral:

Compreender o funcionamento do processo discursivo, partindo das principais vertentes teóricas de análise do discurso.

Objetivos Específicos:

- Abordar as diferentes concepções de língua, sujeito, enunciado e discurso.
- Compreender o funcionamento discursivo de diferentes materialidades significantes.
- Compreender a relação entre discurso e sujeito.
- Aplicar os dispositivos teórico-metodológicos estudados.
- Identificar a influência das teorias do discurso no ensino de Língua Portuguesa.
- Planejar atividades didáticas segundo a perspectiva discursiva.
- Desenvolver habilidades de leitura, escrita e compreensão através dos textos teóricos estudados.

Referências Bibliográficas Básicas

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BENVENISTE, É. Problemas de linguística geral I. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8 ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2014.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

AUTHIER, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2004.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4 ed. São Paulo: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

VOLOCHINOV, V. N.; GERALDI, João Wanderley (coord.). *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Paulo, SP: Pedro & João, 2013.

ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LITERATURA PORTUGUESA

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Estudo da Literatura Portuguesa e seus textos fundadores; afirmação do Império português pela via literária; percursos da Literatura Portuguesa em diferentes períodos literários, dos primórdios ao século XXI.

Objetivo Geral:

Levar o estudante de Letras a conhecer os principais textos da produção literária portuguesa do século XVI até o século XXI.

Objetivos Específicos:

- Conhecer diferentes gêneros literários em que se expressou a Literatura Portuguesa, ao longo de cinco séculos.
- Fornecer subsídios para que o estudante de Letras possa compreender a influência da Literatura Portuguesa sobre a produção brasileira.
- Capacitar o estudante a fazer inter-relações entre a produção literária portuguesa canônica e a contemporânea.
- Levar o aluno a observar e refletir sobre resultados do encontro de culturas diversas (a portuguesa, a africana e a brasileira) no processo de colonização

Referências Bibliográficas Básicas

CAMOES, Luís V. de. Os Lusíadas. São Paulo: Cultrix, 1997. QUEIRÓS, Eça de. Os Maias. São Paulo: Zahar, 2014.

MÃE, Valter Hugo. A máquina de fazer espanhóis. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PESSOA, Fernando. Mensagem. Obra poética I. Porto Alegre: L&PM, 2006.

PESSOA, Fernando. Poesias. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SARAMAGO, José. Jangada de pedra. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BERARDINELLI, Clarice. Estudos camonianos. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

MOISÉS, M. A literatura portuguesa através dos textos. 28^a.ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. A literatura portuguesa. 31^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

SARAIVA, António J., LOPES, Oscar. História da literatura portuguesa. 17^a. ed. Porto: Porto Editora, 1996.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PESQUISA EM LITERATURA

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 30h

Carga horária prática: 30h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Literatura: o texto e a obra. Questões de crítica e de interpretação literária. Métodos de pesquisa em literatura. Práticas de pesquisa em literatura.

Objetivo Geral:

Estudar formas de interpretação e crítica literárias e suas implicações para a pesquisa em literatura.

Objetivos específicos:

- Refletir sobre as especificidades da pesquisa em literatura.
- Aplicar teorias relativas à interpretação e à crítica de textos e obras.
- Conhecer métodos de pesquisa em literatura.
- Desenvolver práticas de pesquisa em literatura.

Referências Bibliográficas Básicas

DURÃO, Fábio A. Metodologia de pesquisa em literatura. São Paulo: Parábola, 2020.

ECO, Umberto. Os limites da interpretação. São Paulo: Perspectiva, 2010.

REIS, Carlos. O conhecimento da literatura. Introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

ARAÚJO, Nabil. Teoria da literatura e história da crítica: momentos decisivos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020.

EAGLETON, Terry. Como ler literatura. Porto Alegre: L&PM, 2019. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LOPEZ, Cristian Javier; FLECK, Gilmei Francisco; GONZÁLEZ, Leila Shaí Del Pozo (Orgs.).

A pesquisa em literatura e leitura na formação docente. São Paulo: Mercado das Letras, 2020.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da pesquisa. Abordagem teórico-prática. 18.ed. São Paulo: Papyrus, 2016.

RALLO, Elisabeth Ravoux. Métodos de crítica literária. São Paulo, 2005.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2022.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO FUNDAMENTAL

Carga horária total: 135h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 135h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Prática docente nas áreas de Língua Portuguesa e/ou suas respectivas Literaturas em escolas de Ensino Fundamental. Reflexão sobre a Prática Pedagógica, planejamento e execução de aulas sob orientação docente. Socialização e relato de experiência docente.

Objetivo Geral:

Realizar o estágio de prática docente no Ensino Fundamental, articulando Língua Portuguesa e Literatura.

Objetivos específicos

- Elaborar projetos de ensino para aplicação em sala de aula de Língua Portuguesa.
- Realizar a prática pedagógica.
- Descrever a prática realizada e documentá-la.
- Refletir criticamente sobre a prática realizada a partir da descrição da experiência de estágio.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

GERALDI, J. W. (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2006.

LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6a.ed. São Paulo: Ática, 2006.

MAGNANI, M. do R. M. Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto. 2.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

ZABALZA, M. A. Diários de aula: Um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.) Português no Ensino Médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

CITELLI, B. GERALDI, J. W. (coord.). Aprender e ensinar com textos de alunos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.vol 1.

DIONISIO, A. P. *et al.* (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições. 22. São Paulo: Cortez, 2013. PDF. ISBN 9788524921063. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788524921063>.

ROJO, R. H. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo, SP: Parábola, 2009.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

Carga horária total: 90h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 30h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Epistemologias e Metodologias da Aprendizagem. Ensinar e aprender na Educação Básica. Concepções e procedimentos de planejamento, ensino e avaliação da aprendizagem na educação básica. Avaliação Emancipatória.

Objetivo Geral:

Promover reflexões e produções prático-teóricas acerca da relevância do processo de planejamento, metodologias e avaliação na educação básica em uma perspectiva ética, estética e crítica.

Objetivos Específicos:

- Discutir epistemologias da aprendizagem, como foco na relevância dessa compreensão na atitude pedagógica do docente;
- (Re)conhecer, in loco, diferentes metodologias de ensino e avaliação para educação básica.
- Teorizar, discutir, produzir e analisar criticamente metodologias de ensino e avaliação;
- Desenvolver a consciência do papel do professor, no planejamento metodológico e avaliativo dos processos de ensino-aprendizagem, na educação básica.

Referências Bibliográficas Básicas

FREITAS, Luiz Carlos de 1961.; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Caminhos para transformação da escola: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Projeto político-pedagógico: guia prático para construção participativa. 1. ed. São Paulo, SP: Érica, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

AKANE ZUSHO.; RHONDA BONDIE. Diferenciação pedagógica na prática: rotinas para engajar todos os alunos. 1. Porto Alegre: Penso, 2023. *E-Book*. ISBN 9786559760275. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559760275>.

BASTOS, João Baptista. Gestão democrática. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: SEPE, 2005.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. Currículo: debates contemporâneos. 3.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 237 p. (Serie Cultura, Memoria e Currículo; V. 2).

MIRANDA, Sonia Regina. Sob o signo da memória: cultura escolar, saberes docentes e história ensinada. São Paulo, SP: Unesp, 2007

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 19. ed. São Paulo, SP: Libertad, 2009.

EMENTÁRIO 7º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTUDOS DE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Princípios e procedimentos de semântica e pragmática. Estudo das relações entre semântica e pragmática e o ensino de Língua Portuguesa

Objetivo Geral:

Compreender aspectos do desenvolvimento da semântica e da pragmática nos estudos linguísticos, a partir de seus princípios e procedimentos e de suas relações com o ensino.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre os domínios da semântica e da pragmática.
- Analisar procedimentos relativos ao sentido e ao uso da língua.
- Observar as relações entre semântica e pragmática e o ensino de Língua Portuguesa.
- Observar a incidência da semântica e da pragmática em manuais didáticos.
- Produzir materiais didáticos nessa perspectiva disciplinar.
- Desenvolver habilidades de leitura pelo estudo dos textos teóricos.
- Desenvolver habilidades de escrita pela produção de gêneros acadêmicos.

Referências Bibliográficas Básicas

BENVENISTE, É. Problemas de lingüística geral I. Campinas: Pontes, 1995.

CASTILHO, A. T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L. (Org.). Introdução à linguística. I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Introdução à linguística. II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs). Introdução às ciências da linguagem: A palavra e a frase. Campinas (SP): Pontes, 2006.

GUIMARÃES, E. Os limites do sentido. Campinas: Pontes, 1995.

ILARI, R. Introdução à semântica: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2005.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). Parâmetros de textualização. Santa Maria: UFSM, 1997.

MUSSALIN, F; BENTES, A. C. (Orgs.) Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v.2 .

SEARLE, J. R. Expressão e significado: estudo das teorias dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

ARMENGAUD, F. Pragmática. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____. Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: EDUSP, 2009.

LYONS, J. Linguagem e linguística: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

VOGT, C. Linguagem, pragmática e ideologia. São Paulo, Hucitec, 1980.

ZANDWAIS, A. (Org). Relações entre pragmática e enunciação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PESQUISA EM LINGUÍSTICA

Carga horária total: 60

Carga horária teórica: 30h

Carga horária prática: 30h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Teorias linguísticas praticadas no contexto brasileiro; Concepções de linguagem relacionadas; Métodos de pesquisa em Linguística; Práticas de pesquisa em Linguística.

Objetivo Geral:

Estudar teorias linguísticas e métodos de pesquisa a elas relacionados.

Objetivos Específicos:

- Analisar aspectos de teorias linguísticas;
- Identificar concepções de linguagem a que se relacionam;
- Analisar métodos relacionados às teorias;
- Desenvolver práticas de pesquisa em linguística.

Referências Bibliográficas Básicas

MARTELOTTA, M. E. (Org.) Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2010.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v.1 São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v.2 São Paulo: Cortez, 2001.

PAVEAU, M.A.; SARFATI, G. E. As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

MOTTA-ROTH, D; HENDGES, G. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

FARACO, C. A.; GREGOLIN, M. R. V.; TRAVAGLIA, L. C. et al. A relevância social da linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

FIORIN, J. L. (Org.) Introdução à linguística. I Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Introdução à linguística. II Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase. Campinas, SP: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P.; LAGAZZY-RODRIGUES, S. (Orgs.). Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade. Campinas, SP: Pontes, 2006.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2022.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Estudo da produção literária africana de expressão portuguesa, em especial a de países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Representação de gênero e raça na cultura africana. Elaboração de projetos de ensino e/ou materiais didáticos com a produção literária africana, adequados a abordagens em situações de ensino.

Objetivo Geral:

Conhecer e estudar as literaturas africanas de expressão portuguesa, suas especificidades e temáticas mais representativas.

Objetivos Específicos:

- Perceber a literatura como potencial veículo sinalizador da liberdade de ser, de expressar e pensar, dos sujeitos dentro do sistema social e pós-colonial.
- Reconhecer, na literatura, a expressão de questões subjetivas, constitutivas do sujeito em suas relações interpessoais, sociais e políticas;
- Conhecer textos literários em língua portuguesa, provindos de países outrora colonizados por Portugal, aprofundando o conhecimento sobre a cultura e história africanas e fazendo inter-relações com a cultura brasileira.
- Aproveitar a produção literária africana para a elaboração de materiais didáticos a serem utilizados em ações de ensino.

Referências Bibliográficas Básicas

APA, Lívia et al. Poesia africana de Língua Portuguesa (Antologia). Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2003.

CHIZIANE, Paulina. Niketche: uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COUTO, Mia. Terra sonâmbula. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015. MELO, João. Filhos da pátria. São Paulo: Record, 2008.

ONDJAKI. Quantas madrugadas tem a noite? São Paulo: Leya, 2010.

VIEIRA, José Luandino. Luanda. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

ABDALA JUNIOR, Benjamin. Literatura, história e política. Literaturas de Língua Portuguesa no século XX. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

BHABHA, H. K. O local da cultura. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

CHAVES, R. e MACEDO, T. (Org.). Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006.

FERNANDES, Andrea et al. Contos do mar sem fim. (Antologia – Angola, Brasil, Guiné-Bissau). RJ: Pallas; Guiné-Bissau: Ku Si Mon; Angola: Chá de Caxinde, 2010.

LEITE, Ana Mafalda. Oralidades & escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

PADILHA, L. C. Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso- brasileiras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Col. Memória das Letras, 10.

_____. Entre voz e letra. O lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niterói, RJ: EDUFF, 2007.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO

Carga horária total: 135h

Carga horária teórica: 0

Carga horária prática: 135h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Prática docente nas áreas de Língua Portuguesa e/ou suas respectivas Literaturas em escolas de Ensino Médio. Reflexão sobre a Prática Pedagógica, planejamento e execução de aulas sob orientação docente. Socialização e relato de experiência docente

Objetivo Geral:

Realizar o estágio de prática docente em Língua Portuguesa e/ou suas respectivas literaturas no Ensino Médio.

Objetivos específicos

- Elaborar projetos de ensino para aplicação em sala de aula de Língua Portuguesa.
- Realizar a prática pedagógica.
- Descrever a prática realizada e documentá-la.
- Refletir criticamente sobre a prática realizada a partir da descrição da experiência de estágio.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Linguagens Códigos e suas Tecnologias. Secretaria da Educação Média e Tecnológica/Brasília: MEC/SEMT, 2002. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

GERALDI, J. W. (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2006.

LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6a.ed. São Paulo: Ática, 2006.

MAGNANI, M. do R. M. Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto. 2.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

ZABALZA, M. A. Diários de aula: Um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.) Português no Ensino Médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

CITELLI, B. GERALDI, J. W. (coord.). Aprender e ensinar com textos de alunos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.vol 1.

DIONISIO, A. P. *et al.* (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições. 22. São Paulo: Cortez, 2013. PDF. ISBN 9788524921063. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788524921063>.

ROJO, R. H. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo, SP: Parábola, 2009.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

EMENTÁRIO 8º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: SOCIOLINGUÍSTICA E ENSINO

Carga horária total: 75h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 15h

Ementa

Variação e mudança linguísticas; sociolinguística: conceitos básicos e contribuições para o ensino de línguas.

Objetivo Geral:

Compreender a variação e a mudança linguísticas como constitutivas das línguas e discutir a importância e as contribuições da sociolinguística para o ensino de línguas.

Objetivos Específicos:

- Discutir como ocorrem os processos de variação e mudança linguísticas.
- Refletir sobre o uso das línguas em diferentes comunidades.
- Elaborar propostas pedagógicas a partir de um ponto de vista sociolinguístico.

Referências Bibliográficas Básicas

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2009.

COELHO, I. L. et al. Para conhecer sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2015.

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2008.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BORTONI-RICARDO, S. M. Nós chegemo na escola, e agora? Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. Manual de sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2014.

CALVET, L.-J. Sociolinguística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

COAN, Marluce, FREITAG, Raquel M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico e metodológicos e propostas de ensino. Revista Domínios de Linguagem, vol. 4, nº 2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11618>.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2009

LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, D. Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LEITURA DE CLÁSSICOS

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 45h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 15h

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa

Leitura e discussão de obras canônicas da literatura ocidental, especialmente aquelas que tiveram importantes repercussões estéticas, culturais e ideológicas. Apresentação de um amplo painel histórico, social e estético-literário da produção ficcional de diferentes períodos.

Objetivo Geral:

Possibilitar ao graduando em Letras o contato com obras referenciais da produção literária ocidental, a fim de que possa estabelecer relações ao longo do curso e, posteriormente, com a multiplicidade textual, com os bens culturais surgidos a partir das mesmas e com as implicâncias histórico-sociais a elas relacionadas.

Objetivos Específicos:

- Conhecer obras literárias significativas e geradoras de intensas e contínuas repercussões na cultura ocidental.
- Reconhecer o percurso evolutivo da produção textual artístico-expressiva.
- Favorecer o estabelecimento de relações entre obras canônicas da literatura ocidental e a produção literária em língua portuguesa.
- Por meio do contato com textos de valor reconhecido, e inesgotáveis do ponto de vista semântico-narratológico, criar as condições para que o futuro professor de Letras assuma a leitura e o trato permanente com as obras literárias como prioridades na sua formação continuada.

Referências Bibliográficas Básicas

AGUIAR E SILVA, Victor M. Teoria da literatura. Coimbra: Almedina, 1996.

AUERBACH, Erich. Mimesis. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BULFINCH, Thomas. O livro de ouro da mitologia: Histórias de deuses e heróis. São Paulo: Harper Collins, 2015.

CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HAUSER, Arnold. História social da literatura e da arte. Trad. Walter H. Geenen. São Paulo: Mestre Jou, 1980-1982. Vol. 1, 4ª.ed., 1980; Vol. 2, 3ª.ed., 1982.

WATT, Ian. Mitos do individualismo moderno. Trad. Mário Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

ARISTÓTELES. A poética. Lisboa: Imp.Nac.- Casa da Moeda, 2003. Trad. Eudoro de Souza.

BLOOM, Harold. O cânone ocidental. Petrópolis: Objetiva, 1995.

D'ONÓFRIO, Salvatore. Literatura ocidental. Autores e obras fundamentais. São Paulo: Ática, 2004.

MOISÉS, Leyla. Altas literaturas. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORETTI, Franco. Atlas do romance europeu.: 1800-1900. São Paulo: Boitempo, 2003.

ROBERT, Marthe. Romance das origens, origens do romance. São Paulo: Cosac Naify, 2007

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: COMPONENTE CURRICULAR COMPLEMENTAR

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: COMPONENTE CURRICULAR COMPLEMENTAR

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Carga horária total: 105h

Carga horária teórica: 30h

Carga horária prática: 30h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 45h

Ementa

Fundamentos e técnicas de pesquisa na área de Letras. Elaboração de um projeto de trabalho científico em uma das áreas do curso de Letras.

Objetivo Geral:

Elaborar um projeto de pesquisa em uma das áreas do curso de Letras sob a orientação de um professor do curso.

Objetivos Específicos:

- Entrar em contato com as diferentes tendências de pesquisa em línguas e/ou literaturas na atualidade;
- Estabelecer diferentes possibilidades de pesquisa nas respectivas áreas e suas interfaces com outras áreas do conhecimento;
- Aprofundar o conhecimento de técnicas de pesquisa;
- Elaborar um projeto de pesquisa em uma das áreas desenvolvidas no curso.

Referências Bibliográficas Básicas

BOOTH, W.C., COLOMB, G.G. & WILLIAMS, J.M. A arte da pesquisa. Tradução de H.A.R. Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996. LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. A construção do saber: Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Editora da UFMG/ARTMED, 1999.

MACHADO, A. R. et. al. Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisas: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de

dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE Federal do Pampa, Curso de Licenciatura em Letras. Projeto Pedagógico de Curso. 2019.

UNIVERSIDADE Federal do Pampa, Gabinete da Reitoria. Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BARROS, A. J. da S. e LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos da metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

BAUER, M. W. e GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. 7 ed. Petrópolis, RJ, vozes, 2008.

CERVO, A. L. et. al. 6 ed. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHALMERS, A. F. O que é Ciência afinal? São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, A. R. et al. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, A. R. et al. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MACHADO, A. R. et al. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPECTOR, N. Manual para redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

EMENTÁRIO 9º. SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LIBRAS I

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

Ementa:

Introdução aos aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Ampliação de habilidades expressivas e receptivas em Libras. Conhecimento da vivência comunicativa e aspectos sócio-educacionais do indivíduo surdo. Proporcionar conhecimentos iniciais sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) de surdos. Prática da LIBRAS. Análise da importância da língua de sinais. Compreensão sobre a língua de sinais e seu papel na educação de surdos.

Objetivo Geral:

- Apresentar o ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e à modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Compreender a importância e a necessidade da LIBRAS em sala de aula e no meio social.
- Compreender a importância e a necessidade da LIBRAS em sala de aula e no meio social.
- Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais;
- Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sócio-cultural e linguística;
- Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais;

- Propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sócio-cultural e linguística;
- Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.
- Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar;
- Fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades dos alunos e cursos;
- Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural;
- Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem;
- Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais;
- Compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultural.

Referências Bibliográficas Básicas

CAPPOVILLA, Fernando César. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. São Paulo: Edusp, 2001.

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno. 5. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina; CHOI, Daniel et alii. As línguas de sinais: sua importância para os surdos. In: LIBRAS. Conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

QUADROS, Ronice. M.; SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf.

QUADROS, Ronice Müller de. (Org.) Estudos surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. Disponível em: <http://bloglibras.blogspot.com/2010/04/estudos-surdos-1-2-3-4.html>.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. (Org.) Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>.

QUADROS, Ronice. Estudos Surdos III. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/estudos3.pdf>.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (Orgs.). Estudos surdos IV. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. Disponível em:
<http://bloglibras.blogspot.com/2010/04/estudos-surdos-1-2-3-4.html>.

STROBEL, Karin Lilian. As imagens do outro sobre a Cultura Surda. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 2008.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. A invenção da surdez: cultura, identidade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. Disponível em:
http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf (mini dicionário).

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: COMPONENTE CURRICULAR COMPLEMENTAR

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: COMPONENTE CURRICULAR COMPLEMENTAR

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 60h

Carga horária prática: 0

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 0

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Carga horária total: 120h

Carga horária teórica: 30h

Carga horária prática: 30h

Carga horária prática como componente curricular: 0

Carga horária de extensão: 0

EAD: 60h

Ementa

Elaboração de um trabalho científico em uma das áreas do curso de Letras sob a orientação de um professor do curso.

Objetivo Geral:

Elaborar trabalho científico sob a forma de monografia ou artigo.

Objetivos Específicos:

- Coletar dados e material bibliográfico.
- Elaborar referencial teórico.
- Realizar análises conforme o referencial teórico adotado.
- Elaborar resumo e abstract sobre o trabalho.
- Redigir o trabalho final sob forma de artigo ou monografia.
- Elaborar um trabalho científico em uma das áreas desenvolvidas no curso.

Referências Bibliográficas Básicas

BOOTH, W.C., COLOMB, G.G. & WILLIAMS, J.M. A arte da pesquisa. Tradução de H.A.R. Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. A construção do saber: Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Editora da UFMG/ARTMED, 1999.

MACHADO, A. R. et. al. Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisas: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e

interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE Federal do Pampa, Curso de Licenciatura em Letras. Projeto pedagógico de curso. 2019.

UNIVERSIDADE Federal do Pampa, Gabinete da Reitoria. RESOLUÇÃO Nº 29, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Referências Bibliográficas Complementares

BARROS, A. J. da S. e LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos da metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

BAUER, M. W. e GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto - imagem e som: um manual prático. 7 ed. Petrópolis, RJ, vozes, 2008.

CERVO, A. L. et. al. 6 ed. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHALMERS, A. F. O que é Ciência afinal? São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, A. R. et al. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, A. R. et al. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MACHADO, A. R. et al. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPECTOR, N. Manual para redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

4 GESTÃO

Nesta seção, são apresentadas informações sobre recursos humanos e recursos de infraestrutura do curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

4.1 RECURSOS HUMANOS

Neste tópico, serão apresentadas as informações sobre o Corpo Docente, a Coordenação do Curso, a Comissão do Curso e o Núcleo Docente Estruturante.

4.1.1 Coordenação de Curso

A coordenação de curso deve ser exercida por um docente do quadro permanente, que ministre componentes curriculares no curso e que possua, preferencialmente, graduação e doutorado em Letras e experiência de magistério superior a 5 (cinco) anos. O regime de trabalho do coordenador deve ser de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. A coordenação deve contar também com um professor de mesmo perfil na função de coordenador substituto que representará o coordenador em caso de afastamentos temporários e impedimentos eventuais. Eles representam o curso na Comissão de Ensino, no Conselho de *Campus* e demais instâncias da universidade. Segundo o PDI 2025-2029 (UNIPAMPA, 2025, p. 133):

Compete ao coordenador de curso: representar o curso perante os órgãos da Unipampa; convocar, presidir e participar das reuniões da Comissão de Curso; e prestar atendimento a docentes e discentes do curso. A atuação e as atribuições do coordenador de curso são regulamentadas pelo art. 105 do Regimento.

A gestão é bienal, ou seja, a cada dois anos há eleição de um novo coordenador e seu substituto pelo corpo docente e discente. Conforme determina o Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade: “O processo eleitoral será disciplinado por edital específico, elaborado de acordo com as diretrizes da Universidade” (UNIPAMPA, 2010, p. 27).

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico”. Assim, o NDE atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho. Ainda segundo o Art. 2º do Regimento Geral, O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica (UNIPAMPA, 2015, p.1), devendo suas proposições serem apreciadas pela Comissão de Curso.

Integram o Núcleo Docente Estruturante (NDE): o coordenador de curso e seu substituto e pelo menos um docente representando cada uma das áreas de formação do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Essa composição é renovada a cada três anos, sendo emitida nova portaria. As reuniões são definidas pelo presidente do NDE em calendário semestral conforme a demanda, devendo ocorrer, pelo menos, duas vezes por semestre. O presidente do NDE poderá ser qualquer um dos professores que façam parte do Núcleo Estruturante do curso. O funcionamento do NDE é definido por regimento específico, em apêndice neste PPC, conforme a Resolução no. 97/2015, que define as atribuições do Presidente e do Secretário, bem como estabelece as diretrizes para convocação e quórum, além da forma que devem ser conduzidas as reuniões.

4.1.3 Comissão do Curso

As comissões de curso são órgãos de execução em matéria de administração acadêmica, subordinadas diretamente à Coordenação Acadêmica de cada *campus*. Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade: “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades

acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p. 26). Essa comissão tem o poder de deliberar sobre os assuntos relativos ao curso, seu corpo discente e docente, bem como tem por incumbência fazer a apreciação dos planos de ensino em cada semestre, observando se o componente curricular fomenta o raciocínio crítico com base em literatura relevante e atualizada, se proporciona o incentivo à produção do conhecimento e se atende aos objetivos de formação profissional e ao perfil do egresso do curso.

A constituição, atribuições e funcionamento da Comissão do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé, estão em apêndice, neste PPC, em regimento específico para tal, também em conformidade com o Art. 101 da Resolução CONSUNI, NO. 05/2010.

4.1.4 Corpo docente

Em consonância com os princípios gerais e com a concepção de formação acadêmica do Plano de Desenvolvimento Institucional e deste documento, é desejável que o professor atuante nos cursos de licenciatura da UNIPAMPA:

- Seja reflexivo e consciente da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária;
- Tenha em mente a formação de professores críticos e com autonomia intelectual;
- Desenvolva ações pedagógicas inovadoras, considerando a realidade social, econômica, educacional e política da região na qual a Universidade está inserida;
- Interaja com todos os envolvidos no processo educativo como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento;
- Desenvolva uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional;
- Tenha uma concepção de conhecimento socialmente referenciado, objetivando a formação de professores comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais;
- Desenvolva uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la;

- Desenvolva uma prática pedagógica que reconheça o educando como sujeito do processo educativo, valorizando os diferentes estilos de aprendizagem e as peculiaridades dos sujeitos envolvidos;
- Busque a formação para cidadania, que culmine em um egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento humano e sustentável;
- Reconheça a educação como um processo global e interdependente, implicando compromisso com o sistema de ensino em todos os níveis e modalidades, na formação inicial e continuada;
- Busque a excelência acadêmica, traduzida pela perspectiva de totalidade que envolve as relações de teoria e prática, conhecimento e ética e também de compromisso com os interesses públicos;
- Reconheça a universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Prime pela *práxis* pedagógica construindo novos saberes e metodologias;
- Reconheça a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Reconheça a pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

Perfil dos Professores do Curso de Letras

A formação atual dos professores do curso concentra-se nas seguintes áreas: Língua Portuguesa/Linguística, Literaturas de Língua Portuguesa, LIBRAS e Educação. Os professores destas duas últimas áreas são compartilhados com todos os outros cursos de licenciatura do *campus*.

Todos os docentes trabalham em regime de quarenta horas com dedicação exclusiva, o que os permite realizar o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, pesquisa e extensão, o atendimento aos discentes, a participação na Comissão de Curso, o planejamento didático e a preparação e avaliação de aprendizagem, com registros individuais de atividade docente utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua de suas ações. Os professores dispõem do assessoramento da Coordenação de Curso e da Coordenação Acadêmica, além de atendimento pedagógico mediante o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) e do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade

(NInA).

Perfil do professor de Língua Portuguesa e Linguística

O perfil do professor de Língua Portuguesa e Linguística é o de um profissional com graduação em Letras, Mestrado e Doutorado na área (Letras, Linguística, Estudos da Linguagem).

Perfil do professor de Literaturas de Língua Portuguesa

O perfil atual do professor de Literatura é o de um profissional com Graduação em Letras, Mestrado e Doutorado em Letras, com área de concentração em Literatura Brasileira, Literatura Comparada, Teoria da Literatura e/ou História da Literatura.

A seguir, são apresentados os docentes que atuam no curso, com a indicação de seus currículos, nos quais constam sua formação, as experiências de exercício no ensino superior, na educação básica, na educação a distância e as experiências profissionais.

Relação do corpo docente

Até o presente momento, o curso conta com 10 professores da área de Letras e 7 da área de Educação, sendo que, do total, 16 são doutores e um é doutorando:

Professores de Língua Portuguesa e Linguística

- Prof. Dr. Adriano de Souza
- Cv <http://lattes.cnpq.br/5146505733269909>

- Prof^a. Dr^a. Carolina Fernandes
- cv <http://lattes.cnpq.br/3664492405958216>

- Prof^a. Dr^a. Helen Cristina da Silva
- cv <http://lattes.cnpq.br/2062040007370137>

- Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Ferreira Teixeira
- cv <http://lattes.cnpq.br/2392851596908032>

- Prof. Dr. Nathan Bastos de Souza
- cv <http://lattes.cnpq.br/4592348231762682>

- Prof. Dr. Santiago Bretanha Freitas
- cv <http://lattes.cnpq.br/3335643504334161>

Professores de Literaturas de Língua Portuguesa

- Prof^a. Dr^a. Cristina Arena Forli
- cv <http://lattes.cnpq.br/3528525794109781>

- Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Britto Corrêa
- cv <http://lattes.cnpq.br/5282094620823146>

- Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Cardoso Medeiros
- cv <http://lattes.cnpq.br/7569679075333299>

- Prof^a. Dr^a. Zíla Letícia Goulart Pereira Rêgo
- cv <http://lattes.cnpq.br/9502583808865478>

Professores de Educação

- Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
- cv <http://lattes.cnpq.br/0637516284559113>

- Prof^a. Dr^a. Amélia Rota Borges de Bastos
- cv <http://lattes.cnpq.br/1075436289053313>

- Prof^a. Dr^a. Claudete da Silva Lima Martins
- cv <http://lattes.cnpq.br/6268846689825329>

- Prof^a. Dr^a. Dulce Mari da Silva Voss

- cv <http://lattes.cnpq.br/6357471301897496>
- Prof^a. Dr^a. Mirela Ribeiro Meira
- cv <http://lattes.cnpq.br/8723044102341159>

Professor de Libras

- Prof.Me. André Daniel Paixão
- cv <http://lattes.cnpq.br/6766463725328889>

4.1.5 Tutores para cursos presenciais

Tendo em vista que a carga horária em EaD do curso é bastante reduzida, não está prevista a presença de tutores, cabendo aos docentes atuarem na mediação pedagógica junto aos discentes para inserção e utilização da EaD. As plataformas institucionais e/ou outras externas poderão ser utilizadas pelos docentes para disponibilização de leituras e produção de material por parte dos discentes, respeitando, conforme já informado, o percentual complementar à educação presencial que a educação à distância possui nas disciplinas onde se faz presente no curso.

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Quanto à infraestrutura, o curso conta com salas de aulas e laboratórios segundo a descrição a seguir.

4.2.1 Espaços de trabalho

Na sede do *campus* Bagé, são disponibilizadas três salas para gabinetes dos professores da área de Letras. Os professores dividem o espaço entre três ou quatro docentes, onde realizam parte de suas atividades e os atendimentos presenciais aos alunos. As salas contam com mesas, cadeiras, armários para armazenamento de livros e materiais didáticos, um computador para cada professor e uma impressora por andar. O coordenador de curso atende no próprio gabinete os assuntos referentes à coordenação do curso.

4.2.2 Biblioteca

A biblioteca utilizada pelo curso é a biblioteca do *campus* Bagé, que está localizada no segundo pavimento do Bloco III, do *campus* Bagé, e funciona nos horários de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h. As bibliotecárias responsáveis são Daiana Leticia Paiva Bezerra e Andréa de Carvalho Pereira. E os assistentes em administração responsáveis são Cassio Gomes Lopes, Carolina Coradini e Josiane Martins. Essa biblioteca conta com um acervo de 31.597 itens, conforme dados levantados em 2022. Seu acervo abriga obras das referências básicas da matriz curricular do curso bem como outros exemplares de interesse para formação do profissional de Letras.

O Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA (SisBi) é composto pelo Conselho Coordenador de Bibliotecas, Coordenação do Sistema de Bibliotecas, Comissões Locais de Bibliotecas dos *campi* e pelas dez bibliotecas das Unidades Universitárias localizadas em seus respectivos *campi*. Dentre as suas principais atribuições, destacam-se a administração geral das bibliotecas, a criação e padronização de serviços e a compra de material bibliográfico.

O SiSBi disponibiliza para a comunidade acadêmica os seguintes serviços: consulta local das obras na biblioteca (acervo aberto, possibilitando ao usuário o manuseio dos exemplares); empréstimo eletrônico domiciliar; empréstimo entre bibliotecas; portal de Periódicos Capes; consulta, renovação e reservas ao acervo via WEB; acesso a *e-books* e Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. A partir do Portal de Periódicos Capes, a comunidade acadêmica da UNIPAMPA tem a seu dispor, de forma imediata, textos completos de artigos selecionados de mais de 15.475 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento, agilizando e dinamizando a informação em termos de acessibilidade ao que há de mais atual no meio científico. Conta, igualmente, com a Base Springer de Livros Eletrônicos, que, além de permitir acesso aos conteúdos, também dá direito à impressão ou *downloads* porque os direitos autorais estão inclusos no contrato.

Como a UNIPAMPA é uma instituição *multicampi*, com cursos e áreas específicas situados em diferentes cidades, é possível dizer que as obras relacionadas à área de Letras estão disponibilizadas especialmente nos *campi* de Bagé e Jaguarão, em que há graduação nessa área; entretanto, também há bibliografia de interesse para a área nas bibliotecas de outros *campi*, tais como o de Santana do Livramento e o de São Borja, em que existem cursos das áreas de Ciências Humanas e Sociais. É possível ter acesso a esses livros por meio do serviço de empréstimo entre bibliotecas. O espaço ocupado pela biblioteca oferece salas de estudo para pequenos grupos e acesso informatizado ao acervo, servindo, portanto, ao aluno para estudar, fazer trabalhos com os colegas ou mesmo ler textos *on-line*.

4.2.3 Laboratórios

Para as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, o curso de Letras

mantém atividades no bloco IV nas respectivas salas: 4202, Laboratório de Pesquisa; 4205, Laboratório de Som e Imagem e Sala do PIBID; 4112, Laboratório de Extensão; 4209 A, sala do PET-Letras (Programa de Educação Tutorial); 4209 B, sala da Rádio Uni e outros projetos. Todos esses laboratórios contam com, pelo menos, um computador com acesso à Internet e móveis adequados ao seu uso. Além desses laboratórios, a sala 4211 é um Laboratório de informática de uso comum a vários cursos do campus.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 09 maio 2022.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>. Acesso em 12 fev. 2021.

CUNHA, M. I. Prática pedagógica e inovação: experiências em foco. In: MELO, E. M. B. *et al.* **Anais do Seminário de Inovação Pedagógica**: Repensando estratégias de formação acadêmico-profissional em diálogo entre Educação Básica e Educação Superior. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/quest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 253**, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 239**, de 25 de abril de 2019. Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 240**, de 25 de abril de 2019. Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 260**, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso-no-ensino-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 294**, de 3 de novembro de 2020. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

Resolução CONSUNI nº 328, de 04 de novembro de 2021—Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2021/11/res-328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf> Acesso em: 1º dez.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 329**, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2021/11/res-329_2021-nova-norma-estagios.pdf> Acesso em: 19 nov.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 317**, de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029**. Bagé: UNIPAMPA, 2025. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2025/02/diagramado-pdi-2025-2029-ok.pdf>. Acesso em 14 abr. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A: FLUXOGRAMA DOS COMPONENTES DO CURSO

APÊNDICE B: REGIMENTO RELATIVO À CONCESSÃO DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO

APÊNDICE C: REGIMENTO RELATIVO A ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO

APÊNDICE D: REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

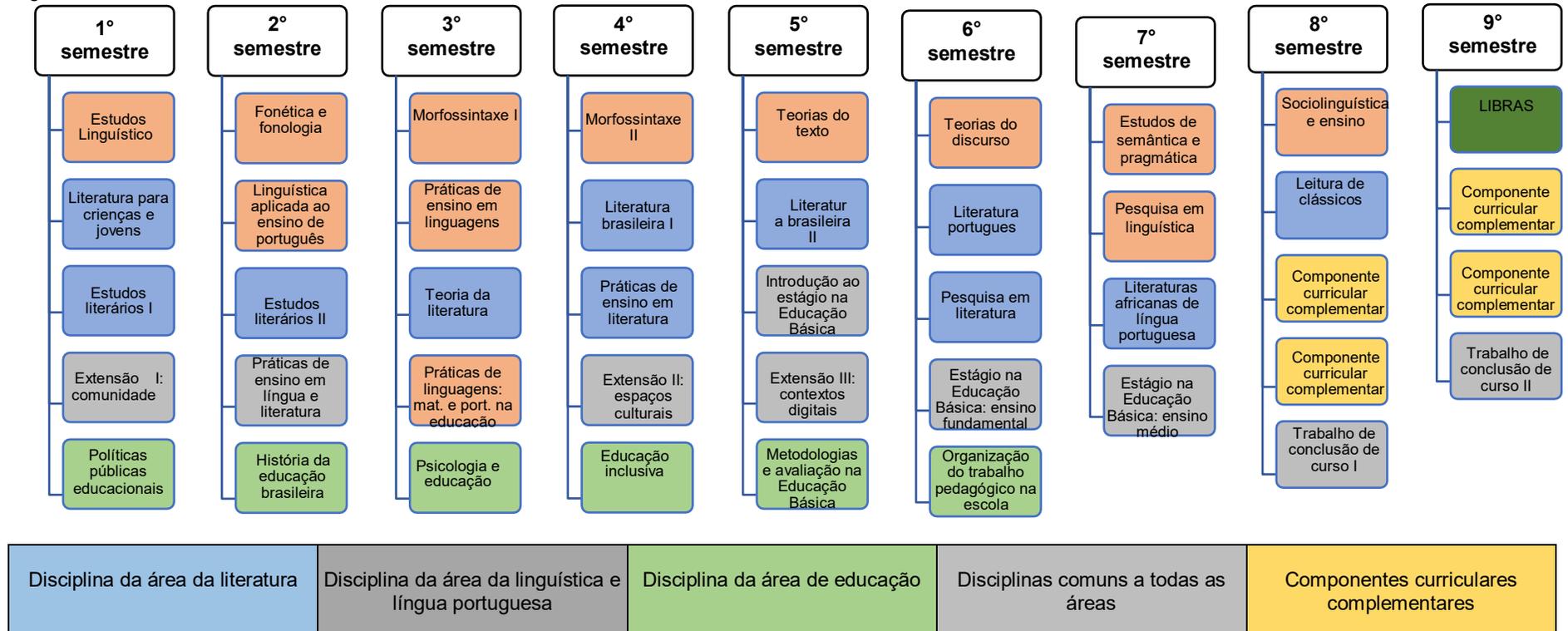
APÊNDICE E: REGIMENTO DA COMISSÃO DE CURSO

APÊNDICE F: MANUAL DOS ESTÁGIOS

APÊNDICE G: ORIENTAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO

APÊNDICE A: FLUXOGRAMA DOS COMPONENTES DO CURSO

Legenda:



APÊNDICE B: REGIMENTO RELATIVO À CONCESSÃO DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – CÂMPUS BAGÉ CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2022

Art. 1º – A solicitação de quebra de pré-requisito deverá ser encaminhada pelo/a discente interessado/a, em formulário próprio ou meio digital. Serão avaliados pela Comissão de Curso os pedidos que se encaixarem em, pelo menos, um dos seguintes critérios abaixo:

I. Possibilidade de integralização curricular no semestre subsequente ao semestre do pedido.

II. Estar cursando o pré-requisito no mesmo semestre em que se pretende cursar o componente objeto de pedido de matrícula.

III. Não ter reprovado por frequência no(s) pré-requisito(s) para o(s) qual(is) está solicitando a quebra.

IV. Reestruturação Curricular com vistas a diminuir/evitar prejuízo acadêmico.

V. Ingresso acadêmico via Processo Seletivo Complementar com vistas a diminuir/evitar prejuízo acadêmico.

Art. 2º – A quebra de pré-requisito somente será concedida uma vez para o mesmo componente curricular e deverá considerar a orientação que consta na tabela anexa a esta Instrução Normativa.

Art. 3º – O deferimento das solicitações fica condicionado à ausência de qualquer tipo de colisão de horário dos componentes curriculares.

Art. 4º – A presente Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua aprovação pela Comissão do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Art. 5º – Casos omissos deverão ser avaliados pela Comissão de Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

TABELA 1 - Casos em que (não) se aplica quebra de pré-requisito

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO(S)	QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO
BA001301 FONÉTICA E FONOLOGIA	BA000453 ESTUDOS LINGUISTICOS	NÃO SE APLICA
BA001302 LINGUISTICA APLICADA AO ENSINO DE PORTUGUÊS	BA000453 ESTUDOS LINGUISTICOS	NÃO SE APLICA
BA011204 ESTUDOS LITERARIOS II	BA011201 ESTUDOS LITERARIOS I	NÃO SE APLICA
BA001315 PRÁTICAS DE ENSINO EM LÍNGUA E LITERATURA	BA000453 ESTUDOS LINGUISTICOS BA011201 ESTUDOS LITERARIOS I	NÃO SE APLICA
BAXXXXXX MORFOSSINTAXE I	BA000453 ESTUDOS LINGUISTICOS	NÃO SE APLICA
BAXXXXXX TEORIA DA LITERATURA	BA011204 ESTUDOS LITERARIOS II	NÃO SE APLICA
BA001316 PRÁTICAS DE ENSINO EM LINGUAGENS	BA001315 PRÁTICAS DE ENSINO EM LÍNGUA E LITERATURA	NÃO SE APLICA
BAXXXXXX MORFOSSINTAXE II	BAXXXXXX MORFOSSINTAXE I	NÃO SE APLICA
BA001306 LITERATURA BRASILEIRA I	BAXXXXXX TEORIA DA LITERATURA	NÃO SE APLICA
BA001317 PRÁTICAS DE ENSINO EM LITERATURA	BA001315 PRÁTICAS DE ENSINO EM LÍNGUA E LITERATURA	NÃO SE APLICA
BA001303 TEORIAS DO TEXTO	BA000453 ESTUDOS LINGUISTICOS	NÃO SE APLICA
BA001308 LITERATURA BRASILEIRA II	BA001306 LITERATURA BRASILEIRA I	NÃO SE APLICA
BA001319 INTRODUÇÃO AO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	BA001316 PRÁTICAS DE ENSINO EM LINGUAGENS BA001317 PRÁTICAS DE ENSINO EM LITERATURA	PODERÁ SER APLICADA EM ATÉ UM COMPONENTE
BA001307 TEORIAS DO DISCURSO	BA000453 ESTUDOS LINGUISTICOS	NÃO SE APLICA
BAXXXXXX LITERATURA PORTUGUESA	BA011204 ESTUDOS LITERARIOS II	NÃO SE APLICA
BAXXXXXX PESQUISA EM LITERATURA	BA011204 ESTUDOS LITERARIOS II	NÃO SE APLICA
BA001309 ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO FUNDAMENTAL	BA001319 INTRODUÇÃO AO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	NÃO SE APLICA

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO(S)	QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO
BA001310 ESTUDOS DE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA	BA000453 ESTUDOS LINGUISTICOS	NÃO SE APLICA
BAXXXXXX PESQUISA EM LINGUÍSTICA	BA000453 ESTUDOS LINGUISTICOS	NÃO SE APLICA
BA001311 ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO	BA001319 INTRODUÇÃO AO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	NÃO SE APLICA
BA001321 SOCIOLINGUÍSTICA E ENSINO	BAXXXXXX MORFOSSINTAXE II	NÃO SE APLICA
BA001312 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	TODOS OS COMPONENTES DOS SEMESTRES ANTERIORES	PODERÁ SER APLICADA EM ATÉ DOIS COMPONENTES
BA001314 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	BA001312 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	NÃO SE APLICA

APÊNDICE C: REGIMENTO RELATIVO A ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento visa normatizar as Atividades Curriculares de Extensão articuladas ao currículo do curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, em consonância com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021 e a Instrução Normativa UNIPAMPA nº 18, de 05 de agosto de 2021.

Art. 2º A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 3º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão propostas devem estar registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão devem ser previstas no PPC, estabelecendo o percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, correspondente a 335 horas.

Art. 5º Para fins de inserção curricular, as ações de extensão universitária poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

§1º As ações realizadas nas modalidades de projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de

extensão

§2º Os(As) acadêmicos(as) do curso Letras - Português deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão até o 7º semestre.

Art. 6º As Atividades Curriculares de Extensão poderão ser ofertadas por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEVs).

Art. 7º As Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs), constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão, correspondem a 140 horas.

§ 1º O Programa institucional UNIPAMPA Cidadã será ofertado como Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE), com carga horária total mínima de 80 horas.

§ 2º Os programas/projetos realizados no âmbito do curso, que não estiverem vinculados a componentes de extensão, serão ofertados como ACEE, com carga horária total de 60 horas.

Art. 8º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV), articuladas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares de Graduação, apresentam carga horária total ou parcial de extensão, discriminada na matriz curricular, correspondem a uma carga horária total de 195 horas.

Parágrafo único. A carga horária de projetos de extensão relacionados a Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas não poderá ser contabilizada em mais de um componente da mesma matriz curricular.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 9º A Comissão do Curso deverá indicar um(a) ou mais docentes para exercer a função de Supervisor(a) de Extensão com as seguintes atribuições:

§1º Apresentar para os(as) acadêmicos(as) a organização da oferta e desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão no curso;

§2º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo(a) acadêmico(a);

§3º Dar ciência e aprovar a proposta de trabalho comunitário que será realizado no Programa Unipampa Cidadã, tendo em vista o início das atividades pelo(a) acadêmico(a);

§4º Validar as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e, no Programa Unipampa Cidadã, planejar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo(a) acadêmico(a), a partir dos documentos comprobatórios apresentados;

§5º Emitir parecer favorável ou não à aprovação das atividades realizadas pelo(a) discente no Programa Unipampa Cidadã, após a avaliação dos documentos entregues pelo(a) acadêmico(a) conforme o art. 18;

§6º Se aprovadas as atividades no Programa Unipampa Cidadã, encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica, para registro da carga horária validada;

§7º Disponibilizar um informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas para a Coordenação/Comissão do Curso, Coordenação Acadêmica do campus e PROEXT.

Art. 10 Para o exercício das atribuições indicadas no art. 9º, poderão ser alocadas 8 (oito) horas semanais de trabalho a(o) Supervisor(a) de Extensão como atividade de ensino.

Parágrafo único. As Comissões de Curso poderão designar uma comissão própria de assessoria a(o) Supervisor(a) de Extensão do Curso, alocando aos membros carga horária de até 2 horas semanais de trabalho, como atividade de ensino.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 11 O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios ou complementares, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente do componente curricular.

Parágrafo único: No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, a metodologia, o cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 12 Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 13 Os(As) discentes poderão solicitar o aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições.

§1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 14 É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das atividades de extensão indicadas no art. 13, junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação:

I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 15 As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROGRAMA “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 16 Para participar do programa “Unipampa Cidadã” (ou programa institucional equivalente), o(a) acadêmico(a) deverá realizar trabalhos

comunitários em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada.

Parágrafo único: As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;

Art. 17 A Comissão do Curso definirá as instituições onde serão realizadas as ações OU facultará aos discentes o direito de escolha do local da ação, além do tipo de trabalho;

§1º Os horários, os períodos de realização e os tipos de trabalho comunitário devem ser previamente definidos, de forma consensual, entre entidades, discentes e supervisor de extensão, respeitando as regras definidas neste regulamento;

Art. 18 Para comprovação das atividades realizadas no programa “Unipampa Cidadã”, o(a) discente deverá apresentar os seguintes documentos ao Supervisor de Extensão:

I Certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;

II Relatório da atividade do discente, conforme modelo disponibilizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Anexo 01).

SEÇÃO II

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM PROGRAMAS E PROJETOS DO CURSO

Art. 19 Além da participação no programa “Unipampa Cidadã”, o(a) acadêmico(a) deverá compor a equipe executora de programas/projetos coordenados por docentes vinculados ao curso de Letras – Português.

Art. 20 Para comprovação das atividades realizadas nos programa/projetos, o(a) discente deverá apresentar o certificado de participação fornecido pelo(a) coordenador(a) do projeto ao Supervisor de Extensão:

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 O curso de Letras - Português realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos

objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 20 Os(as) acadêmicos(as), além de estarem sujeitos ao regime disciplinar e de possuírem os direitos e deveres estabelecidos no Regimento Geral da UNIPAMPA, devem estar sujeitos às normas que regem os campos de prática das atividades extensionistas.

Art. 21 Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do campus.

Art. 22 O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Bagé, RS, 08 de novembro de 2022.

ANEXO 1 - MODELO DE RELATÓRIO – “UNIPAMPA CIDADÃ”

UNIPAMPA CIDADÃ Relatório	
Nome:	
Matrícula:	
Curso de Graduação:	Campus:
Data de entrega:	
Assinatura:	
INSTITUIÇÃO - ação foi realizada	
Nome:	
Endereço:	
Cidade / Estado:	
Responsável pela Instituição:	
Assinatura do Responsável pela Instituição:	
AÇÃO COMUNITÁRIA	
Período de realização:	
Carga Horária Total:	
Periodicidade:	
Público da ação:	
Número de pessoas alcançadas pela ação:	
Descrição do trabalho realizado:	

UNIPAMPA CIDADÃ
Relatório

REFLEXÕES SOBRE O “UNIPAMPA CIDADÃ”

Descreva a importância da realização desta atividade para a sua formação pessoal e profissional.

AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE EXTENSÃO

Considerações:

Assinatura do(a) discente

Assinatura do(a) docente responsável

Resultado: () Aprovado () Não aprovado

Supervisor de Extensão

Nome:

Assinatura:

--

APÊNDICE D: REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa (BALP) da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé (UNIPAMPA-CB).

Art. 2º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção, implantação, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa da UNIPAMPA, em consonância com as recomendações da Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº 01 de 17 de junho de 2010 e da Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º - São atribuições do NDE do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa da UNIPAMPA:

I - Elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

II - Propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria, respeitando as diretrizes da Comissão Própria de Avaliação (CPA);

III - Conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;

IV - Atender aos processos regulatórios internos e externos;

V - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e pelos demais marcos regulatórios;

VI - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;

VII - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;

VIII - Zelar pela integração curricular interdisciplinar, horizontal e vertical, das diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IX - Elaborar e propor à Comissão de Curso normas internas que organizem e estruturam as atividades administrativas e pedagógicas do Curso, com base no que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, o PPC e as Normas Acadêmicas da UNIPAMPA.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º - O NDE é proposto pela Comissão de Curso e é composto por professores pertencentes ao corpo docente permanente da UNIPAMPA que atuam regularmente no Curso e que representem as diferentes áreas que o integram.

§ 1º O NDE é composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros, incluindo o Coordenador de Curso.

§ 2º A totalidade dos membros do NDE deve possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

§ 3º Todos os membros do NDE devem ter regime de trabalho integral com dedicação exclusiva na UNIPAMPA.

§ 4º O NDE deve escolher entre seus membros o Presidente e o Secretário. Art. 5º - O tempo de vigência de mandato para o NDE é de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a garantir a continuidade do acompanhamento do Curso.

§ 1º Com exceção do Coordenador de Curso, qualquer membro do NDE pode solicitar desligamento a qualquer tempo. Nesse caso, a área a qual o membro se

vincula indicará um substituto.

§ 2º A composição ou alteração do NDE, após aprovada pela Comissão de Curso, deve ser enviada pela coordenação ao Conselho de Campus para aprovação e encaminhamento dos documentos necessários para designação formal via portaria.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 6º - Compete ao Presidente do NDE:

- a) Convidar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) Representar o NDE junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da UNIPAMPA;
- c) Encaminhar as deliberações e propostas do NDE aos setores competentes da UNIPAMPA;
- d) Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;
- e) Coordenar e promover a integração com as demais Comissões de Cursos e com setores da UNIPAMPA.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento eventual do Presidente ou do Secretário do NDE, a presidência ou secretariado será exercida por docente por ele indicado ou pelo Coordenador do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 7º - Compete ao Secretário do NDE:

- a) Elaborar atas de reuniões e auxiliar na organização das atividades do NDE;
- b) Encaminhar documentos a instâncias internas e externas à Universidade.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 8º - O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convite do seu Presidente, no mínimo 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convidado pela presidência ou pela maioria dos membros do NDE.

Art. 9º - O quórum mínimo para dar início à reunião deve ser superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de membros do NDE.

Art. 10º - Todo membro do NDE tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 11º - As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos com base no número de presentes, e encaminhadas à análise e deliberação da Comissão do BALP.

Art. 12º - Os seguintes procedimentos devem ser respeitados nas votações:

- a) Em todos os casos a votação é em aberto;
- b) Qualquer membro do NDE pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- c) Nenhum membro do NDE deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- d) Não são admitidos votos por procuração ou por membros que não estejam presentes na reunião.

Art. 13º - A pauta da reunião deverá ser encaminhada pelo Presidente no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião, juntamente com os documentos relacionados com os assuntos da pauta.

Art. 14º - O membro do NDE que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

Parágrafo único. O membro que faltar, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões seguidas ou a 4 (quatro) alternadas, no período de 12 (doze) meses, será destituído de sua função.

CAPÍTULO VII

DOS ENCAMINHAMENTOS

Art. 15º - As decisões tomadas pelo NDE serão encaminhadas para apreciação e votação na Comissão de Curso de Licenciatura em Letras - Português

e Literaturas de Língua Portuguesa e, se necessário, para outros órgãos e instâncias superiores da Instituição.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - Os casos omissos serão encaminhados à Comissão de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Art. 17º - Este regimento pode ser alterado com aprovação da maioria dos membros do NDE.

Art. 18º - Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas disposições em contrário.

Bagé, RS, 06 de julho de 2021.

APÊNDICE E: REGIMENTO DA COMISSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS BAGÉ REGIMENTO DA COMISSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento da Comissão do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé.

Art 2º A Comissão de Curso é um órgão deliberativo que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as atividades acadêmicas do mesmo.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CURSO

Art. 3º Compõem a Comissão de Curso:

I. o Coordenador do Curso;

II. os docentes que ministram componentes curriculares do Curso e aqueles que ministraram componentes curriculares do Curso nos últimos doze (12) meses;

III. representação discente eleita por seus pares;

IV. representação dos servidores técnico-administrativos em educação eleita por seus pares.

§1º. Os membros técnico-administrativos da Comissão de Curso terão mandato de dois (2) anos, permitida uma recondução.

§2º. Os representantes discentes terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução.

§3º. O número de representantes técnico-administrativos e discentes está

definido no Regimento do Campus.

§4º. No caso de impedimento definitivo dos representantes previstos nos incisos III e IV, caberá ao Coordenador formalizar o pedido de substituição à categoria representada.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE CURSO

Art. 4º São atribuições da Comissão de Curso:

I - deliberar sobre as propostas do Núcleo Docente Estruturante (NDE) relativas à atualização do PPC;

II - deliberar sobre as propostas do NDE relativas aos procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso;

III - deliberar sobre as propostas do NDE relativas à reestruturação curricular;

IV - deliberar sobre as propostas do NDE relativas a normas internas que organizem e estruturem as atividades administrativas e pedagógicas do Curso;

V - atender aos processos regulatórios internos e externos;

VI - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e para os demais marcos regulatórios;

VII - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;

VIII - zelar pela integração curricular interdisciplinar, horizontal e vertical, entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IX - avaliar, semestralmente, os planos de ensino dos componentes curriculares que integram a matriz curricular do Curso;

X - identificar a necessidade e solicitar a compra de equipamentos para o Curso, de acordo com as demandas pertinentes ao ensino, pesquisa e extensão;

XI - identificar a necessidade e solicitar alterações dos espaços físicos designados para o Curso;

XII - aprovar e indicar às instâncias superiores o perfil de docentes para concurso;

XIII - indicar o(s) responsável(is) por analisar e deferir/indeferir solicitações de averbação de horas a serem contabilizadas como Atividades Complementares

de Graduação;

XIV - deliberar sobre a distribuição semestral dos encargos docentes relativos aos componentes curriculares do curso;

XV - emitir parecer a respeito da avaliação docente com participação discente para fins de progressão e promoção funcional;

XVI – analisar toda e qualquer solicitação discente relativa à quebra de pré-requisitos e/ou outras demandas por parte dos alunos;

XVII – emitir atestado de frequência e participação aos docentes, sempre que necessário, para fins de Progressão e Promoção na carreira docente junto à CPPD local (Comissão de Progressão e Promoção Docente).

TÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 5º Compete ao Coordenador do curso:

I - elaborar as pautas das reuniões da Comissão de Curso;

II - convidar e/ou convocar e presidir as reuniões da Comissão de Curso, com direito a voto, inclusive o de qualidade;

III - representar a Comissão de Curso junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da UNIPAMPA;

IV - encaminhar as deliberações e propostas da Comissão de Curso aos setores competentes da UNIPAMPA.

TÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 6º A Comissão de Curso reunir-se-á, com a presença de, no mínimo, um terço de seus membros, ordinariamente, por convocação e/ou convite do seu Coordenador, 1 (uma) vez ao mês, no mínimo, e, extraordinariamente, por convocação e/ou convite do seu Coordenador ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º As datas e os horários das reuniões ordinárias da Comissão de Curso serão estabelecidos e aprovados no início de cada semestre letivo, preferencialmente em dias e horários nos quais os membros da Comissão de Curso não tenham atividades docentes previstas.

§ 2º Decorridos 30 (trinta) minutos do horário marcado para o início da

reunião, sem o atendimento da presença mínima de um terço de seus membros, a reunião deverá ser suspensa e remarcada para uma nova data.

§ 3º As pautas das reuniões da Comissão de Curso devem ser encaminhadas no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da reunião, juntamente com os documentos relacionados aos assuntos da pauta.

§ 4º As decisões da Comissão de Curso serão tomadas por maioria simples de votos com base no número de membros presentes.

TÍTULO VI DOS ENCAMINHAMENTOS

Art. 7º As decisões tomadas pela Comissão de Curso, quando necessário, serão encaminhadas para outros órgãos e instâncias superiores da Instituição e, quando for o caso, compartilhadas com o corpo discente.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Curso e, se necessário, encaminhados para as instâncias superiores, de acordo com o que dispõe o Regimento Geral da Universidade.

Art. 9º Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Bagé, RS, 08 de novembro de 2022.

APÊNDICE F: MANUAL DOS ESTÁGIOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS BAGÉ
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA

MANUAL DOS ESTÁGIOS

Bagé 2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAMPOS DE ESTÁGIO

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Natureza dos componentes curriculares

Discriminação da carga horária dos componentes de estágio obrigatório em Língua Portuguesa e Literatura

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Cabe ao(à) docente orientador(a) de estágio:

Cabe ao(à) estagiário(a)

Cabe às escolas

AVALIAÇÃO

ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS/EXTRACURRICULARES

DOCUMENTOS PARA ESTÁGIO

DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

ANEXO 1 – Carta de apresentação

ANEXO 2 – Sequência Didática

ANEXO 3 – Plano de aula

ANEXO 4 – Ficha de frequência do Estágio

ANEXO 5 – Parecer do Professor Regente

ANEXO 6 – Ficha de avaliação da prática docente observada

ANEXO 7 – Relato de experiência

ANEXO 8 - Atestado de realização da prática docente de estágio

INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Resolução CNE/CP 02/2019¹⁰ (BRASIL, 2019), que baliza a formação inicial de professores(as) da educação, o estágio curricular obrigatório, no curso de Letras-Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da UNIPAMPA – Campus Bagé, é entendido como um dos princípios norteadores do processo formativo, orientando a “centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)” (BRASIL, 2019, p.4). Diante disso, o estágio supervisionado constitui-se como espaço-tempo privilegiado na formação acadêmico-profissional de futuros(as) professores(as), sendo este um articulador de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso de graduação e dos saberes e fazeres necessários à atuação docente crítica e reflexiva. Compreende-se também o campo de estágio curricular supervisionado como espaço para aprendizagem centrada na ação-reflexão-ação pedagógica, considerando a pesquisa como um dos princípios educativos e formadores do(a) professor(a).

Com base nisso, o presente *Manual de Estágios* surge da necessidade de estabelecer parâmetros firmes e claros para a realização das práticas de preparo à docência como etapa primordial dentro do Curso de Letras-Português. Para a composição deste Manual, o principal documento consultado foi o Projeto Pedagógico do Curso, que apresenta as normativas e as instruções da UNIPAMPA que orientam o desenvolvimento dos estágios obrigatórios pela instituição.

Em atendimento tanto das necessidades e características específicas do Curso de Letras e levando em conta, ainda, as singularidades da região, objetiva-se, com este Manual dos Estágios:

- orientar as práticas letivas dentro do Curso, tanto no que diz respeito à

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rp002-19/file>. Acesso em 09 maio 2022.

atuação de discentes como à atuação de docentes orientadores de Estágio;

- estabelecer parâmetros claros para que as 405 horas de Estágios curriculares supervisionados, que compõem a Matriz Curricular, desenvolvam-se de modo uniforme, planejado e previsível, aprimorando a organização interna do Curso e facultando aos(às) alunos(as) maior segurança em relação aos trâmites e etapas a serem cumpridos;
- preconizar diretrizes que estabeleçam como se dará a participação das instituições de Ensino Básico responsáveis pelo acolhimento aos(às) discentes durante a realização dos estágios obrigatórios, junto ao curso proponente.

CAMPOS DE ESTÁGIO

No curso de Letras-Português, o estágio deverá ser realizado, preferencialmente, em escola de educação básica, buscando-se o estabelecimento de um regime de colaboração entre os sistemas de ensino, podendo também, excepcionalmente, ser desenvolvido em projetos de extensão e ensino credenciados na universidade. As atividades deverão ser acompanhadas e avaliadas conjuntamente em regime de coorientação (professor(a) orientador(a) de estágio na universidade e professor(a) regente da turma na escola), quando essas forem realizadas no espaço escolar, e apenas por professor(a) orientador(a) de estágio (ou em coorientação com docentes ou técnicos-administrativos), quando realizadas em projetos.

No caso de o(a) estagiário(a) residir e desempenhar atividades profissionais em tempo integral em cidade diferente da Sede do campus, este(a) poderá emitir solicitação por escrito à Comissão de Curso com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao início das atividades, apresentando os seguintes requisitos: comprovante de residência, atestado de atividade profissional de 40 horas. Cabe à Comissão de Curso avaliar as condições apresentadas, considerando a indisponibilidade da rede de ensino de Bagé na oferta de vagas para realização de estágio e as condições logísticas para a realização da supervisão, entre as quais: disponibilidade de transporte, carga horária e diárias, quando for o caso, para o(a) professor(a) orientador(a).

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O estágio obrigatório possui carga horária de 405 horas distribuídas ao longo da segunda metade do curso. Os componentes curriculares específicos de estágio constituem-se em espaços para a consolidação de habilidades e competências docentes que deverão ser construídas processualmente ao longo do curso de licenciatura. O estágio do Curso de Letras-Português se desenvolve em torno de Língua Portuguesa e suas Literaturas. Os componentes curriculares específicos de estágio são os seguintes: *Introdução ao Estágio na Educação Básica*, *Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental* e *Estágio na Educação Básica: Ensino Médio*, cada um com carga horária de 135h.

NATUREZA DOS COMPONENTES CURRICULARES

- Introdução ao Estágio na Educação Básica: O componente curricular se apresenta como o primeiro contato efetivo do(a) licenciando(a) com o contexto escolar. Está previsto no PPC do curso de Letras para ocorrer no quinto semestre e apresenta como pré-requisitos os seguintes componentes curriculares: Práticas de Ensino em Linguagens e Práticas de Ensino em Literatura. Em sua ementa no PPC do curso, possui como objetivo “promover, a partir da inserção do licenciando no contexto da educação básica, a capacidade de planejamento e aplicação de atividades de ensino, bem como a reflexão e textualização sobre sua experiência docente nas áreas de Língua Portuguesa e/ou Literatura de Língua Portuguesa”, portanto envolve as duas áreas de formação específica do Curso: língua portuguesa e literaturas de língua portuguesa. O componente curricular prepara o(a) acadêmico(a) para a prática de estágio através da reflexão teórico-metodológica, com foco na observação do contexto escolar. Tal prática deve ser realizada preferencialmente no Ensino Fundamental, mas poderá ser realizada também no Ensino Médio.
- Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental: Esse estágio curricular é obrigatório e deve ser realizado na segunda metade do curso de Letras, no PPC do curso está previsto seu desenvolvimento no sexto semestre. O componente curricular apresenta como pré-requisito o componente curricular *Introdução ao Estágio na Educação Básica*. Esse estágio deve se desenvolver em nível

fundamental seja regular ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos correspondente a este nível. Em sua ementa no PPC do curso, consta ainda: “prática docente nas áreas de Língua Portuguesa e/ou suas respectivas Literaturas em escolas de Ensino Fundamental; reflexão sobre a prática pedagógica, planejamento e execução de aulas sob orientação docente; socialização e relato de experiência docente”.

- Estágio na Educação Básica: Ensino Médio: Esse estágio curricular é obrigatório e deve ser realizado na segunda metade do curso de Letras, no PPC do curso está previsto seu desenvolvimento no sétimo semestre. O componente curricular Estágio no Ensino Médio apresenta o mesmo pré-requisito que o Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental, não havendo, portanto, pré-requisito entre esses dois componentes. Esse estágio deve se desenvolver em nível médio seja regular ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos correspondente a este nível. Em sua ementa no PPC do curso, consta ainda: “prática docente nas áreas de Língua Portuguesa e/ou suas respectivas Literaturas em escolas de Ensino Médio; reflexão sobre a prática pedagógica, planejamento e execução de aulas sob orientação docente; socialização e relato de experiência docente”.

DISCRIMINAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA:

- Introdução ao Estágio na Educação Básica – possui um total de 9 créditos, o que corresponde a 135 horas, divididas em: 30 horas de docência (20h de observação do contexto escolar e 10h de regência de classe na Educação Básica) e 105 horas divididas em aulas presenciais para discussão e debate em grupo, orientação, planejamento didático e reflexão sobre a prática docente.
- Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental – possui um total de 9 créditos, o que corresponde a 135 horas, divididas em: 30 horas de docência (10 horas de observação do contexto escolar e 20 horas de regência de classe no Ensino Fundamental), 105 horas divididas em aulas presenciais para discussão e debate em grupo, orientação, planejamento didático e reflexão sobre a prática docente.

- Estágio na Educação Básica: Ensino Médio – possui um total de 9 créditos, o que corresponde a 135 horas, divididas em: 30 horas de docência (10 horas de observação do contexto escolar e 20 horas de regência de classe no Ensino Médio), 105 horas divididas em aulas presenciais para discussão e debate em grupo, orientação, planejamento didático e reflexão sobre a prática docente.

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

CABE AO(À) DOCENTE ORIENTADOR(A) DE ESTÁGIO:

- organizar, a cada semestre, as turmas de estágio, orientando acadêmicos(as) quanto à busca de campo de estágio;
- fornecer ao(à) estagiário(a) os documentos obrigatórios relativos ao estágio;
- receber, assinar, organizar e encaminhar às devidas instâncias os documentos comprobatórios do estágio entregues por aluno(a);
- orientar, regularmente, o(a) estagiário(a) na elaboração de seu planejamento de estágio;
- orientar e acompanhar, sistematicamente, o(a) aluno(a) durante o desenvolvimento do estágio, realizando reuniões de orientação;
- observar por, no mínimo, duas h/a, a regência do aluno na escola, durante a sua prática;
- proceder ao desligamento do(a) estagiário(a) junto ao campo de estágio quando se fizer necessário e comunicar o procedimento à Coordenação Acadêmica;
- controlar a frequência do(a) aluno(a) estagiário(a);
- avaliar a atuação do(a) estagiário(a);
- avaliar o desempenho do(a) estagiário(a) junto ao(à) professor(a)-regente;
- zelar para que os(as) estagiários(as) não sejam utilizados como mão-de-obra qualificada por parte das unidades concedentes de estágio;
- manter contato com as unidades concedentes, sempre que necessário, para fins de avaliação dos estágios.

CABE AO(À) ESTAGIÁRIO(A):

- estar regularmente matriculado(a) na UNIPAMPA, em semestre compatível com a prática exigida no estágio;
- escolher a instituição para realizar o estágio supervisionado, formalizando-o através da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, dentro dos prazos estabelecidos em combinação com o orientador;
- elaborar sequência didática com os respectivos planos de aula, apresentá-los ao(à) professor(a) orientador(a) e, após autorização deste(a), aplicá-los de acordo com o cronograma previsto;
- preencher os instrumentos de acompanhamento, controle e avaliação das tarefas de estágio, solicitando o carimbo e/ou assinatura do(s) responsável(eis) da unidade concedente;
- participar de todas as atividades inerentes à realização dos estágios (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, entre outras);
- cumprir fielmente a programação do estágio, comunicando ao(à) orientador(a) qualquer evento que impossibilite a continuação de suas atividades;
- conhecer e seguir as normas internas da unidade concedente, principalmente às relativas ao estágio, exercendo suas atividades com zelo, pontualidade e assiduidade;
- comunicar ao(à) orientador(a) e à unidade concedente conclusão, interrupção ou modificação do Termo de Compromisso de Estágio, bem como fatos de interesse ao andamento do estágio;
- responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da unidade concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- desempenhar com ética e dedicação todas as atividades e ações que lhe forem designadas;
- comunicar ao(à) orientador(a) qualquer fato extraordinário sobre seu estágio.

CABE ÀS ESCOLAS:

- celebrar o Termo de Compromisso de Estágio com a UNIPAMPA e o educando, zelando por seu cumprimento;
- intermediar a aproximação entre os(as) professores(as) regentes e os(as) estagiários(as), permitindo a realização do estágio em suas turmas;

- ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao(à) educando(a) atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- por ocasião da finalização do estágio, zelar pela entrega da avaliação de desempenho do(a) estagiário(a) por parte do(a) professor(a) regente;
- não permitir que o(a) estagiário(a) seja utilizado como substituto, assumindo turma sem a presença e supervisão do(a) professor(a) regente;
- comunicar ao(à) orientador(a) dados básicos sobre o andamento do estágio, bem como irregularidades que justifiquem intervenção.

AValiação

As atividades de estágio deverão ser acompanhadas e avaliadas pelo(a) orientador(a), levando em consideração os instrumentos específicos do componente e o parecer do(a) professor(a) regente ou, no caso de estágios realizados em projetos de extensão e/ou ensino credenciados na universidade, do(a) coordenador(a) do projeto.

A avaliação dos estágios será processual e contínua e incidirá sobre a frequência, o aproveitamento e o aprendizado, ao longo de todas as etapas e atividades a serem cumpridas. O processo de avaliação será feito através do permanente contato entre orientador(a) e estagiário(a).

A média final de cada um dos estágios obrigatórios será composta pelo resultado das notas parciais aferidas a cada etapa atingida, conforme previsto no plano de ensino do componente.

Destaca-se que não serão aceitos trabalhos plagiados. Considera-se como plágio – ou autoplágio - a cópia parcial ou integral de materiais impressos ou da internet e/ou utilizar ideias expostas neles, se não forem devidamente referidos por citação expressa. O ambiente acadêmico é de criação, de conhecimento e de constituição de autoria, e não de cópia. Assim, a todo trabalho plagiado será atribuída nota 0,0 (zero) e não será permitido ao discente refazê-lo.

Será considerado reprovado no estágio, o(a) acadêmico(a) que:

- não cumprir integralmente as etapas e a carga horária dos estágios supervisionados;
- obtiver média final inferior a 6,0 (seis);

- não entregar os documentos com/probatórios solicitados.

ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS/EXTRACURRICULARES

Por decisão da Comissão de Curso, tomada em reunião realizada em 23 de abril de 2013 e ainda vigente, os professores do curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa não orientam estágios extracurriculares. Os alunos do curso que tenham interesse nessa modalidade devem procurar as instâncias institucionais por ela responsável.

Ressalta-se que os estágios extracurriculares realizados pelos alunos podem ser contabilizados como Atividade Complementar de Graduação, conforme estabelecido no PPC que regula o desenvolvimento acadêmico do aluno no curso.

DOCUMENTOS PARA ESTÁGIO

a. Carta de Apresentação: documento assinado pelo(a) orientador(a) que apresenta o(a) aluno(a) à escola. Deve ser entregue logo após o contato informal do(a) aluno(a) com a escola (anexo 1).

b. Termo de Compromisso de Estágio: contrato firmado pelo(a) aluno(a), pela escola e pela UNIPAMPA. É entregue ao(à) orientador(a), que deverá assinar e colher a assinatura e ciência da Coordenação Acadêmica. Esse contrato fixa os deveres das partes e é útil para assegurar seguro ao(à) aluno(a) e que todas as partes cumpram suas responsabilidades. O documento deve ser encaminhado pelo(a) orientador(a) à turma de Estágio.

c. Sequência Didática: planejamento das atividades a serem realizadas durante a prática docente em cada um dos Estágios. Somente após sua avaliação pelo(a) orientador(a) e as possíveis revisões, é que o(a) estagiário(a) pode iniciar sua aplicação na escola (anexo 2).

d. Plano de aula detalhado: o plano deverá especificar a proposta de atividade em cada aula da prática docente. O plano deverá ser apresentado ao(à) professor(a) orientador(a), conforme orientações previamente determinadas entre estagiário(a) e orientador(a). Somente após a aprovação do plano, o(a) aluno(a) poderá aplicá-lo (anexo 3).

e. Ficha de frequência do Estágio: preenchida pelo(a) aluno(a) e assinada pelo(a) professor(a) regente da turma na qual ele(a) está estagiando ou pelo(a) supervisor(a) da escola (anexo 4).

f. Parecer do(a) Professor(a) Regente: documento assinado pelo(a) professor(a) regente que analisa o desempenho do(a) aluno(a) (anexo 5).

g. Ficha de avaliação da prática docente observada: documento que expressa a avaliação do(a) professor(a). É preenchido após as observações do(a) orientador(a) (anexo 6).

h. Relato de experiência: documento final em que o discente relata e reflete sobre a prática docente realizada (anexo 7).

i. Diário reflexivo: descrição e análise subjetiva das atividades observadas e praticadas pelo aluno(a).

j. Atestado de realização da prática docente de estágio: documento emitido pela unidade concedente atestando a conclusão da prática de estágio (anexo 8).

Observações:

- Os documentos listados acima devem constituir um dossiê, em meio virtual, que deverá ser entregue em data combinada com o orientador.

2. O relato de experiência, solicitado para Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental e Estágio na Educação Básica: Ensino Médio, e o diário reflexivo, solicitado para Introdução ao estágio na Educação Básica, poderão ser substituídos por documentos equivalentes a critério do professor orientador.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Em casos de excepcionalidade, como greves nas redes de ensino, intempéries, epidemias, entre outras situações de exceção, a realização das atividades de estágio deverá ser discutida e definida em reunião de Comissão de Curso.

Destaca-se que o aproveitamento da participação no Programa Residência Pedagógica, vigente entre os anos de 2018 a 2023, como estágios obrigatórios está regulado pela Instrução Normativa nº 01/2018/PROGRAD, de 20 de novembro de 2018.

APÊNDICE G

ORIENTAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO (ACGs), válidas para discentes que estão sob a égide de PPCs anteriores – Item 2.4.4.2 (p. 72-82) do PPC:

Considerando que “os estudantes serão incentivados a participar de atividades extracurriculares que proporcionem experiências diversificadas e que contribuam para sua formação humana e profissional. [...] que o curso promoverá/indicará ações complementares que contemplem atividades de ensino, pesquisa, extensão, artístico-culturais, sociais e de gestão, conforme estabelecido na Resolução nº 29/2011, da UNIPAMPA”. E ainda, que atualmente todo aluno que realizar ACG e quiser ter essa carga horária computada em seu histórico escolar deverá requerer, via Secretaria Acadêmica, a validação, pela coordenação do Curso, das atividades realizadas, a qual encaminhará a uma comissão interna para análise e registro da carga horária das atividades consideradas válidas”, o NDE, em reunião realizada no dia 05/12/2023, estabelece que para fins de validação que serão considerados somente os certificados relativos a atividades afins às áreas de conhecimento representadas pelo Curso de Licenciatura em Letras, sendo elas prioritariamente: Língua Portuguesa, Linguística, Literatura, Educação, Arte e Cultura, línguas estrangeiras e demais áreas integrantes das Ciências Humanas. E os certificados/comprovantes deverão conter de forma discriminada:

- órgão/instituição/empresa responsável pela emissão do documento, devidamente registrado/a como tal;
- descrição das atividades propostas/realizadas;
- data/período de realização;
- número de horas cumpridas;
- assinatura do proponente/responsável com carimbo/assinatura digital;
- se possível, juntar à documentação: *folder*, foto ou *card* de divulgação, relativo a cada atividade realizada;
- bilhetes de entrada (cinema, teatro, show musical, exposição, etc.) deverão ser

acompanhados de uma breve descrição contextual, contendo local, data, tipo de atividade, título, etc.), número de horas compatível com a atividade descrita;

- casos específicos serão analisados excepcionalmente.

OBS.: eventos previstos no Calendário Acadêmico como parte integrante das atividades letivas não podem ser considerados como ACGs.

ANEXOS**ANEXO 1 – CARTA DE APRESENTAÇÃO****CAMPUS BAGÉ****CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA****CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Ao(À) Diretor(a) da Escola, Prezado(a) Diretor(a),

Ao cumprimentá-lo(a), vimos por meio desta apresentar o(a) aluno(a) _____, do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Pampa (Campus Bagé), regularmente matriculado(a) no componente

- () Introdução ao Estágio na Educação Básica;
- () Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental;
- () Estágio na Educação Básica: Ensino Médio, para realizar atividades de observação e prática de ensino em sua escola.

Gratos pela atenção e à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Prof. _____

Orientador(a) de Estágio

Email: _____

UNIPAMPA - Campus Bagé

Av. Maria Anunciação Gomes de Godoy, 1650, Bairro Malafaia CEP: 96413-172 - Bagé - Rio Grande do Sul

E-mail: bage@unipampa.edu.br Telefone: (53) 32403600

ANEXO 2 – SEQUÊNCIA DIDÁTICA



CAMPUS BAGÉ CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Estagiário(a):
Professor(a) orientador(a):
Escola campo:
Ano/Turma:
Turno:
Professor(a) regente:
<input type="checkbox"/> Introdução ao Estágio na Educação Básica <input type="checkbox"/> Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Estágio na Educação Básica: Ensino Médio

1. Contextualização da escola: informações gerais sobre a instituição, local, número de alunos(as) atendidos(as) etc.

2. Contextualização da turma: informações gerais sobre a turma, quantidade de alunos(s), formação do(a) professor(a) etc.

3. Objetivo da prática:**4. Tema e gênero textual ou literário a ser trabalhado****5. Proposta de sequência didática**

Carga horária total:	
Etapa 1 Total de aulas:	
Etapa 2 Total de aulas:	
Etapa 3 Total de aulas:	
Etapa 4 Total de aulas:	
Etapa 5 Total de Aulas:	

Acrescentar tantas etapas forem necessárias

6. Cronograma

	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Negociação com a escola					
Discussão de textos teóricos					
Diagnóstico da realidade escolar					

	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Observação, aplicação de atividade diagnóstica					
Elaboração e apresentação da SD					
Elaboração de planos de aula					
Realização da prática e elaboração de diário reflexivo					
Escrita de relato de experiência					
Apresentação de prática docente					
Entrega da documentação do estágio					

Referências

ANEXO 3 – PLANO DE AULA



CAMPUS BAGÉ
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA

PLANO DE AULA
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Estagiário(a):
Professor(a) orientador(a):
Escola campo:
Ano/Turma:
Turno:
Professor(a) regente:
() Introdução ao Estágio na Educação Básica () Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental () Estágio na Educação Básica: Ensino Médio

Data da aula	
Horário	
Carga horária	
Nº da aula	
Conteúdos	
OBJETIVO GERAL:	

METODOLOGIA	
Atividade	Recurso
Passo 1:	
Passo 2:	
Passo 3:	
Passo 4: (incluir tantos passos quantos forem necessários)	

Avaliação	Indicar como será observado se o objetivo proposto foi alcançado pelos discentes.
------------------	---

BIBLIOGRAFIA:

***Colocar as atividades, com as respostas, em anexo.**

ANEXO 4 – FICHA DE FREQUÊNCIA DO ESTÁGIO



CAMPUS BAGÉ
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

FREQUÊNCIA ESTÁGIO CURRICULAR

Estagiário(a):
Escola:
Supervisor(a) na Escola:
Professor(a) regente:
<input type="checkbox"/> Introdução ao Estágio na Educação Básica <input type="checkbox"/> Estágio na Educação Básica: Ensino Fundamental () Estágio na Educação Básica: Ensino Médio

DATA	N. h/a	ENTRADA/ SAÍDA	ATIVIDADE REALIZADA*	ASSINATURA ESTAGIÁRIO	ASSINATURA ESCOLA

* Observação de aula, aplicação de atividade diagnóstica, análise documental ou prática de ensino.

CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA DE _____

Prof.(a) Supervisor(a)

Prof.(a) Regente

ANEXO 5 – PARECER DO PROFESSOR REGENTE



CAMPUS BAGÉ
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

PARECER DO(A) DOCENTE QUANTO À ATUAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Estagiário(a):
Professor(a) orientador(a):
Semestre/Ano:
Escola:
Ano/Turma:
Turno:
Professor(a) regente:
Período de realização do estágio:
Local e data:

Sugestão de critérios a serem considerados
Pontualidade
Cumprimento das normas da escola

Bom relacionamento com funcionários, docentes e discentes da escola
Postura ética
Domínio dos conteúdos específicos
Adequação da metodologia ao contexto
Material didático adequado
Respeito às intervenções dos alunos, possibilitando-as e valorizando-as
Criatividade na elaboração e aplicação de atividades motivadoras

Parecer

Assinatura do(a) professor(a) regente:

ANEXO 6 – FICHA DE AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE OBSERVADA



CAMPUS BAGÉ

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA

FICHA DE AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE OBSERVADA

Estagiário(a):
Prof.(a) orientador(a):
Semestre/Ano:
Escola:
Ano/Turma:
Turno:
Professor(a) regente:
Nº de alunos em aula:
Horário observado:
Local e data:

Crítérios de avaliação	Conceito*
Cumprimento do plano de aula e flexibilidade na aplicação das atividades previstas diante das circunstâncias	

Crêterios de avalia�o	Conceito*
Adequa�o entre o conteúdo e a faixa etária/nível intelectual dos alunos	
Sequência lógica na apresenta�o e no desenvolvimento do conteúdo	
Domínio dos conteúdos específicos	
Oralidade: uso adequado de estratégias do discurso didático	
Aplica�o de atividades que contribuam para a participa�o efetiva dos alunos e que favoreçam o processo de compreensão e constru�o do conhecimento	
Uso de recursos didático-pedagógicos (quadro-giz, cartazes, textos, filmes, <i>data show</i> , mapas etc.) que possam auxiliar na apreensão do conhecimento	
Aplica�o de instrumentos e critérios de avalia�o compatíveis com o nível de desenvolvimento dos alunos	
Pontualidade	
Respeito às interven�es dos alunos, possibilitando-as e valorizando-as	

*PS = plenamente satisfatório / S = satisfatório / NS = não satisfatório Observa es:

ANEXO 7 – RELATO DE EXPERIÊNCIA TÍTULO DO TRABALHO

Autor¹¹

Nome do professor orientador

Resumo: O resumo é um breve sumário do artigo. Deve conter de 150 a 200 caracteres sem espaço e ser escrito em fonte times new roman, tamanho 10, espaçamento simples. Sobre a estrutura e linguagem empregada, o resumo não deve ser confundido com a introdução do que se segue, mas sim uma descrição completa e concisa dos componentes-chave da metodologia do estudo e dos achados importantes da prática. Com relação ao conteúdo, um resumo deve conter, obrigatoriamente: objetivo geral do artigo; o(s) pressuposto(s) teórico(s) que sustentou(am) o estágio realizado (principais conceitos, fundamentos); a descrição básica das atividades realizadas; e as principais reflexões.

Palavras-chave: 3 a 5 palavras separadas por ponto.

INTRODUÇÃO

Nesta seção, deve-se descrever brevemente o que foi realizado e dizer como o relato está organizado. Portanto, não se esqueça de:

- Contextualizar o relato de experiência, dizendo qual é seu objetivo, bem como quais foram os objetivos das atividades realizadas durante o estágio.
- Explicar brevemente a metodologia, dizendo quais são os registros, como foram feitos e para que servirão.
- Indicar os principais autores ou publicações que influenciaram o trabalho de observação, prática pedagógica e análise.

¹¹ Relato de experiência apresentado como exigência parcial para aprovação no componente curricular Estágio no Ensino Médio.

- Explicar como o trabalho está organizado (o que é feito em cada parte que segue).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, deve-se desenvolver as ideias que foram importantes nas diferentes etapas do estágio e que serão relevantes para a compreensão da descrição e reflexão que serão apresentadas nas próximas seções. Destaque as principais concepções que orientaram a prática proposta. Para citar os autores, use as normas do “Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos: conforme normas da ABNT”, da Unipampa.

Com este item, busca-se apresentar os elementos que sustentam o trabalho de revisão bibliográfica. Por exemplo, dentro da literatura, qual o conceito que foi trabalhado na prática? Intertextualidade? Então deve-se apresentar essa noção, a partir dos teóricos que criaram ou utilizam esse conceito. Do mesmo modo, aconselha-se apresentar uma reflexão sobre a concepção de linguagem/literatura que orientou a regência, bem como da abordagem metodológica de organização da prática docente, tal como a sequência didática.

Pode-se dividir em subseções se avaliar que há temas amplos ou de vertentes distintas que se pretende fazer dialogarem entre si.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Este item deve apresentar a escola e a comunidade, incluindo: o nome da escola, os níveis de ensino, o n. de turmas, professores e alunos, ano de fundação, bairro em que se localiza, condição socioeconômica da comunidade, projetos pedagógicos e comunitários em andamento. Deve-se também caracterizar a turma e a professora. Não esquecer de que os alunos e professora não devem ser identificados (nem aqui, nem nos anexos).

É importante explicitar as fontes das informações apresentadas neste item e dizer quando e como foram feitos os registros. Pode-se buscar informações em documentos da escola, nas observações feitas e relatadas no diário de campo, nos questionários aplicados ou entrevistas realizadas etc.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO

Esta seção é dedicada ao relato em si da experiência: os objetivos didáticos, as etapas de execução e as atividades realizadas. Descreva cada passo da sua

prática em ordem cronológica, deixando claro os pontos principais para que o leitor compreenda como você chegou às informações que apresenta e de que forma propôs as reflexões que discute no artigo.

Em um primeiro momento, explique os procedimentos relacionados ao planejamento, esclarecendo como foi feita a negociação com a escola, o diagnóstico da realidade escolar, como foi feita a observação e a aplicação da atividade diagnóstica; como foi elaborado e apresentado o projeto de ensino e os planos de aula. Em um segundo momento, descreva como foi realizada a prática (ou seja, exponha brevemente as aulas ministradas).

REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA REALIZADA

Essa seção caracteriza-se por ser a mais importante do relato de experiência, por ser o momento em que você apresenta suas reflexões, de forma autoral e crítica, a respeito de sua prática. Neste momento, recorra às suas anotações, apontamentos nos diários reflexivos e/ou qualquer instrumento de registro das aulas.

Discorra, estabelecendo um diálogo com as discussões apresentadas no referencial teórico, sobre o impacto que o projeto proposto teve sobre a aprendizagem dos alunos e sua prática pedagógica. Orienta-se que se faça uma comparação entre o que foi planejado e o que foi efetivamente realizado. Pode-se também apresentar recortes dos dados (excertos do diário, de questionários, de entrevistas, de materiais didáticos, de cadernos dos alunos etc.).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta seção sintetiza o relato de experiência, retomando objetivos e análise de forma sintética, e apontando para conclusões e recomendações. Deve-se, portanto:

- Retomar os objetivos, os resultados da descrição e da reflexão.
- Apresentar as principais conclusões a que se chegou com o trabalho.
- Apontar, se for o caso, falhas/limitações do trabalho (trata-se aquilo que não

foi possível realizar).

- Apontar recomendações para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

Indicar aqui todas as referências que foram citadas ao longo do artigo. Seguir as regras para elaboração de referências descritas na **seção 9** do “Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos: conforme normas da ABNT” da Unipampa.

Seguem abaixo alguns modelos mais frequentes de referências:

ALVES, Castro. **Navio negroiro**. [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em:

<<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegroiro.htm>>.

Acesso em: 10 jan. 2002, 16:30:30.

BAILONA, Baltazar Agenor et al. **Análise de tensões em tubulações industriais: para engenheiros e projetistas**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.481, de 3 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 126, n. 190, 4 out. 1988. Seção 1, parte 1, p. 19291-19292.

CASSOL, Glória Barbosa. Assessoria no Centro de Educação da UFSM: uma atividade dispensável?. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (Org.). **Práticas, identidade e memória: 30 anos de Relações Públicas na UFSM**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003. p. 183-190.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, v. 38, n. 9, set. 1984.

FERREIRA, Paulo Henrique de Oliveira. O jornalismo on line. **Revista de Estudos de Jornalismo**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 65-77, jan./jun. 2003.

JONACK, Marco Antonio; MURTA, Cristina Duarte. Limite de capacidade e proteção se servidores em redes gigabit. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE REDES DE COMPUTADORES, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de Computação, 2006. p. 179-194.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

SILVA, R. N.; OLIVEIRA, R. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em:

<<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04.htm>>. Acesso em: 21 jan. 1997.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009. 1

CD-ROM.

ANEXO

Se for necessário, coloque aqui exemplos de atividades que você usou na experiência, tal como produções dos alunos ou algo que achar pertinente.

ANEXO 8 - ATESTADO DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE DE ESTÁGIO

CAMPUS BAGÉ

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**ATESTADO DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE DE ESTÁGIO**

Atesto para os devidos fins que o(a) estagiário(a) _____, discente do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Pampa (Campus de Bagé), realizou a prática docente do Estágio no Ensino _____ nesta Unidade Escolar, no período de ____ a ____ do corrente, totalizando a carga horária de ___h/a e cumprindo suas obrigações específicas.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Diretor(a) da Unidade de Ensino

CARIMBO DA UNIDADE DE ENSINO